

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2008.** -----

----- **ACTA NÚMERO QUARENTA E OITO** -----

----- No dia 22 de Abril de 2008, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Belo Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, Carlos Manuel de Melo Barroso, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Luís Sobreda Antunes, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lúcia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe Graça Gonçalves, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra

Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, José Luís Português Borges da Silva, Manuel Fernando Dias de Almeida, Carlos Alberto Rebelo Costa, João Maria Martins Baioneto, José Marcelino Carvalho, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Rui Manuel Santos Matos Alves, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Luís José Morales de Los Rios Coelho, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Rita Susana Borges Cortez Folgosa, Timóteo Rodrigues Macedo, José Guilherme Figueiredo Nobre Gusmão, João Pedro Gonçalves Pereira, João Gordo Martins, Pedro Miguel Gamito Cruz Santos. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado Silva Preto, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- David Valente (PSD), por dez dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- Rodrigo Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva.-----

----- Ana Patrícia Lamy (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----

----- José Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís de Los Rios Coelho. -----

----- Sérgio Cintra, Maria José Falcão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria João Faria, Nuno Pintão, João Pinheiro, Sousa Nascimento, Maria Teresa Val de Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiars, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Catarina Gambôa, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro, Pedro Lopes, Bruno Inglês, Alberto Pereira, América Coelho, Carlos Machado, António Amaral da Silva, Carlos Faria, Maria de Fátima Dias, Margarida Mota, Alexandra Bandeira, Margarida Velho, José Carlos Alegre, Carlos Castro, Maria Teresa Pires, José Oliveira Costa, Januário Costa, Diogo Leão, Alfredo Alves, Filipe Costa, Guilherme Martins, Carolina Tito de Moraes, António Sousa, Joaquim Capucho, Pereira da Costa, Emílio Rincon Peres, Luís Cavaco, Odete Ferrajota, Manuel Poças, Manuel Jeffree, Mário Paiva, João Valente Pires, Fátima Cavaco, Luís Titto, Pedro Costa, Teresa Estrela, Eurico Dias, António Rego, Deolinda Santos, Alberto Dias, António Lopes, Maria Antonina, David Amado, Alexandre Mateus, Anabela Pilar, Bruno Inglês e Catarina Martins, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. -----

----- Ana Páscoa Baptista (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----
----- João Corregedor da Fonseca (PCP), Deputado Municipal suplente, por 60 dias. --
----- Carlos Marques (BE) comunicou o fim da suspensão, por 90 dias, do mandato de Deputado Municipal, regressando à actividade a partir do dia 21 de Abril. -----
----- Heitor de Sousa (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rita Folgosa. -----
----- João Bau (BE), de 21 de Abril a 20 de Maio, sendo substituído pelo Deputado Municipal José Guilherme Gusmão. -----
----- Duarte Mata (BE), por 90 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Timóteo Macedo. -----
----- Maria da Graça Caldeira Ribeiro (BE), Deputada Municipal suplente, por 90 dias. -----
----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Gonçalves Pereira. -----
----- Carlos Andrade (CDS-PP), Deputado Municipal suplente, por um dia. -----
----- José Luís Ferreira (PEV), de 21 a 29 de Abril, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----
----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----
----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----
----- Filipe Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Martins Baioneto. -----
----- Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Gamito Cruz Santos. -----
----- João Neves Ferro (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Lapa, por José Marcelino Carvalho. -----
----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Mendes Silva. -----
----- Ermelinda Lopes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----
----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----
----- Henrique Freitas (PSD), relativamente às reuniões realizadas nos dias 26 de Fevereiro e 4 de Março. -----
----- Luís Monteiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho, relativamente à presente reunião. -----
----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, e depois de cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, o público presente e os funcionários, abriu, nos termos regimentais, o período destinado à intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **A Sra. D. Maria da Conceição de Sousa Melo Fernandes**, moradora na Travessa Ilha do Grilo, n.º 54 – 1º dtº, 1900-262 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Chamo-me Maria da Conceição Sousa Melo Fernandes, sou casada e do meu agregado familiar faz parte o meu marido José António Fernandes Alves do Cabo e a minha filha Andreia Raquel Melo Fernandes. -----

----- A minha presença aqui deve-se não só à minha situação desesperada mas também ao facto de no passado dia 24 de Março não me ter sido permitida a inscrição na Sessão Pública de Câmara, alegando a funcionária que me atendeu que o meu processo inicial tinha sido liminarmente indeferido e o meu requerimento do passado mês de Dezembro estar ainda em apreciação, não tendo até ao momento recebido qualquer indicação sobre a recepção do mesmo ou de qualquer diligência feita. -----

----- Resido numa habitação particular na Freguesia do Beato, Travessa da Ilha do Grilo 54 – 1º dtº, numa casa T1, com um quarto, sala, cozinha e casa de banho, em bom estado de conservação, sendo todas as obras de beneficiação, incluindo a construção de instalações sanitárias, pagas por nós. -----

----- No mês de Fevereiro de 2007, através de carta registada com aviso de recepção, o senhorio denunciou o contrato de habitação com término em Março de 2008, pelo que nessa data o fogo deveria ter voltado à posse do proprietário, situação que podia acontecer a qualquer momento. -----

----- Em Fevereiro de 2007 fiz um pedido de atribuição de habitação municipal a esta Câmara, processo 4.054/DMS/07 para o qual até ao momento não tive resposta. -----

----- A situação desesperada em que a minha família se encontra, pois os poucos rendimentos que aufero não me permitem alugar outra casa na zona de Lisboa, é agravada pela frágil saúde do meu marido e da minha filha. O meu marido tem vários problemas de saúde, nomeadamente um grave problema de falta de audição bilateral que me provoca crises de ordem vertiginosa, que limitam, em muito, a sua actividade profissional. -----

----- A minha filha tem 28 anos, é portadora de uma deficiência mental, é utente da CERCI, na Rua Tomás Alcaide, em Chelas, para onde se desloca sozinha, diariamente, utilizando um autocarro num percurso de aproximadamente 10 minutos, onde está a frequentar, com óptimos resultados, um centro de actividades ocupacionais, em regime de semi-internato. Psiquiatras e psicólogos atestam, em relatórios que se encontram junto ao requerimento, que a possibilidade da Andreia sair da zona onde habita desde sempre é uma situação causadora de instabilidade que provocará alterações ao nível do bem-estar emocional e levará a graves problemas psíquicos. -----

----- Pelo exposto, e dada a falta de resposta ao processo 4.054/DMS/07, em Dezembro de 2007 enviei a V. Exa. e à Exma. Sra. Vereadora, Dra. Ana Sara Brito, uma carta explicando toda a minha situação, devidamente comprovada, mas até ao momento não obtive nenhuma resposta. -----

----- Tendo eu conhecimento que na zona do Beato e Marvila existem várias casas municipais devolutas e estando o meu marido totalmente disponível para efectuar as obras de beneficiação e conservação do fogo camarário que eventualmente nos venha

a ser atribuído, solicito a V. Exa., mais uma vez, a melhor atenção para o meu caso tendo em conta os graves problemas de saúde que afectam a minha família, que justamente com a debilidade económica estão prestes a transformar-se num grave problema social.” -----

----- **A Senhora Presidente** pediu à munícipe que deixasse a exposição na Mesa para que se pudesse solicitar a informação. -----

----- **O Sr. Armando da Silva Vasques**, morador na Av. de Ceuta Sul, n.º 2 – 4.º letra A, 1300-024 Lisboa, disse que tinha uma casa na Rua do Arco do Carvalhão, n.º 227, Vila Prado, porta 2, é a segunda vez que vem intervir na Assembleia Municipal, porque lhe deitaram abaixo a sua casa mas deixaram ainda duas por demolir. Obviamente não é mais que os outros, mas não admitia que lhe tivessem tirado a sua casa e dos outros não. -----

----- Por isso, o que pedia era que fosse feita justiça porquanto não merecia aquilo que a Câmara lhe fizera. De facto, deitar-lhe a sua casa abaixo e mudá-lo para uma casa da Câmara com mais de 70 azulejos a cair não se percebia. -----

----- Disse que um dia estava a tomar banho e caíram-lhe 38 azulejos na perna direita, já foi enxovalhado várias vezes no prédio onde mora e também já foi agredido duas vezes só por ser correcto, leal e sério. -----

----- Pedia que olhassem para o seu caso, porquanto é um homem com 74 anos, que vive sozinho, tem uma filha na Austrália há 27 anos, e entendia que depois de ter sido empregado na Caixa Nacional de Pensões, na Caixa do Comércio e no Ministério do Trabalho, pintara várias casas para superiores de grande categoria, não merecia aquilo que lhe fizeram. -----

----- Pediu que fosse feita justiça, porque tinha direito a viver a sua vida, tinha direito àquilo que era seu, que ganhara quando era novo, e não admitia que lhe faltassem ao respeito. Mora numa casa que não tem condições para viver com segurança, por isso pedia que olhassem pelo seu processo. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa ia solicitar informação e dar-lhe-ia nota disso. -----

----- **O Sr. Vítor Manuel Marques**, morador na Praça José Fontana, n.º 25-3.º esq.º, 1050-129 Lisboa, falando na qualidade de representante de um grupo do condóminos do complexo “Saldanha Residence”, disse que vinha apresentar alguns assuntos e solicitar esclarecimentos sobre outros. -----

----- Assim, quanto ao processo de construção e licenciamento do prédio, disse que era sabido que o prédio tinha quatro caves quando apenas foram aprovadas três. O 16.º piso da torre n.º 42, de acordo com a licença de utilização emitida pelos serviços da Câmara Municipal, destinava-se a sala de condomínio, mas foi vendido como arrecadação do 15.º piso. A semi-cave, onde estava o centro comercial Saldanha Residence, tinha vindo a alargar o espaço da mesma forma que áreas de algumas fracções eram largamente superiores às que constavam da escritura de constituição de propriedade horizontal, numa área que calculavam ser cerca de 20%, e, no entanto, a Câmara Municipal, que tinha conhecimento desses factos, nada fazia. Seria que a Câmara não precisava de dinheiro, nomeadamente arrecadando as mais-valias a que

tinha direito e que lhe deveriam ser pagas, quer pelo construtor, quer pelo promotor imobiliário? -----

----- Relativamente à vistoria do prédio, disse que em Julho de 2005 a Câmara notificara a administração do condomínio alertando-a para a necessidade de fazer obras devido ao perigo da queda de pedras. Em Fevereiro de 2007 foi feita nova vistoria, havia grades que estavam colocadas à volta do condomínio. Em 22 de Setembro de 2007 caíram pedras da fachada da Rua Engº Vieira da Silva, que motivaram intervenção, quer da Polícia Municipal, quer dos bombeiros, mas até à presente data, ao que sabiam, a Câmara não tomara qualquer providência, o que significava, no mínimo, que a não serem tomadas quaisquer medidas os condóminos não deixariam de responsabilizar a Câmara Municipal de Lisboa por eventuais danos futuros, quer em pessoas, quer em bens. -----

----- Quanto à sindicância mandada fazer à Câmara Municipal de Lisboa pela Procuradoria Geral da República, disse que alguns condóminos, e ele próprio, enviaram à Sra. Procuradora, Dra. Elisabeth Matos, vários elementos que visavam contribuir para a instrução dessa sindicância, mas decorrido mais de um ano nenhum dos condóminos foi contactado para dar o seu contributo ou para confirmar os elementos que facultara à Sra. Procuradora, e, mais do que isso, desconheciam se essa sindicância já estava concluída ou não e em que sentido. -----

----- Disse, ainda, que há mais de seis meses foi pedida uma reunião ao Sr. Presidente da Câmara, por razões óbvias de agenda, que compreendia, a reunião solicitada foi despachada para o Sr. Vereador Manuel Salgado, que por sua vez remetera para o Sr. Arqtº Jorge Catarino, portanto de há seis meses a esta parte não havia notícia, nem reunião, nem vistoria, nem nada. -----

----- Terminou formulando as seguintes perguntas: -----

----- Se a Assembleia Municipal de Lisboa tinha conhecimento das ilegalidades que enfermava o referido empreendimento; -----

----- Para quando a vistoria adequada a esse mesmo empreendimento; -----

----- Qual o estado da sindicância e se e quando se disponibilizava o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o próprio ou alguém a seu mando, para apreciar, com os condóminos do Saldanha Residence, as questões pertinentes que sucintamente enunciara. -----

----- **A Senhora Presidente** pediu ao munícipe que deixasse à Mesa a documentação que tinha, e de seguida esclareceu que nenhuma das questões colocadas era da competência da Assembleia Municipal e pelo Executivo falaria o Executivo. -----

----- No entanto, nas suas competências de fiscalização a Assembleia iria pedir toda a informação sobre o processo. -----

----- Relativamente à sindicância, disse que ela foi promovida pela Câmara e não pela Procuradoria, e naturalmente que a sequência era uma sequência com outros órgãos que não os órgãos do Município. -----

----- Portanto, a Mesa daria a informação tão logo a Câmara Municipal a facultasse. ---

----- **A Sra. D. Lídia dos Santos Almeida Sousa**, moradora na Rua Passos Manuel, n.º 91 – 2º dtº, 1150-258 Lisboa, disse que há alguns meses a esta parte se

encontravam encerrados os sanitários, para homens e mulheres, do Jardim Constantino, Freguesia de São Jorge de Arroios. Telefonara várias vezes ao Sr. Presidente da Junta, disseram-lhe que estava doente e que regressaria no dia 27 de Fevereiro. Nessa altura voltara a telefonar e disseram-lhe que não estava nem sabiam para onde estaria, depois escrevera-lhe uma carta relatando a situação dos sanitários, pedindo-lhe até, como um imigrante lhe sugerira, que fossem colocados sanitários automáticos como estavam no Jardim dos Anjos. -----

----- A verdade é que o Sr. Presidente até hoje não lhe respondera à carta a informá-la do que se passara, a situação era insustentável, no local o cheiro das fezes e da urina era nauseabundo, os comerciantes da zona incumbiram-na de dizer que estavam muito aborrecidos com o facto. -----

----- Há entrada para esta reunião falara com o Sr. Presidente da Junta que a informara que o assunto não era dele, mas não lhe dissera isso por carta porque se o tivesse feito teria evitado que ela viesse à Assembleia. -----

----- Disse, ainda, que ultimamente a Câmara tem dado mais assistência à freguesia, mandara reparar ontem o parque das crianças, os trabalhadores também têm andado a limpar, mas os contentores não eram retirados durante o fim-de-semana o que trazia muito mau cheiro. -----

----- **A Senhor Presidente** disse que a Mesa iria solicitar informação à Junta e daria nota disso. -----

----- **O Sr. António José da Costa Maya**, morador na Rua da Praia Azul, n.º 12 Boavista, 2560-411 Silveira, disse que teve uma intervenção na reunião pública da Câmara sobre um assunto em que estava envolvido e que se referia à Rua Ernesto da Silva, números 28 e 30, em Benfica. Nessa altura falara com o Sr. Vereador Manuel Salgado que lhe arranjara uma reunião na Câmara dois ou três dias depois, reunião a que comparecera acompanhado de um arquitecto e um amigo seu que também fazia parte desse projecto, mas, para seu espanto, disseram-lhes que nem sequer valia a pena sentarem-se porque não lhes podiam solucionar absolutamente nada já que as coisas não estavam ainda organizadas na Câmara Municipal. -----

----- Ficara um bocado aturdido com a situação e sem saber como poderia tentar dirimir o problema. Entretanto, há cerca de dez dias, duas arquitectas do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa marcaram-lhe uma reunião para fazer uma vistoria aos ditos prédios, mas não conseguira junto delas saber sequer para o que servia a vistoria. O certo é que a vistoria foi feita sem lhes ter sido dada qualquer explicação, e continuava sem saber para que servira a reunião que foi marcada pelo Sr. Vereador do Urbanismo porque, como já referira, quando comparecera foi logo avisado que nem valia a pena sentar-se. -----

----- Disse que já há dez anos andava envolvido nesta situação. Já da outra vez explicara que a sua avó, que era proprietária de uma quinta grande em Benfica, cuja urbanização demorara muitos anos, mau grado ter doado um terreno enorme que correspondia a mais do dobro da quinta de Benfica, porque não quisera morrer sem deixar os terrenos urbanizados, isso foi-lhe feito, só que mais tarde, quando foi feito o primeiro PDM de Lisboa decidiram catalogar aquela zona como zona histórica

habitacional, o que era em pouco estranho uma vez que o conjunto de prédios que tinha sido catalogado já estava destruído. -----

----- Concretamente, pretendia saber o que era que a Câmara o deixava fazer, a si e à sua família, que era uma família muito grande, com dezenas de pessoas. -----

----- **A Senhora Presidente** pediu ao município que deixasse o processo porque a Mesa iria pedir toda a informação. -----

----- **A Sra. D. Isabel Alexandre Ferreira Cardigos**, moradora no Bairro da Liberdade, Rua B, n.º 104 – 2º dtº, 1070 Lisboa, disse que tinha metido o processo n.º 729/EDI/2007 para uma edificação nova no Bairro da Sarafina, e vinha levantar a questão à Assembleia Municipal pelo facto de até ao momento ainda não terem resolvido o seu problema. Os seus pais foram desalojados pela Câmara, receberam a respectiva indemnização, a Câmara foi sempre extremamente compreensiva, sendo que ela, desde o momento que soube que iam sofrer o processo de desalojamento e possuía uma casa imediatamente a disponibilizara para os seus pais. Isso em 2005. ----

----- Mas, por vicissitudes várias, o processo com a pessoa com quem contratara não correria bem, ficara sem 50.000 euros devido à pressa que teve para alojar os pais. No entanto, tomara conhecimento de uma série de irregularidades de que estava a ser alvo em relação a um processo que pretendia, e pretende, a todo o custo que fosse claro e sem qualquer contradição e sem qualquer conflito com a Câmara, não tem sucedido. O que tem sucedido é exactamente o contrário, a Câmara, concretamente o Departamento de Urbanismo, tem-lhe colocado todo o tipo de entraves nesse processo, que queria que se resolvesse o mais rápido possível. -----

----- Disse que os seus pais tinham 67 anos, estavam neste momento na rua, e ela estava sem 50.000 euros porque a Câmara não lhe autorizava o processo de licenciamento. Os meses iam passando, ficara sem o dinheiro, não tinha a quem recorrer, recorrera à Ordem que a ajudara bastante, inclusivamente lhe arranjava uma advogada, metera novamente o processo à Câmara em 2007 para aprovação, mas foi inventado tudo e mais alguma coisa. Sucessivamente foi avançando e ganhando todas essas batalhas. Enviara dois *e-mails* para o Sr. Vereador do Urbanismo, em que lhe pedia encarecidamente que a recebesse para que pudesse explicar a sua situação, inclusivamente o seu terreno estava devassado por uma construção que estava a ser feita por outro vizinho, mas nem ponha nada disso em questão. O que queria era que lhe autorizassem a obra para poder ter casa para os seus pais. Tinha umas coisas construídas ao nível do primeiro andar, com pilares que a Câmara dizia que não autorizava e que ela tinha de demolir tudo aquilo, e não sabia onde ir buscar dinheiro para isso. -----

----- Diziam que tinha de alinhar a casa pela casa do lado, sendo que a casa do lado, quando foi ampliada, o dono não lhe pedira autorização a si nem à própria Câmara. ---

----- Disse, ainda, que tinha provas, que ia deixar à Mesa, que no dia 19 de Dezembro de 2007, foi aprovada uma construção de três pisos no mesmo bairro, que não sendo de raiz correspondia muito mais a uma edificação nova que a uma reconstrução, e que foi aprovada pela mesma Vereação. -----

----- Portanto, gostava que lhe explicassem qual era o critério para lhe estarem a entrar o seu processo e a quererem obrigá-la a demolir quando a distância da empena do vizinho àquilo que ela pretendia nem chegava a um metro e vinte. -----

----- (Entregou na Mesa a documentação que referira) -----

----- **O Sr. Paulo Jorge Sopinha de Amaral**, morador na Ruas dos Corvos, n.º 19 – 1º esqº 1100-174 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Desde a última vez que nos dirigimos a esta Assembleia, então separadamente, os grupos de utentes dos transportes públicos de várias zonas de Lisboa, que vinham questionando os principais aspectos da Rede 7, quer na primeira, quer na segunda fase, e ainda muitas questões que provinham de deficiências de funcionamento da rede, tais como os horários nos períodos pós 21.00 horas, prosseguiram as suas acções a fim de obter resposta e satisfação das reivindicações comuns. -----

----- A similitude de problemas e a identidade de objectos conduziram a que do trabalho inicial das Comissões de Utentes de Alfama, Campolide, Estrada de Benfica e Olivais, tivesse surgido a Plataforma das Comissões de Utentes dos Transportes Públicos, associado no sentido de não só potenciar as acções mas também criar sinergias nas reivindicações de forma a vê-las satisfeitas. -----

----- Não obstante informais, representam uma forma legítima de união das populações em torno da defesa do interesse comum dos utentes aos quais se juntou pouco depois a Comissão de Utentes do Bairro da Boavista, e com ela um importante contributo em defesa dos transportes públicos nesta zona da Cidade. -----

----- No prosseguimento desta luta reunimos mais de 10.000 assinaturas que foram entregues às várias entidades envolvidas, como o Ministério das Obras Públicas, a Administração da Carris, e a Câmara Municipal de Lisboa, tendo sido pedida audiência a todas estas entidades. -----

----- As comissões foram recebidas em audiência por todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República. -----

----- Até este momento a Câmara Municipal de Lisboa mantém-se como a única entidade que não nos recebeu mas, que no entanto mantém conversações com a Administração da Carris, como foi afirmado por mais de uma vez em sessões públicas pelo Sr. Vereador Marcos Perestrello. -----

----- No fim desta intervenção deixaremos a V.Exa. cópia do nosso caderno reivindicativo, também entregue a todas as entidades acima referidas. -----

----- Ainda assim, porque nenhum avanço existiu face às nossas reivindicações, o Movimento, iniciou acções de rua com a retenção de alguns autocarros da Carris por períodos de 15 minutos, acções que envolveram em alguns casos mais de 200 pessoas. Essas acções culminaram com a acção de dramatização “Julgamento da Carris” levada a cabo no dia 15 de Abril na Rua Augusta, em Lisboa. -----

----- As Comissões de Utentes reunidas nesta Plataforma, afirmam que uma eficiente e moderna rede de transportes públicos rodoviários, que sirva de facto as populações e que permita a transferência de utilizadores da viatura particular para o modo público tem, à partida, de garantir o transporte em tempo útil, com razoável conforto, e a um custo compatível com o nível de vida da população que se pretende servir, e

consideram que neste momento estas três vertentes essenciais não se encontram satisfeitas. -----

----- A Administração da Carris, não leva em conta as dificuldades das populações, preferindo manter na primeira linha da sua estratégia para o transporte público a vertente financeira e os transbordos entre carreiras. -----

----- Partindo do pressuposto que a Carris é o servidor do serviço público de transportes à superfície na cidade de Lisboa, o termo “cliente” não deveria fazer parte do léxico da administração da empresa. -----

----- Esta Plataforma quer repudiar a forma como a administração da Carris trata os seus passageiros, pois em lugar de lhes chamar UTENTES do serviço público que presta, prefere o termo cliente! -----

----- A Plataforma das Comissões de Utentes dos Transportes Públicas, sabe que quem não luta perde sempre, mas quem luta por vezes vence!” -----

----- (Entregou na Mesa a documentação referida) -----

----- **A Sra. D. Elisete da Ascensão Esteves de Andrade**, moradora na Rua Rio Távora, n.º 34, 1600-743 Lisboa, falando em nome da Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz, leu a exposição que a seguir se transcreve: -----

----- “A Associação de Moradores do Bairro do Padre Cruz, foi mandatada, em 09 de Abril último, pelo Grupo Comunitário do mesmo Bairro para nesta Assembleia Municipal manifestar a apreensão daquele Grupo pelo facto de, passados dois anos sobre a aprovação do projecto de requalificação urbanística do Bairro, não o sentirmos avançar. -----

----- Em 24 de Janeiro deste ano os Vereadores Dra. Ana Sara Brito e Arquitecto Manuel Salgado, acompanhados da administração da EPUL, técnicos da CML, responsáveis e técnicos da GEBALIS, visitaram o bairro. Em 7 de Março a Sra. Vereadora Ana Sara Brito participou na reunião do Grupo Comunitário do Bairro onde se inteirou da participação e envolvimento do Grupo na concretização do projecto em causa. -----

----- No passado dia 17, o Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, deu a conhecer à Associação de Moradores do Bairro do Padre Cruz o fax em que o Senhor Vereador Manuel Salgado lhe dá conhecimento da elaboração de um projecto urbanístico para o Bairro do Padre Cruz alternativo ao aprovado anteriormente pela CML, partindo de pressupostos com base nas características sociais da população, e da previsão da marcação de uma reunião, para ponto de situação, até ao próximo dia 02 de Junho. -----

----- É com agrado que a Associação de Moradores, em representação do Grupo Comunitário do Bairro do Padre Cruz, recebe aquela noticia e quer reafirmar a disponibilidade do Grupo, da Junta de Freguesia e da Associação de Moradores para desde já, e a exemplo do que desde a génese do projecto sucedeu, participar activamente na discussão do projecto a apresentar. -----

----- Queremos ainda manifestar que, em nosso entendimento, o projecto sairá enriquecido se acompanhado e participado em todas as suas fases pelo Grupo Comunitário, pela Associação de Moradores, pela Junta de Freguesia e pelo Gabinete

de Requalificação, por forma a que o sentir da população se manifeste a todo o momento no desenrolar do projecto. -----

----- Por último queremos realçar o trabalho já desenvolvido pelo Gabinete de Requalificação, que em devido tempo foi criado, manifestando a sua pertinência, o conhecimento acumulado, a confiança que a População nele já deposita e a utilidade que o mesmo teve, tem e pela certa continuará a ter nos necessários contactos e salvaguarda do melhor para com a população maioritariamente idosa e a quem teremos de assegurar, como previsto, um realojamento faseado no bairro exemplarmente humano. -----

----- Gostaria ainda de expressar o nosso desagrado pela forma como a comunicação social tratou a recente rusga ocorrida no nosso bairro no passado dia 15. Ao mesmo tempo a polícia e a comunicação social já lá estavam. Intervenções policiais deste tipo deve decorrer da forma inesperada e secreta. A agitação só aconteceu numa restrita zona do bairro e a imagem que passou foi a de que todo o bairro estava cercado. As pessoas entrevistadas deram imagem de inocentes, terem sido molestadas pela polícia o que também não correspondeu à verdade. -----

----- Passou a imagem de um bairro muito problemático o que também não é verdade. Tem problemas, pois tem. E os outros bairros, sociais ou não, também não têm? -----

----- Quanto mais valorizarmos o que é bom, mais aniquilaremos o que não presta. ---

----- Bem Hajam a todos pela paciência que tiveram em ouvir quem muito gosta do B° Padre Cruz.” -----

----- **A Sra. D. Ana Paula Lajes Rodrigues Pinto**, moradora na Rua Carlos Aboim Inglês, lote 25.2D 3ºA, 1750 Lisboa, disse que uma família de etnia cigana disparara vários tiros contra a janela da sua casa e pegaram fogo à porta de casa, tudo porque tem um irmão que é agente da PSP, que foi agredido e agira em legítima defesa. -----

----- Dados esses factos, fizeram um pedido de transferência para outro local, mas também aí continuavam a ser alvo de ameaças todos os dias. Os seus irmãos já não vão para casa desde o dia 29 de Março, vivendo um na casa de um amigo e outro numa casa alugada. -----

----- Portanto, por terem sido agredidos e ameaçados de morte por um grupo de etnia cigana também aí residente, que ali estabelecera um clima de terror no bairro, pedia a transferência para uma outra casa num bairro o mais longe possível deste onde mora. -

----- (Entregou na Mesa documentação relativa à questão apresentada) -----

----- **A Sra. D. Carolina Costa Silva Santos**, moradora na Rua Fernando Lopes Graça, n.º 11 – 3º esqº 1600-067 Lisboa, disse que, como jovem, ia apresentar um caso particular que tinha dificuldade em classificar. Existiam duas formas: insucesso e negligência dos serviços da EPUL e da Câmara, ou então gestão danosa. -----

----- Mas passava a explicar. Em Dezembro de 2004 foi-lhe atribuído, por concurso, um apartamento na Rua da Amendoeira, Freguesia do Socorro, com a promessa de que estaria pronto em Dezembro de 2006 e que a entrega seria até Março de 2007. As obras começaram atrasadas, como a própria EPUL assumia, já que tiveram apenas início em Fevereiro de 2006 e foram concluídas apenas em Junho de 2007, portanto

com um claro atraso em relação à data prevista. Mas o que a levava a ficar ainda mais indignada é que demorara dez meses a ser concluído o processo de licenciamento. -----

----- Em resumo, a EPUL não cumprira os prazos da obra e o Departamento Urbanístico, da responsabilidade do Sr. Arqtº Manuel Salgado, não cumprira também a sua parte. -----

----- O tempo de demora de todo o processo era inaceitável e teve como consequência graves encargos financeiros, porque a casa estava fechada há dez meses sem que a pudesse habitar e mesmo assim tinha que pagar 300 euros por mês em juros de encargos financeiros. -----

----- Disse que devido ao contrato de promessa de compra e venda que a EPUL celebrara consigo, a empresa ficara também com um encargo financeiro de cerca de quatro mil euros pelo atraso, mas existiam também danos morais e pessoais pelos sucessivos adiamentos do seu projecto de vida. -----

----- Foram inúmeros os contactos, quase uma centena, que estabelecera com todos os Grupos Municipais, com a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, com os vários Departamentos da Câmara, com assessores. Foi-lhe dito que o seu problema estava a ser vigiado e que iam ter em atenção. Mas, mesmo assim, passaram-se dez meses! ----

----- Finalmente soube que a licença de utilização foi emitida, mas foi enviada com erros e o processo teve que voltar para trás. Só na semana passada chegara à EPUL o que lhe permitira fazer os registos. Durante todo esse tempo as respostas que foi tendo foram irrelevantes e muitas vezes erróneas, fazendo-a pensar que o processo estaria no fim quando, afinal, faltariam ainda meses e meses até que fosse concluído. -----

----- Perguntou de quem era a culpa neste caso como noutros semelhantes. Seria que a culpa iria ficar mais uma vez solteira? É que não bastava fazer propaganda aos jovens para que vissem habitar na cidade, era preciso que os responsáveis também cumprissem aquilo que prometiam. Era inaceitável que esta situação se tivesse prolongado por tanto tempo, e deixava no ar, para quem quisesse investigar, o que se estava a passar com o empreendimento de Entrecampos. -----

----- **A Sra. D. Júlia Teixeira Pires**, moradora na Rua Jacinta Marto, n.º 10 – 2º dtº 1150-192 Lisboa, referiu-se à falta de higiene no Jardim Constantino, questão já ali referida nesta reunião por outra munícipe, dizendo que o que ali se passava era um atentado ao património e à saúde pública, porque as pessoas que dormiam e comiam no Jardim não era de lá, iam para lá e não saíam de lá e o Jardim Constantino deixara de ser uma área para todos os habitantes do bairro. -----

----- Portanto, já que a Junta não fazia nada, agradecia que o Sr. Presidente da Câmara, ou alguém da Câmara, cuidasse desse património da cidade. -----

----- **A Sra. D. Maria dos Anjos de Sousa M. Barbosa**, moradora na Rua Inácio Pardelhas Sanches, n.º 153 A – Bairro da Liberdade, 1070-146 Lisboa, disse que é uma pequena comerciante do Bairro da Liberdade, de onde há quatro anos foram retiradas quinhentas famílias, e sendo que Portugal é um Estado de Direito era seu entendimento que era obrigação da Câmara tomar conta dos comerciantes que ficaram no bairro, que efectivamente estavam num estado lastimoso em que havia casos de depressão e casos de ameaças de suicídio. Seria que a Câmara só iria actuar quando

houvesse alguma desgraça com algum comerciante? Seria que estavam à espera que fechassem as portas ou que fossem as finanças ou a Segurança Social e ir fechá-las deixando-os com as chaves na mão sem poderem fazer face a todas as coisas que tinham para pagar? -----

----- Disse que os comerciantes e as famílias que saíram estavam a ser acompanhados, mas os que ficaram não tinham qualquer acompanhamento. Já entregaram os documentos que lhes pediram, já pediram ajuda ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, mas ninguém os ouviu, ninguém foi lá falar com eles. -----

----- No seu caso tem uma empregada que não sabe como continuar a pagar-lhe, porque quinhentas famílias a menos num pequeno bairro era como fechar a porta ao comércio, não tinham maneira de fazer face aos problemas. -----

----- Portanto, a Câmara teria que olhar pelo pequeno comércio do Bairro da Liberdade, que continuava com as portas abertas e com os encargos a isso inerentes. Já se contentavam que alguém fosse lá e lhes desse uma pequena esperança, que lhes dissesse alguma coisa. Mas eram ignorados, eram despachados de pessoa para pessoa e gostavam que alguém lhes dissesse alguma coisa porque, como referira, havia casos de ameaça de suicídios e havia muitos mais casos que seria bom que a Câmara mandasse averiguar. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Assembleia Municipal não tinha competências executivas nessa matéria. Tinha competências de fiscalização e no âmbito dessas competências de fiscalização iria solicitar o ponto da situação de todo o processo ao Executivo, do qual a munícipe seria imediatamente informada. -----

----- **A Sra. D. Maria Manuela Colaco da Silva Felício**, moradora na Rua Prof. Fernando Melo Moser, n.º 8, lote 10 – 2º dtº, 1600 Lisboa, disse que morava num pátio onde lhe foi atribuída uma casa da Câmara a pagar 200 euros de renda, quando antes pagava 15 euros. Tinha dois filhos a morar consigo, um estudava e outro estava desempregado, tal como ela também estava desempregada na altura em que lhe foi atribuída uma casa a pagar 200 euros de renda, sendo que do primeiro ao sexto ano a renda teria 50 euros de aumento por ano. -----

----- Referiu que tem ido à GEBALIS mas não lhe resolviam o assunto. Diziam-lhe para fazer pedidos de redução de renda, fizera esses pedidos, mais ou menos metade da renda actual ia pagando, mas o assunto não era resolvido em definitivo. -----

----- Em Dezembro fizera o último pedido de redução de renda porque já estava a pagar 500 euros, mas até agora não obtivera resposta da GEBALIS. -----

----- Portanto, estava sem pagar renda desde Setembro e pretendia que lhe resolvessem este assunto para saber com o que podia contar. -----

----- **A Senhora Presidente** pediu que deixasse os elementos referentes ao processo para que a Assembleia solicitasse informação sobre a matéria à Câmara, da qual depois daria informação. -----

----- **O Sr. Manuel do Carmo Meireles**, morador na Urbanização da Alta de Lisboa, Lote 48, malha 27.1, 1750-481 Lisboa, disse que a Associação de Moradores do Bairro das Calvanas andava há 25 anos a tratar do seu processo de realojamento, mas

tem sido tudo muito difícil porque o País e os governantes nunca estiveram, não estavam e pelos visto nunca estariam em sintonia com os mais carenciados. -----

----- Por vezes, com grande coragem e tenacidade, conseguiam-se autênticos milagres. Foi o que aconteceu com a Associação de Moradores que, durante mais de duas décadas, lutara para que a população de Calvanas tivesse direito a um realojamento que tivesse em conta a dignidade das pessoas. -----

----- Com o poder político travaram combates rijos mas sempre leais, procurando cada uma das partes fazer o melhor na defesa dos seus interesses, mas com o poder administrativo as coisas foram muito mais complicadas porque, na prática, os acordos e entendimentos que a Associação de Moradores conseguia com o Executivo camarário, depois não produziam efeitos. Nos longos anos de negociações, embora a Associação insistisse frequentemente no assunto, nunca foi feita uma acta, e muitas vezes aquilo que se acordava numa reunião já era desmentido na seguinte. -----

----- Disse que ia fazer uma denúncia, mais uma, em público. Ao longo dos anos, os serviços da Câmara, em especial o Departamento de Gestão Social do Parque Habitacional, trataram a Associação de Moradores de uma forma vergonhosa. Não os recebiam, não os tratavam como pessoas, mentiam aos associados dizendo-lhes coisas incríveis tais como: que a Associação de Moradores os andava a enganar, que nunca iriam conseguir a construção de um novo bairro, que aceitassem o realojamento que a Câmara lhes oferecia porque senão não tinham direito a nada, etc. -----

----- Foram esses serviços que depois viram que tudo quando a Associação de Moradores dissera aos seus associados era verdade e que tudo quanto lhes transmitiram era mentira. Foi por isso que pagaram depois a factura, porque nada que a Associação requeresse àqueles serviços era concedido. Pelo contrário, os associados pediam à Associação para os ajudar e a associação recusava-se a fazê-lo porque era muito mais depressa atendido um pedido do associado do que um pedido da Associação. Esses serviços prejudicaram os associados. Há mais de um ano que 87 famílias receberam as chaves das suas casas, mas cerca de uma dúzia de famílias continuavam à espera quando tinham os mesmos direitos que as outras. -----

----- E porquê? Porque entenderam os serviços que as viúvas e os viúvos não tinham direito, e os filhos dos titulares falecidos também não tinham direito, sendo certo que a essas pessoas, ao longo de 30 anos, a Câmara resolvera sempre os seus problemas em processos administrativos. Isto é, morria o marido a casa passava para a esposa, morria o titular a casa passava para os filhos, e assim sucessivamente. Contudo, agora não o fizeram e uma dúzia de famílias continuavam a viver em circunstâncias degradantes no Bairro das Calvanas, onde havia ratos que mais pareciam coelhos, assim como répteis de toda a espécie, e não havia condições para viver. -----

----- Por isso, a Câmara negara-lhes as instalações sociais e desportivas. Tinham uma associação com cerca de 600 m² e a Câmara, que concordara com a Associação de Moradores ceder-lhes umas novas instalações, até hoje não o fizera. Portanto, há quatro anos que tinham uma colectividade que não podia funcionar. Já fizeram ver isso à Sra. Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, toda a gente sabia disso mas

ninguém os podia ajudar, só a Câmara o podia fazer e era a ela que competia fazer isso, porque era uma contrapartida às instalações que possuíam. -----

----- Prosseguindo, disse que o bairro era constantemente vítima de assaltos e vandalismo e não viam as autoridades a actuar em conformidade com a gravidade dos actos praticados. A Alta de Lisboa não era o que muitas pessoas pensavam, passavam-se coisas terríveis e havia zonas onde as pessoas tinham medo de viver. Os *gangs* proliferaram como cogumelos e actuavam com grande impunidade. Nos realojamentos sociais passavam-se coisas incríveis que não eram sancionadas pelas autoridades: famílias que destruíam os interiores das casas, que arrancavam as portas e as janelas em alumínio e as vendiam no ferro-velho; que consumiam água e luz da rede pública, que punham a música em altos berros incomodando toda a vizinhança, que espatifavam constantemente as portarias dos prédios e os elevadores, que estragavam por prazer os equipamentos públicos, devastavam os jardins, cortavam árvores, etc. ---

----- Ninguém podia dizer uma palavra de recriminação a essas pessoas porque quem o fizesse era imediatamente sovado, insultado e ameaçado de morte. Era a lei dos marginais, dos bandidos que podiam actuar livremente no meio da mais confrangedora impunidade. -----

----- Esta não era a Alta de Lisboa que o saudoso Eng^o Nuno Krus Abecasis sonhava e de que lhes chegara a falar. Esta também não era a Alta de Lisboa que eles próprios imaginaram. Alguém tinha de intervir e pôr cobro a tantos erros que se tinham cometido nessa área, a todos os níveis e também na política de realojamentos que tem sido levada a cabo. -----

----- **A Senhora Presidente** informou o munícipe que estava agendada para esta Sessão da Assembleia Municipal a proposta 562/2007, que aprovava elementos constantes dos pontos 1, 2 e 3 para aquisição de moradias, no âmbito do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação de Moradores das Calvanas, pelo que muito em breve teriam notícias sobre essa matéria. -----

----- Seguidamente, terminado o período de intervenção do público, deu-o por encerrado declarando aberto o período de Antes da Ordem do Dia -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO 44.** -----

----- **A Senhora Presidente** pôs em apreciação a referida acta e como ninguém pretendera pronunciar-se sobre a mesma, submeteu-a à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Depois, disse que tinham para votar dois Votos de Pesar. O primeiro, subscrito pelo Deputado Municipal Silva Dias, do PCP, tinha o seguinte teor: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “Morreu Rogério Ribeiro. -----
Foi artista plástico, cidadão interveniente e militante activo do Partido Comunista Português. -----

----- Participou na fundação e dirigiu até ao final da sua vida a Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea da Câmara Municipal de Almada que hoje constitui um brilhante foco cultural da Região de Lisboa. -----

----- Pintor que alicerçou a sua prática numa sólida cultura humanista em constante evolução sempre foi fiel ao princípio de que a envolvente pela Arte é exigência do nosso quotidiano e sempre rejeitou a ideia da Arte concebida como um luxo. -----
----- É notável o olhar que voltou sobre as imagens da História e onde muitas vezes o povo de Lisboa foi protagonista e a cidade cenário. -----

----- 1. Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 22 de Abril de 2008, guarda um minuto de silêncio em memória de Rogério Ribeiro. -----

----- 2. Recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que o seu nome seja atribuído a um espaço público de Lisboa, se possível na zona oriental da cidade a que esteve afectivamente ligado e que esse espaço seja dotado de um elemento de Arte Pública da sua autoria.” -----

----- Finda a leitura, submeteu-o à votação, ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por unanimidade. -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD e CDS-PP, e votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- Seguidamente leu o segundo Voto de Pesar, subscrito pelo Deputado Municipal Miguel Coelho e pela Deputada Municipal Teresa Almeida, ambos do PS, que tinha o seguinte teor: -----

VOTO DE PESAR

----- “O fundador do cinema Quarteto, Pedro Bandeira Freire faleceu no passado dia 16 de Abril. O seu nome ficará na história do cinema português. O cinema apresentado por Pedro Bandeira Freire foi, nos anos 70 e 80, um centro de divulgação dos cineastas mais interessantes do cinema mundial. -----

----- Além de cineasta, destacou-se em várias áreas; escreveu livros de poesia e teatro, foi jurado em festivais de cinema nacionais e internacionais (ex. Berlim), colaborador de rádio, televisão e imprensa e foi ainda autor de letras para canções. -----

----- Estreou-se na realização com a curta-metragem “Os Lobos” (1978) e foi actor em “A crónica dos Bons Malandros” (1984). -----

----- O cinema Quarteto e Pedro Bandeira Freire fazem parte da memória cultural da cidade de Lisboa. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, em sessão de 22 de Março de 2008, delibera apresentar as suas mais sentidas condolências à família enlutada.” -----

----- Finda a leitura, submeteu-o à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Terminada a votação dos Votos de Pesar, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória das referidas personalidades. -----

----- **A Senhora Presidente**, ao abrir o debate do período de Antes da Ordem do Dia, informou que tinham 15 moções e 10 recomendações para apreciar, discutir e votar. --

MOCÃO NÚMERO UM

----- Memorial às Vítimas da Intolerância -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. A tolerância implica um empenhamento activo na compreensão da riqueza da diversidade humana e do respeito do outro no que ele tem de livre e de diferente. -----

----- Nas nossas actuais sociedades plurais e cosmopolitas, a tolerância constitui um dos princípios fundamentais da democracia e do respeito da dignidade de cada ser humano. -----

----- A intolerância, ao longo dos séculos deixou marcas que envenenou a existência de milhões e milhões de pessoas trazendo-lhe perseguições, humilhações e sofrimentos intoleráveis. -----

----- 2. Em Lisboa, durante a matança da Páscoa iniciada em 19 de Abril de 1506, e continuado nos dias 20 e 21 foram assassinadas entre duas ou quatro mil pessoas apenas por serem judias. Este crime monstruoso alastrou na cidade a partir do Convento de S. Domingos, na baixa de Lisboa e foi o mais sangrento. -----

----- 3. No ano de 2000 junto ao Largo de S. Domingos, no quadro de um importante encontro inter-religioso, o Patriarca de Lisboa propôs por gestos e palavras a reconciliação, evocando «a triste sorte dos “cristãos-novos”, as pressões para se converterem, os motins, as suspeitas, as delações e os processos temíveis da Inquisição», tendo afirmado que «A Igreja Católica reconhece profundamente manchada a sua memória por esses gestos e palavras, tantas vezes praticados em seu nome», tendo abraçado os rabinos aí presentes. -----

----- 4. Nos 500 anos da Matança da Páscoa a Comunidade Israelita de Lisboa propôs à Câmara a colocação de um pequeno memorial no Largo de S. Domingos. A Igreja Católica prontificou-se a acompanhar essa proposta com o memorial do gesto e das palavras de reconciliação, que tinham tido lugar no ano 2000. -----

----- 5. A Câmara Municipal de Lisboa aprovou a instalação na cidade de um Memorial às Vítimas da Intolerância, que evocasse o massacre dos judeus em Lisboa em 1506 e todas as vítimas que sofreram a discriminação e o aviltamento pessoas pelas suas origens, convicções ou ideias, que foi inaugurado hoje, com o contributo de elementos escultóricos das comunidades católica e judaica. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa decide associar-se a esta iniciativa e delibera:

----- a) Congratular-se pela iniciativa da Câmara Municipal de promover a instalação de um Memorial às Vítimas da Intolerância e saudar todos os que contribuem através de iniciativas que promovem o respeito, o diálogo intercultural ou inter-religioso e a cooperação mútua, para afirmar Lisboa como Cidade da Tolerância; -----

----- b) Recomendar à Câmara Municipal que tenha em conta nas suas iniciativas a preocupação de dar rosto e voz à diversidade de culturas que faz de Lisboa uma cidade cosmopolita, e de contribuir para uma educação cívica para a tolerância, que promova o respeito pela dignidade, a identidade e os direitos de todos os seres humanos; -----

----- c) Manifestar a disponibilidade para participar, no quadro das suas competências e possibilidades, nas iniciativas que se realizem na cidade que visem promover o respeito pela dignidade de todos os que nela residem ou trabalham.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e José Leitão, do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “No dia 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas com o apoio entusiástico do povo português derrubou o regime obscurantista e fascista que vigorava desde 1926, encetando um novo período da história de Portugal, de liberdade e modernização. -----

----- Uma semana depois, no dia 1º de Maio de 1974, milhões de portugueses celebraram em liberdade e em festa o Dia Internacional do Trabalhador. -----

----- Considerando que esta Assembleia se realiza a poucos dias do 34º aniversário da Revolução de Abril e do Dia Internacional do Trabalhador, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão ordinária em 22 de Abril delibere: -----

----- 1º Saudar os capitães de Abril e todos os que, com coragem e audácia, se bateram pela instauração de um país livre e de progresso; -----

----- 2º Saudar o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, como jornada de festa, reflexão e de luta sempre que as circunstâncias o justificarem; -----

----- 3º Apelar a todos os portugueses para que participem nos diversos eventos comemorativos destas duas datas.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Hugo Lobo, do PS) -----

MOÇÃO NÚMERO TRÊS

----- Esta Moção, subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho, Hugo Xambre Pereira e Belarmino Silva, do PS, foi retirada por decisão da Conferência de Representantes para ser agendada, como proposta, para discussão e votação numa das reuniões de continuação desta Sessão.-----

MOÇÃO NÚMERO QUATRO

----- Palco Oriental -----

----- “O Palco Oriental é uma associação de carácter cultural que tem no seu seio vários grupos de teatro e musicais. -----

----- Desde a década de 70, o “Palco” usava um espaço na Calçada Duque de Lafões, freguesia do Beato. Numa recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça, a referida associação perdeu o direito de usufruto daquele espaço, não tendo mais nenhum sítio onde possa ensaiar e representar. -----

----- Para além da perda cultural para a zona Oriental, a existência da referida associação, depois de várias décadas de divulgação e dinamização cultural, fica assim em causa. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 22 de Abril de 2008, delibera: -----

----- - Apelar a que a C.M.L., em conjunto com o Palco Oriental, desenvolva as diligências necessárias e que se encontre um espaço condigno para a continuação da sua actividade cultural.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Hugo Xambre Pereira, do PS) -----

MOÇÃO NÚMERO CINCO

----- Saudação -----

----- 34º Aniversário do 25 de Abril e 1º de Maio -----

----- “No próximo dia 25 de Abril comemora-se o 34º Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974. Esta Revolução representou a queda de um regime totalitário e antidemocrático e trouxe a Portugal a Democracia, a Liberdade, a Justiça e a Igualdade.

----- Com a Revolução dos Cravos foram conquistados Direitos fundamentais para uma vida plenamente digna e livre, como a elaboração da Constituição da República Portuguesa, e o acesso universal à Saúde, ao Trabalho, à Educação, à Cultura, à Justiça, à Habitação. -----

----- O 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, celebra a luta dos trabalhadores por condições de trabalho mais dignas, justas e democráticas. Nesse dia comemoram-se as garantias e os direitos conquistados e reafirma-se a luta pelo Direito ao trabalho e à estabilidade de emprego, contra a precariedade laboral e as injustiças. -----

----- Numa altura em que as dificuldades e os problemas dos portugueses continuam a aumentar, em que o desemprego continua a afectar milhares de cidadãos, condicionando o pleno acesso a alguns dos Direitos fundamentais, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de Abril de 2008, homenageia todos os portugueses que construíram o 25 de Abril e todos os trabalhadores que lutaram e continuam a lutar pelos seus Direitos. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa saúda o 34º Aniversário do 25 de Abril e o 1º de Maio e exorta a população à participação nas comemorações destes decisivos dias para a Liberdade e a Democracia em Portugal. -----

----- Viva o 25 de Abril! -----

----- Viva o 1º de Maio!” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e João Martins, do PEV) -

MOÇÃO NÚMERO SEIS

----- Moção sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio -----

----- Defender a Liberdade e a Democracia -----

----- “Ao assinalar os 34 anos sobre a revolução libertadora do 25 de Abril de 1974, realização colectiva do povo português que pôs cobro ao período negro do fascismo que condenou gerações de portugueses à fome e a miséria, à guerra e à morte, à emigração e ao afastamento das suas famílias e raízes, à falta de acesso à educação e à cultura, à opressão e repressão de quem defendia e construía a liberdade, a Assembleia Municipal de Lisboa manifesta a sua profunda identificação com os valores do Portugal de Abril, com a democracia e a liberdade ao serviço do povo português. -----

----- É pois, com preocupação que constata os sucessivos atropelos às liberdades e direitos democráticos que se têm verificado em tempos recentes e que têm eleito os trabalhadores e os seus representantes como alvos principais. -----

----- Por ter afirmado uma verdade indesmentível – “não sou aumentado desde 2003” – no programa Prós e Contras da RTP1 do dia 21 de Janeiro, Pedro Jorge, trabalhador da Cerâmica Torreense e dirigente do Sindicato dos Cerâmicos é alvo de um processo disciplinar que visa o seu despedimento. Este processo atentatório da liberdade de expressão, mais não tenta que intimidar um activo dirigente sindical daquela empresa que é reconhecido e considerado pelos seus companheiros de trabalho. -----

O processo disciplinar sobre este dirigente sindical é mais um exemplo da vasta campanha que se salda, só no plano do distrito de Lisboa, em vários outros processos disciplinares, em dezenas de dirigentes e activistas sindicais com processos judiciais, visitas a sindicatos pelas autoridades policiais, cargas policiais sobre os trabalhadores da Valorsul e da Pereira da Costa, intimidações veladas ou explícitas das entidades patronais e tentativas de proibição de distribuição de propaganda e de manifestação. ----

----- Perante tal realidade, o Grupo de Deputados Municipais do Partido Comunista Português, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de Abril de 2008 delibere: -----

----- 1. Manifestar a sua total solidariedade para com as/os dirigentes e activistas sindicais, para com todas as trabalhadoras e trabalhadores, cidadãos e cidadãs alvo das mais variadas formas de repressão por exercerem os seus direitos constitucionais de reivindicação e acção sindical; -----

----- 2. Opor-se a toda e qualquer revisão legislativa que intente o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores nas relações laborais, quer através de medidas de fragilização dos sindicatos, quer pela debilitação da contratação colectiva e pelo acentuar da precariedade; -----

----- 3. Alertar as instituições do Estado, que têm a responsabilidade constitucional de zelar pelo exercício da Liberdade e pelo funcionamento do regime Democrático, para que intervenham, impedindo a continuação destes atentados a direitos e adoptando medidas que venham a obstar à continuação destas situações antidemocráticas; -----

----- 4. Apelar a todas e todos os democratas, às trabalhadoras e trabalhadores, bem como ao povo de Lisboa, para que no dia 25 de Abril e no 1º de Maio façam engrossar o caudal dos que defendem o Portugal de Abril, a Liberdade e a Democracia; -----

----- 5. Enviar esta moção aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Grupos Parlamentares, Governo, Centrais Sindicais CGTP-IN e UGT e ao Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa; --

----- 6. Proceder à divulgação desta moção através dos meios ao serviço do Município.”
----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

----- MOÇÃO NÚMERO SETE -----

----- “O Bairro da Mouraria, na freguesia do Socorro, é o berço do fado e residência de milhares de pessoas, dentro de dezenas de nacionalidades diferentes, provenientes da Europa, Ásia e África, enriquecendo o bairro com uma multiplicidade de culturas. -----

----- Lisboa não soube acompanhar este desenvolvimento e a Mouraria encontra-se velha, suja, com um parque habitacional degradado, sem um espaço de convívio público apresentável e sem soluções para as crianças, tendo o seu único parque infantil dominado por equipamento danificado, bancos partidos e com falta de salubridade. -----

----- Este envelhecimento leva a que se criem guetos onde o sentimento de insegurança manifestado pelos moradores é elevado e onde prolifera o tráfico de estupefacientes (aumentado pelo êxodo do Casal Ventoso), como se constata na zona envolvente do cruzamento de entrada no Bairro com a Rua Marquês Ponte de Lima. -----

----- Muitos dos moradores reportam-se à Rua da Mouraria como a “Avenida da Liberdade”, referindo-se ao facto de parecer ser o único arruamento do Bairro que tem sofrido intervenções camarárias profundas. -----

----- Alguns dos comerciantes que anteriormente exerciam a sua actividade na Rua da Mouraria e que foram obrigados a deslocar-se para instalações provisórias, se encontram nesta situação há mais de 8 anos, deixando de acreditar na verdadeira solução, definitiva, para o problema. -----

----- Se compararmos as intervenções no âmbito do urbanismo, espaço público, comércio e espaços de lazer da Mouraria com outros bairros históricos da cidade, como o Bairro Alto e Alfama, a diferença de precedência na escolha de revitalização dos últimos executivos camarários é visível. Basta analisar a última década de cada um destes três bairros e ver a sua evolução nas áreas mencionadas. A Mouraria ocupa o último lugar. -----

----- Sendo a Mouraria visitada por milhares de turistas, esta situação é uma vergonha para a cidade, onde urge, cada vez mais, apostar na revitalização dos bairros históricos e que fazem parte da História da cidade. -----

----- Nesse sentido, a Assembleia Municipal delibera solicitar à Câmara Municipal que: -

----- 1. Informe a Assembleia Municipal qual a estratégia e medidas que pretende implementar para a revitalização do Bairro da Mouraria; -----

----- 2. Enviar a moção à Junta e Assembleia de Freguesia do Socorro.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

MOCÃO NÚMERO OITO

----- “A Cidade de Lisboa deve ter, tal como todas as cidades que se queiram com níveis aceitáveis de qualidade de vida, nos seus espaços verdes áreas de fruição pelos cidadãos nos seus tempos de lazer. -----

----- Os espaços verdes têm ainda um papel de embelezamento do espaço público, mesmo quando não são utilizáveis pelos cidadãos, como é, por exemplo o caso dos separadores de vias rápidas. -----

----- Para que as funções supracitadas sejam adequadamente cumpridas, é fundamental que não se descure a manutenção ou requalificação de tais espaços. -----

----- Os eleitos do CDS-PP têm estado atentos ao estado dos espaços verdes da cidade e o resultado do seu levantamento é desanimador. -----

----- Soluções de construção desadequadas, espécies vegetais desadaptadas do nosso clima ou das condições disponíveis para a sua manutenção, equipamentos e vias de circulação em estado avançado de degradação. -----

----- Em muitos casos é evidente que a existência de espaços verdes é inútil, como seja o caso de separadores de vias ou outros espaços que não são de usufruto pelos cidadãos e cujo embelezamento pode afinal ser mais conseguido com outras soluções. -----

----- Perante este panorama, foi com espanto que o CDS-PP tomou conhecimento das decisões da CML de reduzir em 37.5%, quase 1 milhão de EUROS, as verbas para os protocolos de manutenção de espaços verdes a contratar com as Juntas de Freguesia. ----

----- Maior foi o espanto quando o Executivo camarário prometeu, pela voz do seu vice-presidente, que os dinheiros que as juntas não recebessem pelo protocolo relativo aos espaços verdes receberiam por outra via. -----

----- Alguém tem de explicar aos cidadãos, que sustentam as Autarquias; -----

----- - Como é possível fazer a manutenção dos mesmos espaços verdes com muito menos meios financeiros, quando é evidente que o seu estado actual é deficiente? -----

----- - Se se demonstrar que é possível tal melhoria na eficiência, como é que as juntas de freguesia têm gerido o dinheiro dos protocolos anteriores. -----

----- - Como é que a CML vai cumprir a promessa de transferir o valor equivalente à redução dos protocolos para as Juntas de Freguesia. -----

----- Estas e outras dúvidas se nos colocam em relação a este processo. -----

----- Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere solicitar à Câmara Municipal, em particular ao Sr. Vereador Sá Fernandes e ao Sr. Presidente António Costa, que esclareçam quais os mecanismos. -----

----- 1. Esclareçam quais os mecanismos de fiscalização e controlo dos protocolos de delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia; -----

----- 2. Informem quais as áreas de intervenção que serão privilegiadas nos novos protocolos a celebrar, tendo em vista a atribuição das verbas em falta, conforme compromisso público do Sr. Vice-Presidente; -----

----- 3. Esclareçam qual a forma de transferência para as Juntas de Freguesia das referidas verbas.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

MOCÃO NÚMERO NOVE

----- “No *site* oficial da CML pode ler-se que “A autarquia lisboeta e o Estado português assinaram hoje, dia 28 de Janeiro, um protocolo que define a transferência de algumas áreas da frente ribeirinha para a gestão municipal, /.../ que visa a criação de condições que possibilitem uma maior cooperação estratégica entre o Estado e a autarquia, no que se refere à gestão da frente ribeirinha, passando o município a ter uma maior intervenção na definição e gestão dessa área, até hoje sob domínio da APL-Administração do Porto de Lisboa.” -----

----- Na ocasião, o Presidente da CML disse que “ia dar máxima prioridade à elaboração de um plano estratégico para as zonas que agora passam para domínio municipal, bem como um estudo urbanístico para todo o conjunto da frente ribeirinha, de Moscavide até Algés”. -----

----- Já depois da assinatura deste protocolo, o Presidente da República devolveu, ao Governo, o diploma que previa a transferência para a CML de áreas ribeirinhas pertença da Administração do Porto de Lisboa. -----

----- A própria Comunidade Portuária de Lisboa saudou esta devolução. -----

----- Perante este acto do Presidente da República, a CML continuou, inexplicavelmente, a desenvolver e a decidir sobre a zona ribeirinha, aprovando mesmo um conjunto de intervenções que designou, impropriamente, por plano estratégico. -----

----- A continuação deste processo, antes de aquele diploma estar em condições de ser promulgado, constitui um desrespeito evidente da maioria camarária PS/BE pelo Presidente da República e pelas funções presidenciais. -----

----- Quanto ao impropriamente designado plano estratégico, ele mais não é que um conjunto de intenções de recuperação de alguns monumentos situados naquela área. -----

----- Neste plano não existe uma estratégia de revitalização e recuperação coerente da zona ribeirinha para a Cidade, não há nenhuma entidade que assegure a coordenação e a articulação das intervenções e não há financiamento garantido. -----

----- Acresce que a frente ribeirinha, que deveria ser vista como uma realidade homogénea e integrada, é retalhada em três pedaços, o que torna ainda mais evidente e preocupante este plano e a ausência de uma entidade coordenadora do mesmo. -----

----- Mas, atribuindo a CML um carácter tão importante e estratégico a este plano, não deixa de ser estranho que não esteja garantido que o mesmo seja agendado e discutido na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Não contente com estas decisões, a CML decidiu adjudicar directamente à REFER o Plano de Urbanização de Alcântara, eximindo-se a assumir as suas competências nessa área, fazendo intervir na zona ribeirinha uma terceira entidade, que tem aí interesses próprios e não necessariamente coincidentes com os da Cidade. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de Abril de 2008, delibera: -----

----- a) Repudiar o desrespeito para com o Presidente da República, revelado pela maioria camarária PS/BE ao continuar a decidir sobre a zona ribeirinha depois da devolução presidencial do diploma sobre transferência de terrenos nela inseridos para o Município; -----

----- b) Manifestar o seu profundo desagrado com o facto de a CML pretender excluir a Assembleia Municipal das decisões sobre o futuro da zona ribeirinha em Lisboa; -----

----- c) Manifestar a sua oposição à decisão da CML de adjudicar directamente à REFER o Plano de Urbanização de Alcântara.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

MOCÃO NÚMERO DEZ

----- “Foi profusamente noticiada a vontade da maioria camarária PS/BE em instalar 15 torres de energia eólica em plena cidade de Lisboa, ideia peregrina surgida no âmbito do “Wind Parade Lisboa 2008”, no que a maioria dizia ser um excelente negócio para a cidade. -----

----- Face às fortes críticas que a ideia mereceu por parte da oposição no executivo municipal, a proposta foi retirada pelo Vereador Sá Fernandes, que, no entanto, não deixou de referir que, pela sua natureza, a proposta nem sequer carecia de ser aprovada pela Câmara, pois estava no âmbito das suas competências próprias. -----

----- A instalação destes equipamentos em Lisboa, desde logo pelas características que lhes são muito próprias, afigura-se completa e totalmente desajustada à Cidade, por razões de impacto negativo na qualidade do espaço público e no ambiente em geral, com destaque para o ruído. -----

----- Assim, é com preocupação que se constata o facto de esta ideia estar, ainda, presente no espírito da CML. -----

----- Razão pela qual a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de Abril de 2008, delibera manifestar a sua veemente rejeição e oposição à instalação, na Cidade de Lisboa, de torres de energia eólica.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO ONZE** -----

----- “Passaram 15 anos sobre a inauguração do Centro Cultural de Belém. -----

----- Lembramo-nos todos como a sua construção serviu, em 1989 e nos anos que se seguiram, em especial através de vozes vindas dos chamados sectores culturais do PS e do PCP, para atacar o Governo de então, do PSD. -----

----- 15 anos volvidos, o CCB faz parte de Lisboa, encontra-se perfeitamente integrado na sua realidade urbana e arquitectónica e é pólo dinamizador e aglutinador da actividade cultural da Cidade, ao ponto dos seus detractores de ontem estarem entre os seus grandes consumidores e defensores de hoje. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de Abril de 2008, delibera assinalar o 15º aniversário da inauguração do Centro Cultural de Belém, saudando todos aqueles que participaram na decisão, no projecto e na sua construção, dotando a Cidade de Lisboa de um equipamento cultural e multidisciplinar de elevada qualidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOZE** -----

----- “À revelia do entendimento expresso pelas autoridades nacionais competentes, a saber a Autoridade para as Condições de Trabalho, a CML prepara-se para entregar a área da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho aos Serviços Sociais, entidade autónoma no Município. -----

----- Efectivamente, em parecer, esta Autoridade entende que a CML deve ter serviços próprios nesta área, ou seja serviços que façam parte integrante da sua estrutura hierárquica. -----

----- Em simultâneo, a CML está a dispensar médicos de medicina do trabalho, sem que explique ou se percebam os critérios adoptados para tais dispensas. -----

----- E, mais uma vez, a maioria camarária PS/BE está a proceder a tais dispensas sem informar, devidamente, e de forma exaustiva e atempada, a Assembleia Municipal de Lisboa dos fundamentos por que o faz, no que constitui um processo contínuo e recorrente de desrespeito pelas deliberações tomadas pelo órgão representativo dos cidadãos de Lisboa. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de Abril de 2008, delibera: -----

----- 1. Censurar a maioria camarária PS/BE, pelo total e completo desrespeito pelas deliberações sucessivas tomadas nesta Assembleia Municipal em matéria de dispensas de trabalhadores camarários e exigir o seu cumprimento. -----

----- 2. Exigir total esclarecimento sobre a situação prevista para os serviços camarários de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, bem como sobre as dispensas de pessoal a eles afecto, em especial os médicos de medicina do trabalho.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO TREZE** -----

----- “A Feira do Livro de Lisboa constitui um dos momentos mais marcantes da vida cultural da Cidade, sendo uma iniciativa anualmente aguardada com enorme expectativa pelos Lisboaetas. -----

----- Neste momento verifica-se uma situação de indefinição quanto ao modelo da Feira deste ano, e mesmo sobre a sua realização. -----

----- Perante esta situação, e constituindo obrigação de todos aqueles que têm responsabilidades na Cidade, e também no sector livreiro, funcionarem como garantes da sua realização, -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de Abril de 2008, delibera: -----

----- a) Apelar fortemente, à APEL e à UEP, para que criem as condições de realização da Feira do Livro de Lisboa de 2008; -----

----- b) Exortar a CML para que exerça as suas funções de conciliadora neste processo, assegurando a normal realização da Feira em 2008; -----

----- c) Desejar que, em 2009, com a necessária articulação entre a CML, a APEL e a UEP, sejam atempadamente definidos os moldes de realização desta iniciativa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CATORZE** -----

----- **Contra a Estigmatização** -----

----- “1. Considerando que recentemente, e no espaço de dez dias, ocorreu mais uma série de aparatosas operações policiais em várias zonas da cidade; -----

----- 2. Considerando o aparato e o mediatismo que envolveram estas operações policiais, nomeadamente as ocorridas na zona Martim Moniz - Almirante Reis, no Bairro Padre Cruz e no Bairro da Horta Nova, contribuem para agravar estigmatização de que estas populações já são alvo, habitualmente; -----

----- 3. Considerando que a operação policial realizada no Martim Moniz envolveu os serviços de acção social CML e que um dos objectivos anunciados foi o a reabilitação desta zona da cidade e o “encaminhamento de situações de vulnerabilidade social”; -----

----- 4. Considerando que um dos principais resultados desta operação foi a identificação de 310 imigrantes, criando um clima de intimidação e de medo; -----

----- 5. Considerando a necessidade de atender a critérios de humanidade no combate ao crime e à insegurança quando se trata de zonas com mais carenciados e/ou com maior presença de imigrantes; -----

----- 6. Considerando inaceitável que em Democracia, o medo, o estigma e a violência sejam utilizados como mecanismos de regulação social das relações entre as populações mais pobres e o Estado; -----

----- 7. Considerando que no decurso destas operações são amiúde lesados os princípios de igualdade de tratamento e de direitos fundamentais; -----

----- 8. Considerando que estas actuações das forças policiais reforçam a criminalização dos imigrantes e acentuam o crescimento de sentimentos racistas e xenófobos na sociedade e reforçam as políticas securitárias contra os imigrantes; -----

----- 9. Considerando que este tipo de acções não são realmente eficazes no combate ao crime e à insegurança, criando antes um clima de maior tensão social e de desconfiança. -----

----- 10. Considerando a necessidade de políticas e práticas que tratem seriamente os problemas sociais, e que reconheçam e valorizem a diversidade cultural da cidade de Lisboa; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 22 de Abril de 2008, delibere: -----

----- 1. Repudiar o carácter desproporcionado e estigmatizante que estas acções assumiram. -----

----- 2. Condenar a participação da CML neste tipo de operações claramente desadequadas e em nada contribuindo para a melhoria das respostas sociais; -----

----- 3. Reafirmar a necessidade de valorizar a diversidade cultural e promover políticas de intervenção social que permitam a inclusão dos cidadãos imigrantes e seus descendentes e reforcem o exercício da cidadania.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

MOÇÃO NÚMERO QUINZE

----- “Considerando que: -----

----- 1. No passado dia 04 de Abril procedeu-se à assinatura dos Protocolos de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Lisboa nas Juntas de Freguesia. ---

----- 2. Estes Protocolos entraram assim em vigor apenas a partir dessa data, embora com eficácia retroactiva a 01 de Janeiro de 2008, devido a diversas hesitações, interferências e decisões contraditórias por parte dos responsáveis da maioria Municipal, tudo com elevado prejuízo para as Juntas de Freguesia e moradores da Cidade de Lisboa. -----

----- 3. As Freguesias de Lisboa asseguraram entretanto, com elevado sacrifício das suas condições operativas e de gestão, a continuidade das actividades no espaço público e outros, objecto dos referidos Protocolo sem qualquer verba lhes tivesse sido entretanto atribuída. -----

----- 4. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa comprometeu-se perante esta Assembleia Municipal a fazer afectar a estes Protocolos os mesmos valores relativos a 2007, actualizados pela taxa inflacionária definida nos termos legais. Estes factos foram confirmados pelo Senhor Vereador Vice-Presidente da CML, tendo ficado ainda definido que nos casos em que falte a verba inscrita em 2007 por razões relacionadas com as Eleições Intercalares nesse ano ocorridas e as competências apenas de Gestão da Comissão Administrativa que entretanto dirigiu os destinos da Câmara, se utilizaria como indicador o conjunto das verbas que foram alocadas no pretérito ano de 2006. Definiu-se ainda na mesma ocasião que os mesmos princípios se consideravam válidos para o ano de 2008 e que seriam aplicados correspondentemente no ano de 2009. -----

----- 5. Embora a maioria os Presidentes de Junta considerassem que o expediente financeiro utilizado pela Câmara para esses efeitos é de correcção muito duvidosa, não quiseram levantar problemas relevantes à Câmara Municipal que redundariam sempre em prejuízo dos habitantes e visitantes da Cidade de Lisboa. -----

----- 6. Várias dificuldades se têm levantado porém quanto ao cumprimento pela Câmara dos compromissos assim assumidos. Especificamente continuam a faltar os montantes investidos pelas Juntas em nome da Câmara e em sua substituição,

relativamente aos Programas Praia-Campo Infantil, Praia-Campo Sénior, CAF–Componente de Apoio à Família, Projecto RODA, e outros de cooperação, com obstáculos sucessivos de carácter burocrático e orçamental. -----

Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa reunidos em Sessão Ordinária no dia 22 de Abril de 2008 deliberam: -----

----- 1. Repudiar os expedientes dilatatórios e obstáculos burocráticos utilizados pelos serviços da Câmara para evitar cumprir os compromissos assumidos formalmente pela Câmara Municipal de Lisboa para com as Juntas de Freguesia. -----

----- 2. Solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que instrua os seus serviços no cumprimento imediato dos pagamentos em falta em todas as Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa relativamente ao ano de 2007, assumindo também a validade desses princípios para o ano sucessivo de 2009.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Magalhães Pereira, do PSD) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM

----- “Considerando que: -----

----- Na Escola Básica nº 21 e Jardim-de-Infância de Santa Engrácia foram registados 23 assaltos em 16 meses, tendo o último acontecido em 23 de Março; -----

----- Na sequência destes assaltos a escola ficou sem material informático e audiovisual, bem como material de desgaste e livros; -----

----- Apesar de intenções anunciadas pela CML sobre a colocação de alarmes e grades amovíveis, a insegurança mantém-se, o que também impede que se concretize a reposição do equipamento furtado, com evidente prejuízo para o normal desenvolvimento do projecto educativo; -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de Abril de 2008, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: --

----- Que sejam repostos o material danificado e os equipamentos furtados, para que o trabalho com as crianças não continue a ser prejudicado.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, do PCP)-----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS

----- “Considerando: -----

----- - A existência de um projecto de construção de um polidesportivo na Rua Conde de Nova Goa, na Freguesia de Campolide; -----

----- - Que para tal finalidade fora concedido um direito de superfície ao Campolide Atlético Clube, sito na Av. Calouste Gulbenkian, tornejando para a Rua Conde de Nova Goa, com a área de 2964,50m²; -----

----- - Que tal projecto nunca foi executado, tendo a Câmara Municipal de Lisboa aprovado a cessação do direito de superfície na deliberação CM/507/2007; -----

----- - Que a Piscina de Campolide, contrapartida da abertura da Av. Miguel Torga, que viabilizava o empreendimento aí existente, a edificar na Rua Estêvão Pinto, nunca foi construída. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de Abril de 2008, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:

- 1. A adaptação do projecto de polidesportivo previsto para a Rua Conde de Nova Goa, por forma a integrar a piscina, inicialmente projectada para a Rua Estêvão Pinto;--
----- 2. O lançamento do concurso de adjudicação do complexo a projectar, num prazo não superior a um ano.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal João Saraiva, do PCP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- “O Cinema Quarteto, situado na Freguesia de Alvalade, encerrou as suas portas porque necessitava de algumas obras para poder funcionar. -----

----- Foi inaugurado em 1975 sendo o 2º cinema mais antigo de Lisboa e o 1º “multiplex” do país. É parte intrínseca da memória cultural da cidade, à qual uma grande parte dos Lisboetas está associada. -----

----- O encerramento dum equipamento cultural como o cinema Quarteto que defendia um cinema de qualidade para um público mais específico e à margem das grandes redes distribuidoras, constituirá uma verdadeira perda para a cidade de Lisboa. -----

----- Assim, -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de Abril de 2008 recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- - Desenvolva todos os esforços no sentido de promover a reabertura do cinema Quarteto como espaço cultural da Cidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho e pela Deputada Municipal Teresa Almeida, do PS) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- Gestão e Poupança de Água na Cidade de Lisboa -----

----- “A água é um recurso estratégico para a humanidade que, além de manter a vida no planeta Terra, sustentar a biodiversidade, a produção de alimentos, de ser o suporte de todos os ciclos naturais, tem uma extrema importância ecológica, económica e social. Todas as civilizações do mundo, passadas, presentes e futuras, dependem e dependerão da água para a sua sobrevivência económica e biológica e para o seu desenvolvimento económico e cultural. -----

----- O recurso Água é cada vez mais um bem escasso, e segundo dados revelados em Fevereiro do ano passado, pela FAO, agência das Nações Unidas para agricultura e alimentação, dentro de 20 anos, uma proporção de dois terços da população do mundo deve enfrentar escassez de água. -----

----- Considerando que, a cidade de Lisboa tem uma Matriz da Água, elaborada há 4 anos, cujos dados apontam para que cada habitante de Lisboa gasta por dia uma média de 367 litros de água, o que ultrapassa a média do país e da União Europeia, e que o maior consumo de água potável da Câmara é nos jardins, representando 55% dos gastos e ainda que 22% são gastos em lavagens de ruas; -----

----- Considerando que a Matriz da Água de Lisboa preconiza, entre outras questões, áreas prioritárias de intervenção, como sejam, o combate às perdas, a gestão da procura, reutilização de águas cinzentas e águas residuais tratadas para usos não potáveis, bem como, metas e medidas necessárias ao desenvolvimento de acções para uma utilização sustentada da água na cidade; -----

----- Considerando que se continua a observar que diversos jardins e espaços verdes são regados em horas de maior calor, que existem pela cidade inúmeros bebedouros públicos sempre num constante desperdício de água, e de que esta perda constitui uma excessiva e extra despesa para o município; -----

----- Considerando que já existem na cidade de Lisboa, exemplos do correcto aproveitamento das águas pluviais do Parque Oeste, no Alto do Lumiar, ou a utilização dos recursos hídricos subterrâneos de Monsanto. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Adote, com carácter de urgência, medidas de controlo, racionalização e gestão integrada da água neste município, cumprindo desta forma com as directrizes presentes na já elaborada Matriz da Água; -----

----- 2. Estabeleça a curto prazo medidas progressivas de rega mais eficientes, como por exemplo, sistemas de rega gota-a-gota, nebulização, micro-aspersão, que permitam uma melhor calendarização e temporização, controlando os picos de consumo e as condições climáticas mais adequadas à rega; -----

----- 3. Adote igualmente a instalação de torneiras ou outros mecanismos que permitam controlar a saída do caudal de água nos bebedouros públicos, evitando-se desta forma graves desperdícios de água potável; -----

----- 4. Finalmente, promova campanhas de sensibilização com o objectivo de apelar à necessidade de uma efectiva poupança da água, tendo em vista uma alteração sustentada dos hábitos de consumo no município de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e João Martins, do PEV) -

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO CINCO** -----

----- Jardim Botânico de Lisboa -----

----- “O Jardim Botânico da Universidade de Lisboa é um jardim científico projectado nos meados do século XIX. A sua plantação foi iniciada em 1873, acabando por ser inaugurado em 1878. Já naquela altura, foi desde logo considerado um moderno e útil complemento para o ensino e investigação botânicas na Escola Politécnica. -----

----- Naquele espaço existe uma enorme diversidade de plantas provenientes dos quatro cantos do mundo que, graças ao local escolhido e ao clima ameno da cidade de Lisboa, rapidamente prosperaram, ocupando todo o espaço, antevendo-se que, com o tempo, a cidade viria a ganhar um espaço verde rico e com enorme interesse cénico e botânico. ---

----- O Jardim Botânico tem sido ao longo dos tempos, um espaço que contrasta fortemente com a vivência apressada na cidade, e onde, a quem o frequenta fornece não só recolhimento e prazer, como também as colecções botânicas que acolhe servem vários ramos da investigação botânica, que demonstram junto do público e das escolas a enorme diversidade de plantas, algumas mesmo, em elevado risco de extinção. -----

----- Considerando que o Jardim Botânico tem sido ao longo dos tempos um importante promotor de conhecimento, inovação, investigação sobre o mundo vegetal, e uma referência para a Estratégia Global para a Conservação de Plantas, integrando diversas redes internacionais; -----

----- Considerando que o Jardim Botânico se encontra incluído num dos dois museus universitários científicos que existem naquele espaço, a funcionar em pleno, com 120 mil visitantes por ano, possuindo um património com 400 anos de história, os quais constituem o pólo histórico-científico mais importante da cidade; -----

----- Considerando que no Jardim Botânico existem espécies únicas, de enorme raridade e que só em Jardins Botânicos se conservam, algumas tendo já desaparecido de muitas cidades europeias, e que este representa um meio importante e efectivo na conservação de plantas ameaçadas de extinção; -----

----- Considerando que o Jardim Botânico, em estreita colaboração com os restantes museus da Politécnica, desenvolve, diariamente, diversos programas de educação ambiental para os mais diversos níveis etários da população estudantil, oferecendo igualmente visitas temáticas diárias e estando actualmente a alargar esta vertente da Educação para uma perspectiva de educação em cidadania; -----

----- Considerando que o Jardim Botânico se encontra presentemente em fase de homologação por parte do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), para que seja classificado como Monumento Nacional; -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Seja feita uma correcta definição do que é e o que representa o Jardim Botânico na e para a cidade de Lisboa, uma vez que o mesmo tem uma importância estratégica e de valorização para a cidade; -----

----- 2. Exija um estudo de impacte ambiental para toda a zona do Jardim Botânico, bem como para a sua envolvente, fazendo ao mesmo tempo um levantamento de todas as potencialidades do Jardim e dos pontos fracos do que ainda falta fazer, para que o Jardim Botânico possa ser um jardim de futuro em termos de investigação, educação para a cidadania e protecção do espólio existente; -----

----- 3. Diligencie junto da Carris para que proceda à reposição do eléctrico nº 24, e reforce as carreiras de transportes públicos junto do Jardim Botânico, a fim de uma melhoria da mobilidade dos seus visitantes; -----

----- 4. Não permita a abertura desmesurada do Jardim Botânico ao público, como prevêem alguns dos projectos apresentados no decorrente concurso de ideias para o Parque Mayer, para salvaguarda da própria segurança do Jardim.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e João Martins, do PEV) -

RECOMENDAÇÃO NÚMERO SEIS

----- “Considerando: -----

----- Que se encontra agendada para a sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, a realizar em 22 de Abril de 2008, a Proposta nº 91/2008, da Câmara Municipal de Lisboa, com vista à reabilitação da zona da Baixa-Chiado. -----

----- Que qualquer projecto de revitalização daquela zona da cidade deve passar, obrigatoriamente, pela fixação de população residente, factor fundamental para uma dinamização que não resulte de iniciativas pontuais e casuísticas, mas sim de uma visão estratégica. -----

----- Que, desde 2001, a zona da Baixa-Chiado tem sido objecto de um planeamento estratégico com vista à prossecução do objectivo fundamental que é a fixação de residentes. -----

----- Que a Proposta nº 91/2008 prevê um conjunto de intervenções específicas e casuísticas, que não resultam da acção da CML mas sim de instituições e/ou organismos exteriores a ela, sem que sobre elas o Executivo tenha qualquer necessidade de se pronunciar, pelo que constituiu uma não acção por parte da CML. -----

----- Que não existe necessidade para a suspensão parcial dos artigos 38.º a 40.º do regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa nas áreas assinaladas na planta anexa à Proposta nº 91/2008, uma vez que não se prevê a alteração de utilização. -----

----- Que a população de Lisboa em geral e da Baixa em particular, aguarda por medidas reais da CML na referida zona. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de Abril de 2008, recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que elabore um projecto de arquitectura para a reabilitação e requalificação urbana de dois quarteirões da zona abrangida pela área Histórica da Baixa, identificada na planta anexa à Proposta nº 91/2008, agendada como ponto 2 desta sessão, planta essa que se junta à presente Recomendação, que promova a sua execução para recuperação efectiva do tecido urbano, permitindo assim uma verdadeira fixação do tipo residencial.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO SETE

----- Sobre a nova travessia do Tejo -----

----- “1. Considerando a resolução aprovada em reunião da CML na passada semana sobre a travessia do Tejo onde se considerava: -----

----- “1. A deliberação nº 246/07 da CML, de 5 de Setembro, segundo a qual a CML deveria: -----

----- a) solicitar ao Governo uma reunião urgente, com todos os intervenientes no planeamento da rede de circulação e transportes da área (CCDRLVT, Instituto de Transportes, Junta Metropolitana de Lisboa e Operadores de Transportes) para esclarecimento cabal das localizações do traçado do TGV e da ponte Chelas-Barreiro, bem como da sua articulação com os instrumentos municipais e regionais de gestão de território; -----

----- b) preparar o debate público, em articulação com os municípios da AML, sobre a localização da Terceira Travessia do Tejo (TTT), o traçado do TGV, a estação ferroviária de Lisboa, a localização do aeroporto de Lisboa e implicações destas decisões na revisão do PDM municipal, na política de solos municipal, na gestão urbanística e na rede viária e de transportes públicos da cidade de Lisboa; -----

----- 2. A deliberação favorável do Governo sobre a construção da TTT no corredor Chelas-Barreiro, incluindo os modos ferroviário e rodoviário, anunciada no passado dia 3 de Abril, e de acordo com a qual o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi mandatado para promover o desenvolvimento do projecto, nomeadamente a inserção da Terceira Travessia do Tejo nos sistemas viários do

Barreiro e de Lisboa, tendo como objectivo lançar o concurso público internacional para a concessão no próximo mês de Novembro; -----

----- 3. *A obrigatoriedade legal, nos termos do Decreto-lei nº 69/2000, de 3 de Maio, de sujeitar esta decisão a uma Avaliação de Impacto Ambiental;* -----

----- 4. *A obrigatoriedade legal, consagrada entre as medidas prioritárias do PNPT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (lei 58/2007, de 4 de Setembro de 2007, rectificada pela Declaração de rectificação n.º 80-A/2007, Diário da República, de 7 de Setembro de 2007) de “introduzir procedimentos de avaliação do impacte territorial da criação de infra-estruturas e equipamentos de uso colectivo, nomeadamente em termos do impacto no crescimento urbano, na mobilidade e no uso eficiente de recursos” (medida 5 do objectivo 3.3);* -----

----- 5. *A promessa de conclusão do processo de discussão do novo modelo das Autoridades Metropolitanas de Transportes, reiterada pela Secretária de Estado Ana Paula Vitorino na Assembleia da República em Julho de 2007, durante o debate de urgência sobre «Políticas de Transportes nas Áreas Metropolitanas» e visando a alteração do modelo criado pelo Decreto-lei nº 268/2003, de 28 de Outubro, que até à data não foi possível implementar;* -----

----- 6. *O facto de o Estudo de Impacto Ambiental obrigatório por lei já estar a ser elaborado e ter de responder a questões como: ordenamento do território e eventuais conflitos de interesses entre a margem direita e a margem esquerda do rio Tejo; política de transportes e estratégias nacional e regionais de desenvolvimento sustentável; análise dos impactos em termos de poluição atmosférica, sonora e visual; impacto paisagístico e ambiental da ponte Chelas-Barreiro no estuário do Tejo e das suas amarrações, no modo rodo-ferroviário, no ambiente urbano de Lisboa e no património classificado da capital; impactos no funcionamento do Porto de Lisboa.”*

----- 2. Considerando a necessidade do funcionamento urgente da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa; -----

----- 3. Considerando a necessidade de a Câmara Municipal de Lisboa ter completa autoridade legal sobre as redes de transportes da Carris e do Metro, para não continuar a acontecer colocarem linhas e retirarem linhas de transporte à revelia das deliberações dos órgãos do Município de Lisboa: -----

----- 4. Considerando a necessidade, já por inúmeras vezes enunciadas, de existir um único passe social de transportes de acesso a todos os transportes públicos da Área Metropolitana de Transportes, em vez das centenas de variados títulos de transporte; ---

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 22 de Abril de 2008, decida: -----

----- 1. Apoiar a deliberação da CML de propor ao Governo a inclusão, no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) sobre a Terceira Travessia do Tejo (opção Chelas-Barreiro, modos rodo e ferroviário), da avaliação cuidadosa e tão rigorosa quanto possível dos seguintes aspectos: -----

----- - consequências das novas acessibilidades no funcionamento da rede viária de Lisboa, novas obras requeridas e respectivos custos financeiros e ambientais, incluindo riscos de congestionamento;

----- - políticas tarifárias de portagens e transportes colectivos, confrontadas com as previsões do poder de compra das famílias; respectivos impactos nas deslocações quotidianas para Lisboa e a partir de Lisboa; -----

----- - novas acessibilidades e seu previsível impacto na evolução demográfica e urbana nas duas margens do Tejo. -----

----- 2. Apoiar a deliberação da CML de que o executivo camarário não prescinda de tornar claras as dificuldades que a introdução do modo rodoviário vai trazer ao funcionamento da rede viária da capital e apresente soluções alternativas mais sustentáveis e compatíveis com a melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida dos lisboetas; -----

----- 3. Apoiar a deliberação da CML de que o executivo camarário tenha um papel activo no âmbito da Junta Metropolitana de Lisboa, junto do Governo e na opinião pública em defesa de uma política metropolitana sustentável de mobilidade, exigindo o cumprimento das promessas governamentais sobre o novo modelo da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa. -----

----- 4. Recomendar que a CML junto do Governo reclame do mais rápido funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes; -----

----- 5. Recomendar que a CML, junto do Governo, encontre a solução para a criação de um único título de transporte social para todos os meios de transporte da Área Metropolitana de Lisboa; -----

----- 6. Recomendar que a CML, junto do Governo, solicite as medidas legislativas necessárias para que qualquer linha de transporte da Carris e do Metro tenham de ser autorizadas pela CML quer a sua implantação quer a sua retirada de serviço, integradas nos planos de transportes e acessibilidades da cidade de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO SETE-A** -----

----- Terceira Travessia do Tejo -----

----- “Durante anos discutiu-se profundamente todas as complexas questões relacionadas com a localização do Novo Aeroporto de Lisboa e as novas travessias do Tejo perante a impossibilidade da Ponte 25 de Abril dar fluidez ao trânsito, mesmo depois da construção da Ponte Vasco da Gama e a introdução do módulo ferroviário. ---

----- A opção pela Alta Velocidade (T.G.V.) e a decisão de localizar o novo aeroporto de Lisboa na margem Sul (Alcochete) tomaram ainda mais premente a necessidade de mais uma travessia, no mínimo ferroviária. -----

----- Na Câmara Municipal de Lisboa e nas restantes câmaras da Área Metropolitana de Lisboa e respectivas Assembleias Municipais, o assunto foi ao longo dos últimos meses tema de permanente actualidade, alimentado pela discussão pública e mediática das muitas estratégias e interesses que envolvem o seu possível futuro desenvolvimento. ---

----- Nem sempre as discussões foram pacíficas com os municípios da margem sul do Tejo a preferirem as soluções que melhor servissem a sua mais rápida ligação à cidade de Lisboa. -----

----- No entanto ficou sempre claro que na defesa dos interesses de Lisboa e dos lisboetas todas as soluções que objectivamente não aliviassem a pressão sobre a

congestionada Ponte 25 de Abril e ou aumentassem o nº de veículos a entrar na cidade seriam desastrosas para Lisboa cujos índices de poluição já são elevadíssimos, com engarrafamentos e grande desgaste físico e psicológico para todos os que se deslocam de automóvel entre as duas margens. -----

----- O governo com uma rapidez pouco habitual, decidiu mesmo antes do obrigatório estudo de impacto ambiental, que a localização da Terceira Travessia sobre o Tejo seria no eixo Chelas-Barreiro e a mesma teria uma valência rodoviária e uma valência ferroviária. -----

----- Ou seja, o governo decidiu exactamente o que neste contexto seria o pior para a cidade de Lisboa e para os lisboetas, tendo o presidente da Câmara de Lisboa Dr. António Costa o primeiro a dar a notícia, sem que se lhe notasse especial angustia ou reprovação. -----

----- Haverá quem conteste a opção pela Alta Velocidade, haverá quem a aprove, haverá quem concorde com a localização do novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete, haverá quem ainda prefira a Ota, como parece ser o caso do Presidente da Câmara de Lisboa que foi um dos seus grandes defensores, mas seguramente nenhum Lisboeta consciente pode aprovar que Lisboa seja invadida por mais muitos milhares de automóveis diariamente, que se aumentem os níveis de poluição e se congestionem em termos de trânsito a cidade para níveis insustentáveis. -----

----- Por isso é fundamental que a Assembleia Municipal de Lisboa assuma as suas responsabilidades e use toda a sua influência política para que esta decisão não se concretize e que se apurem todos os efeitos negativos que esta decisão iria causar, caso viesse a ser tomada, à qualidade de vida na cidade. -----

----- Assim a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em sessão ordinária em 22 de Abril de 2008 delibera recomendar ao Executivo Camarário: -----

----- 1- Que defenda, o mais possível, junto do Governo a alteração da decisão de construir a Terceira Travessia do Tejo no eixo Chelas-Barreiro no módulo rodod-ferroviário, aprofundando todas as opções que favoreçam o percurso Aeroporto em Alcochete-Lisboa e tenham menos impacto na cidade, defendendo nesta ligação apenas o modulo ferroviário. -----

----- 2- Levar a que o Governo só decida em definitivo qual a localização e os módulos após todos os estudos económico-financeiros, de tráfego, ambientais, de impacto visual e urbano, acessibilidades e ordenamento do território estarem realizados e disponíveis para discussão pública. -----

----- 3- Exigir do Governo a rápida entrada em funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes. -----

----- 4- Propor ao Governo o reforço da ligações rodoviárias entre o Barreiro e o Montijo orientando o tráfego através do arco ribeirinho para a Ponte Vasco da Gama, cujo nível de saturação está longe de ser atingido ao contrário da Ponte 25 de Abril. -----

----- 5- Que a Câmara Municipal de Lisboa assuma o seu papel na gestão das acessibilidades, trânsito e transportes colectivos na cidade de Lisboa, não permitindo que os operadores de transportes públicos ou privados definam trajectos e respectivas cargas horárias à total revelia das decisões da Câmara e das Juntas de Freguesia. -----

----- 6- Que a Câmara Municipal de Lisboa tenha assento em órgão que no âmbito da Autoridade Metropolitana de Transportes venha a definir carreiras e toda a política tarifária dos transportes públicos na Arca Metropolitana de Lisboa com o objectivo de diminuir o impacto do seu custo na economia das famílias e de facilitar a utilização dos transportes públicos por um cada vez maior número de utentes.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO OITO** -----

----- “Atendendo que a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, contrariando a decisão do Tribunal de 1ª Instância, vem apoiar a atribuição do espaço dinamizado pela Associação Cultural Palco Oriental à Igreja de S. Bartolomeu do Beato; -----

----- Considerando que esta associação tem desenvolvido um projecto cultural e artístico fundamental na dinamização da vida cultural na zona oriental de Lisboa, tendo acolhido centenas de artistas, das mais variadas formas de expressão; -----

----- Tendo em conta que este projecto cultural foi construído ao longo de mais duas décadas, implicando um grande investimento humano e material de requalificação do espaço, cujo valor humano, cultural e social ultrapassa qualquer quantificação material; -----

----- Atendendo que este investimento representou o aproveitamento de um espaço que foi abandonado pela entidade que o ocupava, sem que ninguém o reivindicasse durante décadas; -----

----- Considerando que a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, coloca na eminência o despejo da Associação Cultural, impossibilitando a continuidade deste projecto cultural e privando artistas e população do usufruto deste espaço cultural; -----

----- Considerando que a carência de equipamentos e espaços cultural é particularmente significativa na zona oriental de Lisboa; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 22 de Abril de 2008, delibere: -----

----- 1 - Que a Câmara Municipal de Lisboa desenvolva diligências no processo procurando, junto de todas as entidades envolvidas, uma solução que permita a continuidade do projecto cultural e artístico da Associação Cultural Palco Oriental. -----

----- 2 - Que, no caso de não ser conseguido o entendimento entre as duas entidades, seja cedido a esta Associação Cultural um outro espaço, na mesma zona geográfica e com condições idênticas, necessárias à continuidade do projecto artístico e cultural desta associação.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO NOVE** -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. A promoção e o desenvolvimento do Teatro em Lisboa nas suas vertentes populares, de entretenimento e outras de cultura, muito deve à figura de Vasco Morgado, que durante anos sucessivos apoiou e colocou em cena em vários Teatros desta cidade de Lisboa, Revistas à Portuguesa, Comédias, Burlescos e todas as outras vias de Cultura Teatral. -----

----- 2. A sua determinante acção e amor pelas formas autênticas e populares de Teatro, exerceu-se sobretudo nos Teatros do PARQUE MAYER, sem descurar outras Salas de Espectáculo de Lisboa de que é exemplo relevante o desaparecido Teatro Monumental.

----- 3. Esta cidade não fez ainda justiça a essa figura ímpar de promoção cultural e encontrando-se o PARQUE MAYER em vias de reestruturação será ocasião indicada para o devido e merecido reconhecimento. -----

----- 4. A Toponímia das ruas e artérias da cidade não deve porém sofrer alterações por razões triviais e nunca aquelas em que a referência urbana é específica e não subsidiária. -----

----- 5. Nas imediações do PARQUE MAYER o único arruamento cuja designação não é tradicional ou independente é a Travessa do Salitre cuja fonte toponímica é exclusivamente a vizinha Rua do Salitre. -----

----- Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa reunidos em Sessão Ordinária no dia 22 de Abril de 2007 deliberam: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que dê indicações aos seus Serviços Gerais, nomeadamente à DAET – Divisão de Alvarás, Escrivania e Toponímia para que o nome de Vasco Morgado seja atribuído a uma artéria da cidade de Lisboa nas imediações de Teatro ou conjunto de Salas de Espectáculo. -----

----- 2. Recomendar também que, preferencialmente, seja escolhida a Travessa do Salitre, arruamento de acesso à entrada principal do PARQUE MAYER.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Magalhães Pereira, do PSD) -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que muito tempo se passara desde a última reunião da Assembleia, portanto muitos temas havia para tratar, muitos ficariam por tratar seguramente, mas iria abordar alguns que não estavam completamente inseridos nas moções. -----

----- Começando pela questão da celebração de protocolos de delegação de competências na área dos Espaços Verdes, disse que era de assinalar o facto de neste processo, que acabara da maneira que acabara, a Câmara tivesse estado contra si própria, tivessem assistido a um desfasamento gritante entre aquilo que eram os compromissos assumidos pelo Sr. Presidente da Câmara e aquilo que foram as decisões assumidas pelo Sr. Vereador do Pelouro, e aquilo que foi a seguir a desautorização do Sr. Vereador do Pelouro em relação aos compromissos do Sr. Presidente da Câmara, mantendo uma verba inferior em relação àquela sobre a qual tinha havido um compromisso político, e o que foi a desautorização do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador naquilo que, assumindo o erro de visão do Sr. Vereador Sá Fernandes, foi o complementar das verbas em falta relativamente ao que as Juntas de Freguesia tinham recebido em 2006 e 2007 para manutenção dos espaços verdes. --

----- De facto, foi um processo estranho porque não era uma questão financeira, era apenas uma questão de não se afrontar o Sr. Vereador Sá Fernandes, portanto aceitar o errado da sua posição definindo uma verba que era inferior e que não permitia aos Presidentes de Junta manterem os jardins. Portanto, assumindo o erro complementando essa verba para que fosse possível as Juntas de Freguesia manterem os espaços verdes, porque se não o que teria sucedido era que a Câmara teria ficado

com a grande maioria dos espaços verdes da cidade, e em vez de terem dez concursos públicos internacionais como agora estavam agendados teriam trinta ou quarenta, o que dava bem a ideia do autismo relativamente à forma como a Vereação se comportara e se ia comportamento nesse processo. -----

----- Referiu também a preocupação do PSD com o processo de nomeação e de delegação e subdelegação de competências, por parte do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador do Pelouro do Urbanismo, em cargos dirigentes da Câmara Municipal de Lisboa, cargos dirigentes esses que não existiam na orgânica municipal. -----

----- Disse que estavam ao lado dos Vereadores do PSD nessa matéria, aguardavam com expectativa o inquérito que foi solicitado à Direcção-Geral da Administração Local, e não podiam deixar de considerar espantoso que fosse assumido, por escrito, pelo Sr. Vereador do Urbanismo que havia estruturas legais na Câmara mas que também havia estruturas reais. Para o PSD só havia estruturas legais, que eram aquelas que resultavam da lei e das propostas aprovadas em termos de estrutura municipal. Não havia reais que não fossem legais, porque as estruturas reais que não fossem legais eram ilegais. Portanto, tudo isso era uma situação pouco clara, pouco transparente, que teria que ser esclarecida. -----

----- Em relação à Moção n.º 14, apresentada pelo BE, disse que o PSD estava sempre a favor da diversidade cultural, da inclusão social, do respeito pelos imigrantes e pelo exercício dos direitos de cidadania que lhes fossem devidos. Mas, pese embora os esforços que foram feitos na linguagem da Moção, não se reviam na forma como ela retratava situações que não cabia à Assembleia Municipal aperceber-se, ou perceber ou decidir sobre a proporcionalidade ou não proporcionalidade de meios, sobre a condenação da participação da Câmara, quando a participação dos Serviços Sociais da Câmara nesse processo foi precisamente para procurar identificar os moradores que necessitavam de apoio social, e essa era uma Moção que, nos seus considerandos, continuava num determinado processo que passava por criar uma imagem extremamente negativa das forças de segurança, cuja credibilidade e prestígio era essencial em qualquer Estado democrático. Portanto, o PSD não poderia acompanhar essa Moção. -----

----- Sobre as moções apresentadas pelo seu Grupo Municipal disse que elas falavam por si. Em relação à Moção n.º 9, sobre a zona ribeirinha, por muito que a Câmara viesse dizer que estavam a falar de outra coisa, que era uma coisa diferente, a verdade era que a zona ribeirinha era só uma. A transferência de terrenos da Administração do Porto de Lisboa para a Câmara Municipal de Lisboa era só uma, o diploma que o Senhor Presidente da República devolvera ao Governo sobre essa matéria era só um, o que estava escrito no *site* oficial da Câmara Municipal de Lisboa quando da assinatura do protocolo, estava escrito. Portanto, estavam a falar de intervenções na zona ribeirinha. -----

----- Tendo o Senhor Presidente da República devolvido o diploma ao Governo para esclarecimentos, e estando o processo a decorrer entre os dois órgãos de soberania, entendia o PSD que seria do mais elementar bom-senso e respeito institucional que a Câmara tivesse parado o processo, aguardando por esses esclarecimentos. Ao não o

fazer, desrespeitava a função presidencial, desrespeitava o Senhor Presidente da República, e isso o PSD teria que ali denunciar. -----

----- Mais: a Câmara não podia, nesse processo, estar refém das pressões de terceiros para verem caucionadas as suas iniciativas, as suas ideias, os seus nomes, o que quer que fosse. O *timing* da Câmara teria que ser o *timing* do Município, não devia ser outro e devia estar em consonância com o respeito institucional que a figura do mais alto magistrado da Nação deveria com certeza merecer de todos. -----

----- Mas também lamentavam profundamente que a Câmara não quisesse discutir na Assembleia Municipal esse plano, que chamara de estratégico mas que de estratégico tinha muito pouco, para a zona ribeirinha. Se a Câmara estava de boa-fé no processo, que trouxesse ali o plano para ser discutido pela Assembleia, para que todos pudessem contribuir para que a zona ribeirinha da cidade fosse mais rica e fosse mais amigável dos lisboetas. -----

----- Também não podiam aceitar e teriam que ali condenar veementemente, que depois de retalhar a frente ribeirinha, ao contrário daquilo que tinha sido o compromisso expresso pelo Sr. Presidente da Câmara de que agora, depois do protocolo, iria definir um plano estratégico coordenado de intervenção para a zona ribeirinha, que não houvesse plano estratégico coordenado, que a zona ribeirinha fosse retalhada em várias partes, que não houvesse uma entidade coordenadora e articuladora dessas intervenções, e que naquilo que a Câmara podia fazer e decidir por si, tivesse adjudicado directamente à Refer, entidade que tinha interesses na zona ribeirinha e que não seriam provavelmente coincidentes com os da Cidade de Lisboa, o Plano de Urbanização de Alcântara. -----

----- Sobre a Moção n.º 10, disse que ela era também preventiva, se quisessem utilizar essa expressão. Foi objecto de grandes parangonas nos jornais a fantástica ideia do Sr. Vereador Sá Fernandes de espalhar pela Cidade de Lisboa várias torres de energia eólica. Não estava em causa a energia eólica, todos concordavam que essa era uma energia importante, todos se deslocavam pelo País e viam esses equipamentos a funcionar, o que estava em causa era a sua localização dentro da Cidade de Lisboa, conforme se pretendia. Felizmente o Sr. Vereador tivera contra toda a oposição na Câmara Municipal, e a proposta teria morrido aí não fosse o Sr. Presidente da Câmara, espantosamente, ter dado uma borla ao Sr. Vereador Sá Fernandes tendo-lhe acenado com a possibilidade de, por despacho, decidir sobre essa matéria. -----

----- E aí ficaram todos aflitos porque já perceberam que da parte do Sr. Vereador Sá Fernandes, pelos vistos com a consonância e a aprovação do Sr. Presidente da Câmara, havia coisas que não passavam pela cabeça de ninguém mas que ainda assim eram feitas. Portanto, a Assembleia Municipal teria que se pronunciar e o PSD sugeria que ela se pronunciasse liminarmente contra a instalação de torres de energia eólica, pequenas ou grandes, gordas ou magras, na Cidade de Lisboa. -----

----- Ainda sobre a Moção n.º 10, disse que ela tinha uma gralha no primeiro parágrafo, trocara um “n” por um “l”, portanto onde se lia “Wild Parade Lisboa 2008” deveria ler-se “Wind Parade Lisboa 2008”. Mas jurava que foi mesmo uma gralha porque não foi influenciado pela característica selvagem dessa proposta. -----

----- Em relação à Moção n.º 11, disse que também desejavam ali assinalar os 15 anos passados sobre a inauguração do Centro Cultural de Belém, um equipamento hoje incontornável no circuito cultural da Cidade de Lisboa. Era com agrado que viam hoje grande parte da intelectualidade de esquerda, do PS e do PCP, serem dos maiores defensores e consumidores do Centro Cultural de Belém. Em boa hora os Governos do PSD decidiram, projectaram e executaram essa obra. -----

----- Por isso, saudavam ali, também o Vereador Manuel Salgado, os decisores políticos, os projectistas e os trabalhadores, porque hoje em dia ninguém se atrevia a dizer o que se dissera na altura, para atacar o Governo do PSD, sobre o Centro Cultural de Belém. Passados 15 anos, era tempo de assinalar essa realidade. -----

----- Quanto à Moção n.º 12, disse que ela tinha dois pontos distintos que tinham a ver com processos de dispensas de trabalhadores da Câmara, e com uma situação de eventual alteração da inserção na estrutura da Câmara dos Serviços de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho. -----

----- Em relação às dispensas, disse que o PSD tinha que censurar a Câmara Municipal e censurar também os Deputados Municipais do PS e do BE, porque suportavam a maioria, pelo facto de não serem capazes de cumprir e fazerem a Câmara cumprir as “n” deliberações tomadas em matéria de informação sustentada, adequada, detalhada, consistente e atempada dos variadíssimos processos que estavam em curso, de dispensas, não dispensas, prorrogações, não prorrogações, contratações e não contratações de pessoal. Era inaceitável que passados nove/dez meses sobre a primeira deliberação tomada quanto a essa matéria, a Assembleia Municipal continuasse a não ter a informação de que necessitava para acompanhar esse processo. -----

----- Por outro lado, também não podiam deixar de exigir esclarecimentos sobre o que se pretendia fazer, no futuro, quanto aos Serviços de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, considerando que numa altura em que os trabalhadores de todo o País passavam por momentos difíceis em termos dos seus direitos e regalias, que essa área, uma área importantíssima no trabalho de qualquer pessoa, que não se soubesse o que era que a Câmara pretendia fazer, e, aparentemente, o que pretendia fazer viesse à revelia das instruções da Autoridade Nacional para as Condições de Trabalho. -----

----- Passando à Moção n.º 13, disse que era uma Moção de preocupação com o futuro imediato da Feira do Livro. Não valia a pena estar ali a falar sobre o impacto da Feira do Livro na vida de cada um desde crianças. Não podia deixar de se realizar a Feira do Livro em Lisboa! -----

----- Nesta altura havia divergências entre a APEL e a UEP sobre essa matéria, e deveriam chamá-los à razão para que se entendessem e garantissem as condições para que a Feira se realizasse, mas a Assembleia Municipal não se poderia isentar de os exortar, e de exortar também a Câmara para intervir de uma forma forte nesse processo. A Câmara, como dinamizadora ou como entidade atenta à dinamização cultural da cidade, teria que se empenhar a fundo para conciliar as partes para que em 2008 houvesse Feira do Livro, em condições, em Lisboa. E desde já, para 2009, antecipar estes problemas e encontrar algum tipo de solução. -----

----- Relativamente à Recomendação n.º 6, que tinha a ver com a proposta 91/2008 sobre a Baixa-Chiado, agendada para esta Sessão, disse que o PSD queria a Baixa-Chiado viva e queria que os lisboetas vivessem na Baixa-Chiado. Para isso, desde 2001, procuraram, com responsabilidades na Câmara, garantir condições que permitissem a fixação de residentes na Baixa-Chiado, porque o facto de não terem hoje responsabilidades na Câmara não significava que o objectivo tivesse mudado. Para o PSD continuava a ser um dos objectivos importantes que para além daqueles que trabalhavam ou passavam pela Baixa, ou que aí viviam e necessitavam de apanhar meios de transporte para se deslocarem para os seus locais de trabalho, como para os turistas que a visitavam, a Baixa fosse um lugar de eleição.-----

----- Para esse efeito, teriam que ter propostas estruturantes que fixassem a população na cidade, e neste caso na Baixa. Por isso, foi com tristeza que viram a proposta que ali era apresentada pela Câmara, uma proposta minimalista, uma proposta redutora, uma proposta quase que a medo para dar a ideia que a Câmara estava a mexer na Baixa-Chiado, uma proposta que de intervenção da Câmara tinha muito pouco para não dizer que não tinha nada, tinha intervenção de terceiros. A Câmara inventara a necessidade de suspender o Regulamento do PDM para apresentar propostas e dar a ideia, fazendo *show-off*, para marcar politicamente esse tema. Não era verdade e isso tinha que ser denunciado! -----

----- Para que essa proposta fosse uma proposta estruturante para a cidade, que se direccionasse àquilo que eram os objectivos de fixação de população, ela falhava redonda e completamente o alvo, ela não ia a nenhum aspecto prioritário de fixação de população. Não eram dois museus, não era o retirar de umas barracas do Quartel do Carmo, não era o encontrar de uma forma de permitir a ascensão mecânica para o Castelo que fixava população. A Baixa estava viva desde as 6:30 até 20 horas, o problema era a noite, altura em que a Baixa morria porque não tinha residentes, morria porque os residentes que tinha eram uma população carenciada e idosa, morria porque era população que estava só. Portanto, a forma de revitalizar a Baixa era fixar lá população. -----

----- Portanto, esta proposta era um tiro ao lado no objectivo que deveria presidir à preocupação de todos. Por isso, o PSD apresentava uma recomendação que ia ao encontro e repescava a proposta que os seus Vereadores fizeram em Câmara e que, lamentavelmente, apenas colheira os votos deles próprios. Mas os Vereadores do PSD não estavam sozinhos na Câmara porque eles na Câmara não eram três mas sim 59, e, portanto, traziam à Assembleia a proposta deles como recomendação, porque não sabiam o que era que a Câmara lhes iria dizer a seguir sobre a proposta que iam fazer.

----- Por conseguinte, iriam votar essa recomendação, mas a proposta que faziam, porque eram construtivos e queriam que os interesses da cidade e da Baixa se pusessem à frente dos interesses que pudessem ter para evitar o *show-off* da Câmara com as quatro casuísticas e desgarradas intervenções que pretendia fazer, era que a parte deliberativa da recomendação fosse incorporada como um ponto da proposta n.º 91/2008, porque, assim, estariam em condições de a viabilizar. E desafiavam a Câmara a que não só o fizesse como também, em simultâneo com as quatro

intervenções, iniciasse o projecto de reabilitação de dois quarteirões na mesma área e promovesse a sua execução. -----

----- Isso era fundamental para que a Baixa fixasse população. E não acreditavam que da parte da Câmara houvesse oposição a uma proposta que era séria, honesta, credível, que tinha um intuito estruturante e que era uma mais-valia para a proposta da Câmara. -----

----- Em relação ao meio mecânico para acesso ao Castelo, disse que ele, naturalmente, não poderia dispensar a consulta pública, e dependeria, com certeza, da forma como essa consulta pública terminasse. -----

----- Terminou dizendo que, se assim fosse, a Recomendação do PSD e as propostas referentes aos pontos 3, 4 e 5 da Ordem de Trabalhos, baixariam, naturalmente, às Comissões adequadas, para Parecer, e estariam disponíveis para as viabilizar. Se não, a Câmara teria que assumir ali o ónus de querer só o *show-off* e não querer uma proposta que verdadeiramente se empenhasse na criação de condições para a fixação da população na Baixa da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra, disse que se assinalava agora a comemoração dos 34 anos do 25 de Abril, e saudavam todos os portugueses, de diferentes quadrantes políticos, que se empenharam na resistência contra a ditadura e se bateram pela instauração de um regime democrático. -----

----- Não sendo, naturalmente, detentores do monopólio da luta contra o regime, cabia ali sublinhar que o PS, e antes dele outras organizações e personalidades de matriz republicana e socialista, estiveram sempre na primeira linha da resistência pugnando por uma transformação profunda da situação política em Portugal. -----

----- Foi com o 25 de Abril que Portugal pusera termo à terrível guerra colonial e encetara um caminho de extraordinário progresso, iniciando em 1976, com Mário Soares, o processo de adesão à União Europeia que se viria a concretizar dez anos mais tarde. -----

----- Viviam hoje num País incomparavelmente mais desenvolvido económica e socialmente, apresentando diversos indicadores que comparavam bem com os de países mais avançados. -----

----- Como todos sabiam, uma das grandes conquistas do 25 de Abril foi a criação de um Poder Local Democrático, com representantes escolhidos pelas populações e crescentemente dotado de meios para resolver problemas e responder às expectativas das populações. -----

----- Restaurar a credibilidade da Câmara Municipal de Lisboa, restituir-lhe prestígio e honorabilidade, restituir à autarquia a capacidade de trabalhar em prol dos lisboetas, também era, na perspectiva do PS, uma forma de homenagear e de cumprir os ideais de Abril. -----

----- Portanto, apelavam a todos os cidadãos para que participassem nas comemorações do 25 de Abril, que teriam lugar por todo o País e, naturalmente, na Cidade de Lisboa. -----

----- Assinalavam também a comemoração, no próximo dia 1 de Maio, do Dia do Trabalhador e recordavam todos os trabalhadores do País, em particular os trabalhadores do Município de Lisboa. -----

----- Nunca seria demais recordar a grande manifestação realizada no 1º de Maio de 1974, em Lisboa, que simbolizara, como nenhum outro acontecimento, a libertação do jugo de uma ditadura de quase cinco décadas. -----

----- Atentos às novas realidades e aos novos desafios, impostos por um mundo laboral em permanente mutação, saberiam os trabalhadores, estavam convictos, assegurar com persistência e sentido de responsabilidade os seus direitos. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que a Moção n.º 6 assinalava os 34 anos da revolução libertadora do 25 de Abril, que pusera cobro a um conjunto de anos em que o fascismo trouxera guerra, morte, fome, miséria, emigração, aprisionamento, afastamento das famílias, falta de acesso à educação e à cultura, e também opressão e repressão. Houve liberdade e democracia a partir desse dia, e o Grupo Municipal do PCP manifestava a sua profunda identificação com os valores do Portugal de Abril, com a democracia e a liberdade ao serviço de todos os portugueses. -----

----- Era por isso também que, com preocupação, constatava os sucessivos atropelos à liberdade e aos direitos democráticos que tinham como principais alvos os trabalhadores e as trabalhadoras do País. -----

----- Apenas apresentava um episódio que ilustrava aquilo a que infelizmente hoje se assistia, e que não queriam que continuasse. O Pedro Jorge, por ter sido convidado para o programa “Prós e Contras”, no dia 21 de Janeiro, e por ter dito a verdade, isto é, que não era aumentado desde 2003, foi-lhe instaurado um processo disciplinar que visava o seu despedimento. Esse processo era atentatório da liberdade de expressão e visava intimidar esse e aqueles que se seguissem com esse tipo de depoimentos. Isso era inaceitável! -----

----- Por isso, não podiam aceitar esse e outros processos movidos entretanto a outros dirigentes sindicais, porque “n” processos já têm sido identificados. Pela simples organização de uma manifestação já eram identificados! Saberiam por que aconteceram as cargas policiais na VALORSUL e na Pereira da Costa? Por os trabalhadores exigirem os seus salários, aquilo a que tinham e têm direito para poderem viver com dignidade! Aliás, assistia-se também a tentativas de proibição de distribuição de propaganda e manifestação. -----

----- Perante tal realidade, o Grupo Municipal do PCP, propunha que a Assembleia Municipal de Lisboa, deliberasse: -----

----- Manifestar a sua total solidariedade para com as/os dirigentes e activistas sindicais, para com todas as trabalhadoras e trabalhadores, cidadãos e cidadãs alvos das mais variadas formas de repressão por exercerem os seus direitos constitucionais de reivindicação e acção sindical; -----

----- Opor-se a toda e qualquer revisão legislativa que intentasse o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores nas relações laborais, quer através de medidas de

fragilização dos sindicatos, quer pela debilitação da contratação colectiva e pelo acentuar da precariedade; -----

----- Alertar as instituições do Estado, que têm a responsabilidade constitucional de zelar pelo exercício da Liberdade e pelo funcionamento do regime Democrático, para que intervenham, impedindo a continuação destes atentados a direitos e adoptando medidas que venham a obstar à continuação destas situações antidemocráticas; -----

----- Apelar a todas e todos os democratas, às trabalhadoras e trabalhadores, bem como ao povo de Lisboa, para que no dia 25 de Abril e no 1º de Maio façam engrossar o caudal dos que defendem o Portugal de Abril, a Liberdade e a Democracia; -----

----- Enviar esta Moção aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Grupos Parlamentares, Governo, Centrais Sindicais CGTP-IN e UGT e ao Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa; -----

----- Proceder à divulgação desta Moção através dos meios ao serviço do Município. --

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por manifestar o contentamento e o regozijo do seu Grupo Municipal, até porque estavam no mês de Abril, por uma proposta que foi “cozinhada” pelas direcções do PS e do PSD, que pervertia por completo, no entender do BE, a democraticidade das autarquias e a forma de eleições dos seus executivos, não ter passado na Assembleia da República. Efectivamente, o facto dessa proposta não ter passado era motivo de alegria para o BE, porque não trazia melhorias mas antes piorava a situação das autarquias. -----

----- Disse, depois, que desejava manifestar alguma alegria por uma notícia que viu nos jornais no passado fim-de-semana, onde se dizia que finalmente teria havido um acordo entre a Câmara Municipal de Lisboa e os sindicatos para a integração dos trabalhadores avançados. Se essa notícia corresponder à realidade e se isso avançasse como ela dizia, ficariam bastante contentes de se ter dado maior estabilidade aos trabalhadores do Município. -----

----- Seguidamente, disse que o Deputado Municipal Saldanha Serra provavelmente não sabia o que se passava na Câmara, porque não ouvira a intervenção do Sr. Presidente da Câmara nomeadamente, sobre o problema dos protocolos dos espaços verdes. Em primeiro lugar, a Câmara Municipal de Lisboa, segundo palavras do Sr. Presidente, comprometia-se a que as verbas atribuídas às freguesias no ano passado seriam na totalidade dadas às freguesias, e, em segundo lugar, foi dito aos Vereadores para verem cada caso concreto para que a totalidade fosse igual para todos. -----

----- E porque procuravam ter uma política de transparência e de rigor e não uma política de trapalhada, foi medido o que era espaços verdes e depois procurara-se encontrar critérios rigorosos para a atribuição das verbas, que não fosse apenas o se tinha rega ou não tinha rega, porque havia espaços verdes que tinham árvores, havia espaços verdes que eram meramente taludes, portanto foi necessário que se encontrasse um conjunto de regas objectivas. E o que se detectara foi que os espaços verdes andavam a pagar verbas para as calçadas, para o alcatrão, para os passeios, porque as medidas dos espaços verdes foram feitas englobando esses espaços. E a

prova disso era que todas as Juntas de Freguesia, com excepção de uma, assinaram os protocolos. -----

----- Mas, como dizia o Sr. Presidente da Câmara, às pedras o que era das pedras, à relva o que era da relva. Portanto, o dinheiro que as Juntas iam receber seria o mesmo, tiveram um acto de transparência e clareza, acabaram com as trapalhadas em que não se sabia bem o que era que se estava a pagar. -----

----- Seguidamente disse que foi hoje inaugurado no Largo de São Domingos, em Lisboa, um monumento à intolerância. Uma proposta apresentada pelo Vereador José Sá Fernandes, que depois foi retirada para ter apoios de outras forças políticas, e que foi subscrita pelo BE, pelo PS e pelo agrupamento “Cidadãos por Lisboa”. -----

----- Era seu entendimento que deveriam ter em atenção, sobretudo no mês em que estavam, a importância de se ter feito um monumento à intolerância, um acto que não alegrava a ninguém, que tinha 500 anos, porque foram queimadas cerca de mil pessoas em fogueiras públicas, só porque eram judeus ou se pensava que eram. A intolerância era uma daquelas coisas em relação à qual deviam ter clareza para a combater em definitivo, a intolerância era inimiga da democracia, a intolerância era inimiga da fraternidade e da igualdade. -----

----- Por isso, quando ali apresentavam uma Moção contra o estigmatismo que era posto sobre alguns bairros da cidade, estavam a falar de intolerância. Não estavam a falar da incapacidade ou capacidade das forças policiais, que, como se dizia na Moção, – essa parte o Deputado Municipal esquecera-se de ler – deviam actuar contra os criminosos com clareza e precisão. Mas, estarem a olhar para a televisão e verem que determinados bairros passaram a ter um estigma em cima deles, pessoalmente conhecia um porque morava perto dele, onde até os taxistas se recusavam a ir, mas onde ele e os seus vizinhos nunca tiveram qualquer problema. Não podiam criar bombas ao retardador na Cidade de Lisboa, como acontecera em Paris, estigmatizando o que estava à volta da cidade dizendo que eram bairros de criminosos quando aí vivia gente boa. A polícia tinha que actuar contra os criminosos? Evidentemente! Com energia? Evidentemente! Mas não estavam a falar disso, estavam a falar, como viram na televisão, da invasão de um determinado número de casas de pessoas suspeitas, e depois determinaram que não eram suspeitas. -----

----- Isso deixava um estigma que causava divisão na cidade, que criava intolerância, que não criava fraternidade, que não criava integração social, que não criava democracia. E porque precisavam de criar tolerância, democracia e fraternidade, apresentaram uma Moção, que pediam à Assembleia que a aprovasse, porque era para bem da cidade e para que não acontecesse em Lisboa o que acontecera em Paris no ano passado. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que desde a última reunião da Assembleia Municipal, entendia o CDS-PP que a vida da cidade ficara marcada por aquilo que a maioria PS/BE queria terminar, que era o que eles próprios denominavam de trapalhadas. Mas se olhassem para os últimos meses, aquilo que tinham nas moções apresentadas e aquilo que foi a actuação da Câmara Municipal de Lisboa, nos pontos essenciais foram trapalhadas. -----

----- Foram trapalhadas nos espaços verdes, foram trapalhadas na questão da frente ribeirinha, foram trapalhadas na questão das 15 torres de energia eólica. -----

----- Começando pelos espaços verdes, disse que o Executivo camarário garantiria que iria transferir para as Juntas de Freguesia a mesma verba que tinha transferido em anos anteriores. Garantira o Sr. Presidente, garantiria o Sr. Vice-Presidente que as Juntas de Freguesia não iriam ficar prejudicadas, mas, meia dúzia de dias mais tarde, vinha o Sr. Vereador Sá Fernandes afirmar que para os espaços verdes as Juntas não iriam receber a mesma coisa porque as Juntas andavam a enganar a Câmara. As Juntas diziam que andavam a gastar dinheiro nos espaços verdes e afinal não gastavam nos espaços verdes, porquanto não tinham os tais metros quadrados que diziam ter. -----

----- Disse que as áreas dos protocolos anteriormente celebrados, foram indicadas pelos serviços da Câmara Municipal, e, como o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador sabiam, os protocolos tinham uma cláusula que impunha a obrigação à Câmara de verificar o cumprimento ou não por parte das Juntas de Freguesia, daquilo que foram as transferências de verbas e de meios. Portanto, tinham que chegar a uma de duas conclusões: ou a Câmara Municipal não controlara, ou então arranjava agora uma desculpa esfarrapada para não dar o dinheiro que tinha prometido às Juntas! -----

----- Mas não contente com isso, a Câmara, depois de dizer que afinal não podia dar aquele dinheiro porque a área não era aquela, vinham depois o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente justificar, e ultrapassar mais uma vez o Sr. Vereador Sá Fernandes, dizendo que para os espaços verdes iam dar aquele valor, mas que o montante dos protocolos seria igual ao do ano anterior, portanto as Juntas iriam ter o mesmo valor. E a pergunta era exactamente a mesma: então as Juntas estavam a gastar a mais ou não estavam a gastar a mais? É porque se estavam a gastar a mais a Câmara tinha que dar menos, se não estavam a gastar a mais a Câmara não tinha justificação para cortar qualquer verba, mas sim tinha que garantir aquilo que foi um compromisso dela própria que era dar exactamente o mesmo valor. -----

----- Aliás, no próprio dia em que o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador Sá Fernandes abordaram publicamente essa questão, o CDS-PP tivera o cuidado de fazer um comunicado público no sentido de questionar aquilo que agora estava ali a questionar, que era saber qual o meio e qual a forma pela qual a Câmara iria transferir a diferença que, afinal, no início não seria devida. -----

----- É que se considerassem, como parecia ser o entendimento do Deputado Municipal Carlos Marques, que a razão dessa redução era “vamos dar aos espaços verdes aquilo que é dos espaços verdes, o que não é dos espaços verdes então vá para outra área”, então duas questões tinham que ser colocadas: -----

----- Primeira – então numa zona da cidade, num parque ou num jardim que tivesse espaço verde e que tivesse espaço público, a Junta arranjava o espaço verde e o espaço público ficava abandonado. Era isso que os Srs. Vereadores pretendiam? -----

----- Segunda – relativamente ao valor que seria transferido, para além daquele que estava protocolo, ele seria transferido ao abrigo de uma delegação específica, ou seria transferido através de outra rubrica da Câmara? -----

----- Importava esclarecer isso, porque, neste momento, o CDS-PP e os lisboetas ainda não perceberam o porquê nem a razão, nem sequer os fundamentos dessa verdadeira trapalhada. -----

----- Passando à questão das torres de energia eólica, disse que era uma demonstração da forma como funcionava a actual maioria, uma demonstração de autoritarismo completamente absurdo. Apresentava-se uma proposta na Câmara, mas como podia ser chumbada então retirava-se e o Sr. Presidente, porque tinha competência para o fazer, decidia, unilateralmente, não deixar ficar mal o Sr. Vereador Sá Fernandes. Era o preço que às vezes tinha que se pagar por uma coligação, mas também era o preço que ficava muito caro a quem estava de fora e aos cidadãos de Lisboa, que ao fim de oito meses viam a gestão PS/BE a não fazer absolutamente nada daquilo que prometera pela Cidade de Lisboa. -----

----- Relativamente à frente ribeirinha, disse que as grandes intervenções do actual Executivo têm sido de política de *show-off*, de política do tudo mas que, na realidade, era do nada. Qual era neste momento o benefício – só se pedia um – que a Câmara Municipal de Lisboa podia garantir que os lisboetas iam ter com esse projecto da frente ribeirinha? Nada estava decidido, o projecto inclusivamente estava bloqueado institucionalmente, mas a Câmara actuava e pronunciava-se publicamente como se fosse um acto consumado, e, acima de tudo, como se fosse um acto da sua autoria e da sua execução, quando na realidade não era nada disso e, aliás, podia não ser absolutamente nada. -----

----- Sobre a Moção n.º 7, apresentada pelo seu Grupo Municipal, disse que o CDS-PP teve oportunidade, através do seu Grupo Municipal e do seu Gabinete Autárquico, de visitar o Bairro da Mouraria e constatar a degradação do espaço público, constatar a degradação do parque habitacional e constatar, junto da população, que as reclamações e os anseios não era minimamente atendidos pelo Executivo camarário. E mais grave era quando o parque habitacional daquele bairro estava degradado como estava, e a maioria dos edifícios que estavam degradados eram propriedade da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por outro lado, mais grave também era a Câmara receber reclamações e protestos dos moradores sobre situações que colocavam em causa a segurança pública, que colocavam em perigo todos aqueles que passavam no bairro, e assobiar para o lado sem nada fazer. Mas o Bairro da Mouraria exigia uma intervenção, uma intervenção que teria que ser imediata, que teria que abranger o parque habitacional, o espaço e a questão da segurança. Era fundamental que a Câmara entendesse o Bairro da Mouraria como já entendera outros, o de Alfama por exemplo, e que de uma vez por todas não fechasse os olhos à situação desse bairro da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que a propósito das recomendações de “Os Verdes” recordavam que, segundo dados fornecidos pela FAO – a agência das Nações Unidas para agricultura e alimentação – o consumo de água duplicara em relação ao crescimento populacional no último século. A agência alertava ainda para o facto de que pouco mais de um bilião de

pessoas em todo o mundo já não tinham acesso a água limpa suficiente para suprir as suas necessidades básicas diárias. -----

----- Estimava-se que mais de 2,5 biliões de pessoas no mundo não tinham saneamento básico adequado, urgia por isso agir uma vez que a comunidade global tinha conhecimentos para lidar com a escassez de água. -----

----- Portanto, tendo em conta que o conceito de desenvolvimento sustentável era, normalmente, definido como o desenvolvimento que procurava satisfazer as necessidades das gerações actuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significava portanto possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atingissem um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo ao mesmo tempo um uso razoável de todos os recursos existentes, nele se incluindo o recurso à água potável. -----

----- Como tal, era necessário uma premente e eficiente gestão integrada da água, como responsabilidade pública inalienável, assegurada por legítimos representantes dos cidadãos, visando a melhoria do bem-estar comum da população actual e das gerações vindouras. -----

----- Disse que segundo dados apresentados em 2004 pela Matriz da Água de Lisboa, dos 94 milhões de metros cúbicos de água potável que entraram na capital, apenas 74,5 milhões foram utilizados para consumo efectivo. -----

----- Por isso, o Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” pretendia com a Recomendação n.º 4 “Gestão e Poupança de Água na Cidade de Lisboa” que a Câmara assumisse as medidas necessárias para uma adequada gestão e poupança da água no Município, como a instalação de mecanismos que controlassem a saída do caudal de água nos bebedouros públicos, poupanças nas regas ou campanhas de sensibilização para a população, por exemplo, divulgadas sob a forma de breves mensagens em *outdoors* geridos e da responsabilidade da Câmara Municipal, como veículo condutor de uma verdadeira política de gestão e poupança de água no Município. -----

----- Quanto à Recomendação n.º 5 sobre o Jardim Botânico de Lisboa, disse que o Grupo Municipal de “Os Verdes” apelava à Câmara que antes de qualquer acção tomada fosse feito um estudo de impacte para toda a área, interna e sua envolvente, uma vez que, o impacte que as obras de reabilitação do Parque Mayer teriam em toda a flora existente no Jardim, deveriam ser analisadas e o mais possível minimizadas. Foram essas as preocupações expressas nos debates públicos e entendem “Os Verdes” que essas preocupações deveriam ficar expressas nos Termos de Referência. -----

----- Não se podiam esquecer que o Jardim Botânico de Lisboa se encontrava em fase de homologação, por parte do IGESPAR, para que fosse elevado a monumento nacional e que representava um equipamento estratégico e estruturante para a cidade e para o País, sendo de extrema importância que não se olhasse para ele como um qualquer jardim, totalmente aberto ao público, sob pena de se perderem espécies raras e já em elevado risco de extinção. -----

----- Deveria ainda haver um conhecimento mais aprofundado sobre o que era um Jardim Botânico, e fazer-se um levantamento de equipamentos que ainda faltavam construir, como, por exemplo, herbários, expositores, estufas, bancos de sementes, laboratórios, bibliotecas, auditórios e outros equipamentos de apoio, tudo para que fosse um Jardim de futuro em termos de investigação, educação para a cidadania e protecção do espólio existente, e cuja acessibilidade ao mesmo deveria continuar a ser controlada. -----

----- Por outro lado, as questões da mobilidade também deveriam ser preconizadas e a reactivação da carreira de eléctrico nº 24 significaria uma melhoria do acesso a toda aquela zona, tendo em conta que “Os Verdes” apresentaram uma Recomendação para a reabertura dessa linha, em 21 de Novembro do ano passado, a qual, recordou, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Lembrou ainda que toda e qualquer obra a implementar junto à envolvente do Jardim Botânico, causaria impactes ao nível da radiação incidente, na hidrologia, na estabilidade dos terrenos, qualidade e circulação do ar, e ordenamento. E Lisboa não podia perder mais esse espaço verde de tamanha importância para a cidade e os seus municípios. -----

----- Quanto às restantes moções, disse que gostariam de relevar a n.º 10, dedicada ao Wind Parade, projecto sobre o qual desconheciam qual a localização, a potência, ou modo de reintrodução de energia na rede, proveniente das torres eólicas. Também a Câmara não lhes fizera chegar, nem à Assembleia, qualquer informação sobre a tipologia dos equipamentos, bem como não lhes foi apresentada qualquer documentação explicativa, motivo pelo qual se sentiam incapacitados para tomar posição sobre aquilo que, no fundo, desconheciam. A abstenção seria, por isso, a forma crítica que encontravam para lavrar um protesto, não aos proponentes, mas perante a inacção da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por, em nome do PSD, saudar o 25 de Abril e o 1º de Maio, duas datas que eram referências na democracia portuguesa, que naturalmente não podiam ser esquecidas, como também não podia ser esquecido todo o percurso que se vivera na sequência dessas duas datas históricas e tudo aquilo que todos, uns de uma maneira outros de outra, contribuíram para o seu desenvolvimento e para encontrar a situação actual, de verdadeira e real democracia, onde todos conviviam em harmonia e cooperação. -----

----- Os votos que o PSD desejava, os votos que o PSD queria, eram de mais democracia, mais cooperação, mais desenvolvimento, mais amor a Portugal. Esses eram os votos mais importantes que poderiam querer para Portugal. -----

----- Outra questão que o levava a intervir tinha a ver com a proposta alternativa à terceira travessia do Tejo. Muito mais do que falarem das necessidades em termos daquilo que eram as acessibilidades, em termos de transportes, em termos de uniformização de tarifário relativamente à Área Metropolitana de Lisboa e também em termos da Autoridade Metropolitana de Transportes, era preciso falar daquilo que era a opção que foi tomada pelo Governo relativamente à terceira travessia do Tejo: Chelas-Barreiro. -----

----- Disse que já viram o Governo recuar noutras circunstâncias. Já viram o Governo dizer jamais, jamais, jamais em relação a Alcochete, nomeadamente à margem sul do Rio Tejo na questão do aeroporto, e depois acabara por ser essa a solução encontrada.

----- E também pensavam que esta solução para a terceira travessia do Tejo, embora pudesse agradar a alguns Municípios da margem sul, era a pior solução para a Cidade de Lisboa, na medida em que podendo embora resolver alguns problemas da alta velocidade, não resolvia da maneira mais eficaz os problemas das chegadas do aeroporto em Alcochete, e, fundamentalmente, fazia carregar para a cidade, uns diziam quatro outros sessenta mil carros por dia, sendo que Lisboa era já uma cidade extremamente engarrafada e extremamente poluída. -----

----- Portanto, era preciso repensar, de uma maneira definitiva, essa solução. -----

----- Referiu que o PSD se iria abster na votação da Recomendação do BE sobre essa matéria, na medida em que alguns aspectos referidos na mesma lhes mereciam alguma consideração, aliás de certa maneira eram repostos também na Recomendação do PSD, mas faltava-lhe, de facto, aquela crítica que era fundamental relativamente à travessia definida pelo Governo. -----

----- E também lamentavam, no texto da Recomendação que apresentaram, que praticamente o primeiro a louvar e a anunciar essa travessia tivesse sido o Sr. Presidente da Câmara, quando, naturalmente, deveria ser o primeiro a preocupar-se e a manifestar alguma angústia pelos problemas que iriam ser acrescentados à Cidade de Lisboa por essa decisão. -----

----- Não verificaram essa angústia e, portanto, aquilo que temiam aquando da campanha eleitoral que levara à eleição do actual Executivo, esperavam que não acontecesse de maneira tão premente quanto algumas indicações do Sr. Presidente da Câmara apontavam, isto é, que não houvesse ali uma espécie de comissariado do Governo mas que a Câmara fosse autónoma, que reagisse por si, que fosse uma autoridade em si mesma e não se reduzisse apenas a ser um *yes-man* das decisões do Governo. -----

----- Este, disse a terminar, era um apelo que faziam ao Sr. Presidente da Câmara e esperavam que o viesse a cumprir. -----

----- **O Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra, disse que a inauguração, esta manhã, do memorial às vítimas da intolerância, e dos elementos escultóricos, contributos das comunidades judaica e católica a ele associado, constituíra um marco histórico na vida da cidade. -----

----- Representara o exercício de um dever de memória prestando uma singela homenagem às vítimas da matança da Páscoa de 1506, durante a qual, entre dois a quatro mil lisboetas, foram assassinados pelo simples facto de serem de origem judaica. Representara também uma homenagem a todas as outras vítimas da intolerância. -----

----- Nenhum monumento lhes podia restituir a vida que lhes foi roubada, lhes podia dar o que fariam ou teriam no dia seguinte. -----

----- Mas, apesar disso, fazia todo o sentido recordar, com respeito, todas as vítimas da intolerância para exprimirem um compromisso colectivo com a construção de uma sociedade tolerante, amiga dos direitos de todos os seres humanos. -----

----- Disse que todos tinham o dever de tornar efectivo o princípio de que todos os seres humanos nasciam livres e iguais em dignidade e em direitos, e que dotados de razão e de consciência deveriam agir uns para com os outros em espírito de fraternidade, como se proclamava no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. -----

----- Infelizmente, nunca poderiam dar os sinais da barbárie como definitivamente extintos, como lhes recordava a profanação de sepulturas judaicas, ocorrida em 25 de Setembro de 2007, a existência de grupúsculos neonazis, as atitudes de racismo, discriminação racial e de xenofobia. -----

----- Precisavam de cidadãos activos e vigilantes, empenhados em promover o respeito pelos direitos humanos de todos e de todas, o diálogo intercultural e inter-religioso, a cooperação, a entreatajuda e a solidariedade. -----

----- Afirmar Lisboa como cidade tolerante, era não apenas uma imperativo ético mas era hoje uma condição indispensável para o seu desenvolvimento. Sem tolerância não havia cidades criativas, como demonstrava Richard Florida nos seus estudos sobre as cidades criativas. -----

----- Um grande poeta português, Jorge de Sena, deixara um belo poema contra a intolerância, intitulado “Carta a meus filhos”, sobre os fuzilamentos de Goya: -----

----- “Não sei, meus filhos, que mundo será o vosso. -----

----- É possível, porque tudo é possível, que ele seja aquele que eu desejo para vós. ---

----- Um simples mundo, onde tudo tenha apenas a dificuldade que advém de nada haver que não seja simples e natural. -----

----- Um mundo em que tudo seja permitido, conforme o vosso gosto, o vosso anseio, o vosso prazer, o vosso respeito pelos outros e o respeito dos outros por vós.” -----

----- A terminar, disse que a Assembleia Municipal deveria reafirmar o seu respeito por todas as vítimas da intolerância e o seu compromisso com uma Lisboa tolerante, e por isso apresentaram uma Moção, que por certo reuniria largo consenso. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que o Grupo Municipal do PCP queria saudar a Assembleia Municipal de Lisboa pelo facto de não ter sido aprovada, na Assembleia da República, a Proposta de Lei das Autarquias Locais. Foi uma grande vitória para a democracia e para o futuro do Poder Local em Portugal. -----

----- Depois, disse que criticavam a posição do PSD pela votação contra o ponto 2 do Voto de Pesar pelo falecimento do pintor José Ribeiro, porque pela primeira vez acontecia essa segregação que era profundamente injusta para a memória do grande artista que foi, e continuaria a ser, Rogério Ribeiro. Nessas matérias, era à Comissão de Toponímia e ao Executivo que se devia a última palavra, na Assembleia Municipal havia a tradição de não interferir com esse tipo de propostas. -----

----- Mas queriam anotar a hipocrisia do PSD, porque nesta mesma reunião, na Recomendação n.º 9, propunha a atribuição do nome de Vasco Morgado à Travessa do Salitre. Era o estilo de chamar Praça Sá Carneiro ao Areeiro. Nunca pegava! -----

----- Em relação à Moção n.º 11, apresentada pelo PSD, disse que houve de facto críticas do PCP porque a construção do Centro Cultural de Belém principiara com um orçamento de cinco milhões de contos e terminara ultrapassando quarenta milhões. Portanto, houve imensas críticas e combates desenvolvidos nessa altura, em que se sofriam intensamente as consequências do Governo de Cavaco Silva que afligiam efectivamente os trabalhadores, e estar a esbanjar dinheiro daquela maneira era, de facto, uma agressão ao País. Agora, a qualidade do Centro Cultural de Belém ninguém a punha em causa, e se eram, sobretudo, os homens e mulheres de esquerda a fruí-lo, mal para os homens e mulheres de direita. Era bom que fossem todos a fruir o Centro Cultural de Belém. -----

----- Aliás, numa pequena ironia, não podia deixar de dizer que não sabia se essa Moção, apresentada completamente a destempo, não teria em vista a candidatura de Santana Lopes à presidência do PSD. Mas isso era um problema do PSD! -----

----- Disse que a Moção n.º 12 a iriam votar favoravelmente, mas queriam lembrar as intervenções que fizeram na Assembleia Municipal quanto à defesa dos serviços e dos trabalhadores, também na área da saúde. Pediu a votação ponto por ponto da Moção n.º 9 e da Recomendação 7-A, uns pontos votariam favoravelmente e outros contra, e a Recomendação n.º 5 iriam votá-la favoravelmente, também pela questão da cautela que deveria ser tida em relação ao Jardim Botânico. Receberam, de resto, como todos os Grupos Municipais, um documento importante sobre a questão do Jardim Botânico e dos museus. -----

----- Mas a sua intervenção de fundo tinha a ver com a questão da Rede 7. Havia grupos de utentes que pressionaram, desde o início, a reestruturação dos transportes da Carris, e queria chamar a atenção da Câmara Municipal para essa matéria, porque havia percursos que antes serviam as populações e deixaram de servir e horários nocturnos que desapareceram. Alfama, Campolide, Estrada de Benfica, Olivais e Bairro da Boavista, eram algumas das zonas e freguesias mais afectadas. -----

----- No documento que subscreveram, e que foi assinado por mais de dez mil utentes, defendiam que as carreiras 709 e 746 continuassem a ter o *terminus* na estação de Santa Apolónia; que houvesse uma carreira de autocarros a passar pela zona do Alto de São João, desde a eliminação do eléctrico n.º 24 que havia dificuldades de acesso da população de Alfama àquela zona; defendiam a alteração da carreira 35 que terminava na Praça do Chile e podia fazer o trajecto pela Av. Afonso III; que a carreira 713 retomasse o percurso anterior, servindo a Boavista, o Largo do Corpo Santo e a Praça do Comércio; que o Bairro da Bela Flor fosse servido por uma carreira de autocarros, quer por alteração do percurso da actual carreira 702, quer por criação de uma nova carreira; que a carreira 702 retomasse o seu percurso até Baixa; que fosse retomada a carreira 63, que servia a deslocação de e para o Hospital de Santa Maria; que fosse retomada a ligação directa à Baixa através da carreira 746, porque, como estava, obrigava a transbordo dos utentes para o Metro com aumento de

custos; que fosse alargado o horário do percurso da carreira 750, até às Portas de Benfica; a retoma da carreira 105; que fosse retomado o acesso ao Bairro de Alvalade e ao Hospital Curry Cabral, eliminado desde o fim da carreira 21; que fossem revistos e retomados os horários nocturnos, porque problemas de deslocação a partir das 20 horas eram gerais em toda a cidade; e a retoma do percurso original da carreira 43. ----

----- Referiu que as comissões de utentes das várias zonas da cidade que foram prejudicadas, recolheram cerca de dez mil assinaturas, tinham exigências razoáveis e tinham propostas. Já reuniram com o Ministério da tutela e com a Carris, só a Câmara Municipal ainda não recebera os seus representantes. -----

----- Pediu que não se esquecessem que a população de Lisboa tinha graves problemas, grande parte era idosa e devia ser respeitada nos seus direitos. Além disso, era preciso estimular o uso do transporte público, como reclamavam os moradores. ---

----- Mas, curiosamente, mal agradecido face ao silêncio e à cumplicidade da Câmara Municipal de Lisboa nesses prejuízos para a cidade, o Presidente da Administração da Carris veio atacar a Câmara recentemente, dizendo que empurrava com a barriga os problemas da mobilidade. A capital – disse ele – estava a pagar o preço da incapacidade e da sucessão gigantesca de asneiras. Disse isso José Silva Rodrigues, na quarta-feira passada, na Sociedade de Geografia. -----

----- Devia ter a barriga bem cheia com o que tem poupado no corte dos transportes públicos da Carris, em Lisboa. -----

----- O caos na Área Metropolitana era também imputável à autarquia da capital, que tinha que assegurar transportes colectivos de qualidade e deixar de planear a cidade para o automóvel, afirmou ainda o Presidente da Administração da Carris! -----

----- Santas palavras de uma hipocrisia brutal! A Carris abandonava freguesias e bairros, eliminava carreiras e agora empurrava, com arrogância, os problemas para a Câmara Municipal, preconizava penalizações contra a população e contra quem tinha que se deslocar de automóvel. Regular bem o estacionamento – disse ele – não era fazer espectáculos ocasionais para as televisões. A Câmara devia deixar de fazer tudo ao contrário do que dizia, afirmara ainda. -----

----- Depois falara também da articulação efectiva das companhias de transportes colectivos na Área Metropolitana e, obviamente, falara de preços. “Não se pode continuar a fingir que o problema não existe só porque a reformulação do sistema comportaria o aumento das tarifas. Se causar indignação, paciência, mas os transportes estão baratos e os preços ainda têm por onde crescer”, disse ele. -----

----- Era só o que lhe interessava. Poupanças forçadas e aumento de preços para quem trabalhava. De facto, não dava para acreditar nesta verborreia do Presidente da Administração da Carris, José Silva Rodrigues. -----

----- Dirigindo-se directamente ao Sr. Presidente da Câmara, disse que a resposta só podia ser uma: enfrentar a Carris, receber os representantes dos milhares de utentes que queriam apresentar à Câmara as suas reivindicações e propostas, e levar a cabo medidas que defendessem a população de Lisboa. Assim defenderia a população da cidade e poria a Administração da Carris no seu devido lugar, porque, para isso, teria o apoio do PCP. Mas para a Câmara continuar silenciosa, atenta e veneradora perante

a Administração da Carris, então que contasse com a luta das populações e com a luta dos eleitos da cidade. -----

----- **A Deputada Municipal Rita Folgosa (BE)**, no uso da palavra, disse que relativamente à Moção n.º 10, apresentada pelo PSD, sobre as torres de energia eólica, muito embora um Deputado Municipal do PSD já tivesse corrigido o nome da iniciativa, de *Wild Parade* para *Wind Parade*, cabia ainda esclarecer e corrigir alguns erros técnicos e também erros de outra natureza. -----

----- Em primeiro lugar, não se tratava de torres, como as torres do Foster para Alcântara, como as torres das Amoreiras ou até mesmo a Torre de Belém, mas tratava-se, isso sim, de micro turbinas eólicas. -----

----- Em segundo lugar, relativamente à preocupação levantada sobre a produção de ruído, como micro-turbinas eólicas que eram a produção de ruído rondava, sensivelmente, os 45 decibéis. E, para além disso, os locais apontados para a sua implantação não tinham receptores, eram locais com algum isolamento cujas turbinas não iriam afectar em nada. -----

----- Em terceiro lugar, disse que gostariam de relembrar, e dar a conhecer também, que existiam algumas turbinas, como as que eram propostas, actualmente instaladas não só no edifício da Assembleia da República, como também num edifício da Tagus Park e três numa área de serviço em Oeiras. Estavam lá, nunca ninguém as contestara e o modelo era exactamente igual ao que ali estava proposto. -----

----- Em quarto lugar, disse que apenas queria rectificar que aquilo que o Sr. Vereador José Sá Fernandes referira, foi que iria retirar a proposta para incorporar nela comentários e conteúdos prestados pelos outros Vereadores. -----

----- Em quinto e último lugar, disse que apenas desejava recordar que a ir novamente a reunião de Câmara essa proposta relativa às micro-turbinas eólicas, os Vereadores do PSD, como os dos restantes partidos, não se esquecessem que ao inviabilizarem e ao repudiarem uma proposta dessas, estavam, acima de tudo, a ir contra uma iniciativa para a promoção e para a educação ambiental na Cidade de Lisboa, e que tinha o total acordo e apoio da QUERCUS. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, novamente no uso da palavra, referindo-se à nova travessia do Tejo, disse que sendo já publicamente conhecida a posição do CDS-PP, amplamente transmitida pelo seu Deputado António Carlos Monteiro, queriam deixar ali duas preocupações. -----

----- A primeira prendia-se com a necessidade que a Câmara Municipal de Lisboa tinha, em conjunto com os restantes Municípios envolvidos e com a Autoridade Metropolitana de Transportes, que estavam à espera que fosse criada e entrasse em funcionamento, de prever as consequências e minimizar os prejuízos dessa ponte para a Cidade de Lisboa. Era isso que efectivamente preocupava o CDS-PP, além de se discutir se seria aqui ou ali. -----

----- A segunda tinha a ver com o facto de que com este processo da ponte, verificavam mais uma vez duas coisas: primeiro, que o Ministério das Obras Públicas deixara de ser o Sr. Ministro para passar a ser o LNEC, e, segundo, que a Câmara

Municipal de Lisboa, na estrutura da Administração Pública, passara de autarquia local para uma sucursal das decisões do Governo. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra, começou por se referir à Recomendação n.º 9, por si subscrita, solicitando à Câmara que fizesse a justiça do reconhecimento do que nela se recomendava, quando se perfaziam trinta anos da morte de Vasco Morgado, figura ímpar do teatro português e que foi, em anos sucessivos, o promotor da colocação em cena de peças de teatro das mais variadas origens, e a quem a cidade devia a sobrevivência de salas de espectáculos e a retoma e dinamização dessa actividade cultural e social. Bastava pensar em que altura essa acção foi executada pelo Vasco Morgado. -----

----- Parecia-lhes da mais elementar justiça atribuir o seu nome a um arruamento de Lisboa, se possível na zona circundante do Parque Mayer, agora que ele caminhava para a sua reestruturação, ou noutra área que a Comissão de Toponímia propusesse, embora considerassem totalmente adequada a escolha da rua que dava acesso à entrada desse marco cultural lisboeta, que tinha a designação incaracterística de Travessa do Salitre, nome apenas subsidiário da vizinha Rua do Salitre. -----

----- Depois, referindo-se à Moção n.º 15, também por si subscrita, disse que ela tinha o objectivo de apresentar o mais vivo protesto contra os obstáculos burocráticos que os serviços da Câmara têm levantado ao cumprimento dos acordos estabelecidos com a Assembleia Municipal, quanto ao pagamento às Juntas de Freguesia das verbas de delegação de competências, protocolos de cooperação e todas as outras, o que de certo não faziam por iniciativa própria. -----

----- E eram os mais inesperados os obstáculos postos! Desde negar a existência pura e simples da dívida dizendo “não devemos nada”, ao ressuscitar de práticas burocráticas indevidas ou mesmo em desuso, e alegar razões moratórias ou pretensas dificuldades. -----

----- Assim, por esta via institucional, solicitavam ao Sr. Presidente da Câmara que claramente desse instruções para que todas as verbas devidas às Juntas de Freguesia, relativas a 2007 e também as vencidas já em 2008, fossem finalmente pagas, e no mais curto prazo viessem a ser as relativas a 2009 definidas pelo mesmo critério, tudo de forma a que as Juntas pudessem prestar o seu serviço público em benefício das populações e da Cidade de Lisboa. -----

----- Disse que era para terminar por aqui a sua intervenção, mas em função das declarações do Deputado Municipal Carlos Marques, do BE, não podia deixar de comentar as diversas considerações que ele ali deixara relativamente à forma de quantificar as verbas para os espaços verdes. -----

----- Nessas declarações referira o Deputado Municipal Carlos Marques, de uma forma bastante gráfica, ao alcatrão o que era do alcatrão e às pedras o que era das pedras, mas com franqueza lhe dizia que só podia atribuir essas declarações a uma, talvez demasiada, ausência da Assembleia Municipal. Fazia ali falta com certeza mas tinha estado bastante ausente. -----

----- Por exemplo, saberia porventura o Deputado Municipal Carlos Marques o que havia que se fazer às tais pedras de que tão displicentemente falava? Julgaria porventura que as pedras estavam dispensadas de limpeza por qualquer processo físico ou mágico para expulsar o pó e a sujidade? Não desconhecia, decerto, que às pedras teriam que ser aplicados periodicamente tratamentos fitossanitários, tratamentos herbicidas! Entenderia que esses tratamentos eram gratuitos? Tinha a certeza que sabia que não eram. -----

----- Mas a melhor frase do Deputado Municipal Carlos Marques foi que os critérios eram objectivos. Essa era extraordinária! Seria que era objectivo colocar como critério de relevância social a relevância social própria de cada um dos sítios? Quem era que determinava essa relevância social? Era a moda? Ou seria um referendo entre todos para se decidir qual era? Seria de facto objectivo colocar critério nos sítios que estavam sujeitos a grafites e a depravações? Infelizmente não estavam todos? De facto, eram critérios subjectivos e, mais grave, eram aplicados subjectivamente. -----

----- No fim de contas, o que tinham que verificar é que eram meros pretextos para pagar menos, não importava como, critérios que não serviam a população nem o serviço público, mas apenas objectivos particulares. -----

----- Por outro lado, o Deputado Municipal Carlos Marques falara também em transparência. Mas então seria transparente que por uma via escusa, em vez da via correcta orçamentalmente, fosse feita a compensação do pagamento? Acharia isso razoável? E era um facto que foi essa a única razão que levava a que uma Junta de Freguesia, por uma questão de princípio, se recusara a assinar porque achava que tinha que estar incluído no próprio protocolo. Parecera-lhes uma posição defensável, mas não foi esse o entendimento. O entendimento das Juntas foi o serviço público, os moradores de Lisboa, para as Juntas, foram mais fortes. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que pretendia registar a total ausência de sentido estratégico que o PSD revelara na sua primeira intervenção, nomeadamente ao solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que abdicasse da necessidade da autarquia exercer competências e exercer jurisdição sobre a frente ribeirinha. Não compreendiam essa posição do PSD! Sabiam que o PSD não valorizara essa questão, sabiam que a omitira, sabiam que o PSD mesmo quando esteve na Câmara e no Governo não a quisera resolver. -----

----- Mas era óbvio que a Câmara agora não devia deixar de perseguir este objectivo. Aliás, aproveitava para informar que o PS já indicara os membros para a Comissão Permanente que iria ser constituída no âmbito da Assembleia Municipal, e, aí sim, deveriam discutir ao pormenor todas as questões que os podiam preocupar e naturalmente suscitar debate na Assembleia Municipal. Mas, como posição de princípio, não lhes parecia aceitável, nem lhes parecia que tivesse algum sentido estratégico para a Cidade de Lisboa, que se pedisse à Câmara e ao Sr. Presidente que desistissem, não mexessem na frente ribeirinha. Isso não podia ser, não era assim que viam as coisas. -----

----- Em relação às moções, disse que votariam com muita satisfação a Moção do PSD em relação à construção do Centro Cultural de Belém, porquanto era um equipamento

válido e muito importante para a cidade. Mas, já agora, – isso não estava na Moção – recordava que essa obra pública ficaria na memória como porventura aquela que maior derrapagem financeira tivera até hoje. Uma obra construída há quinze anos, orçamentada em cerca de dois milhões de contos custara quase cinquenta milhões! Essa era a verdade. No entanto, não deixavam de reconhecer a importância desse equipamento, que a todos honrava e orgulhava. -----

----- Por fim, pediu que as moções n.ºs 3 e 14, fossem votadas ponto por ponto, assim como também fosse votada ponto por ponto a Recomendação n.º 5. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que para a Comissão Permanente da Frente Ribeirinha, com excepção de um partido, que não era o PSD, estavam já indicados os Deputados Municipais que a integrariam. -----

----- Informou também que as moções e recomendações cuja votação o Deputado Municipal Miguel Coelho solicitara que fosse ponto por ponto, tal já havia sido deliberado em sede de Conferência de Representantes, portanto estava já adquirido. ---

----- **O Deputado Municipal João Taveira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, disse que a sua Junta foi hoje questionada nas intervenções do público, sobre duas áreas que, ao longo do seu mandato, têm sido uma preocupação constante e insistente para que a Junta de Freguesia pudesse ter alguma responsabilidade nelas. -----

----- Em vão, durante três anos, quisera a Junta de Freguesia ter protocolo para os espaços verdes, para que os pudesse gerir e não viessem hoje ali pessoas dizer que eles estavam no estado lastimoso em que estavam. -----

----- Possivelmente teria artes de vidente porque o tema do Boletim da Junta, deste trimestre, era exactamente uma fotografia do Jardim Constantino no estado lastimável em que estava, e do qual não isentava a Câmara de culpa rigorosamente nenhuma. ---

----- E isso trazia um problema mais grave, naquilo que eram as competências e o financiamento das Juntas de Freguesia e a sua relação com as Câmaras Municipais. Uma Câmara, como hoje se viu ali, podia conseguir que fregueses que o elegeram legitimamente viessem ali dizer que a culpa dos jardins era do Presidente da Junta porque era isso que eles entendiam que um Presidente de Junta deveria fazer. Mas ninguém sabia que o Presidente da Junta, por variadíssimas vezes tentara obter esses protocolos e nunca conseguira. Que não lhe perguntassem porquê, porque ele também ainda não sabia. -----

----- Mas, mais do que isso, era que quando as Juntas apresentavam um plano de actividades, em Dezembro, para o ano de 2008, estavam a mentir completamente às populações se não se mudasse essa relação Câmara/Juntas de Freguesia. E estavam a mentir porquê? Porque estavam a prometer em Dezembro uma coisa que não sabiam se iam ter porque não sabiam como era que a Câmara se iria comportar em Janeiro ou Fevereiro. -----

----- Por exemplo, no seu caso concreto, prometia limpar e dinamizar os jardins, animá-los continuamente para poder retirar de lá a criminalidade, criar quiosques nos jardins para permitir que eles pudessem ser devolvidos à população para serem fruídos. Falara-se ali do parque infantil do Jardim Constantino e ele era efectivamente

uma miséria. Foi feito de raiz pela Câmara Municipal, com um piso de areia que era altamente contagioso com toda a porcaria que lá estava, desde urina, fezes de animais e seringas infectadas que para lá caíam. Há três anos que contactava a Câmara para substituir o piso por piso que fosse lavável, desinfectável, etc., mas também ainda não conseguira. -----

----- Portanto, quando vinham ali fazer queixas sobre o estado de sujidade das ruas da Freguesia de São Jorge de Arroios, perguntava como era que isso podia ser imputado ao Presidente da Junta. -----

----- Referiu que quando, há dias, houve a assinatura do protocolo, uma série de colegas seus levaram declarações assinadas para entregar, e ele também levava uma. E quando assinara o protocolo fizera essa referência ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, dizendo-lhe que tinha um documento, ao que ele respondera que já sabia porque todos os seus colegas o traziam também. Acrescentara então que o seu era diferente, porque não estava a lutar por aquilo que os seus colegas não queriam, mas estava a lutar por aquilo que ele queria. -----

----- E aquilo que queria, efectivamente, era que a Freguesia de São Jorge de Arroios pudesse responder aos fregueses com a dignidade que eles mereciam e há tanto tempo ansiavam. A Junta estava numa sede a cair de podre, que foi até já referida no Jornal de Notícias, tiveram, há pouco tempo, uma ordem do Sr. Vereador de interdição do logradouro do prédio, que, aliás, estava a cair aos bocados, qualquer dia vinham parar ao rés-do-chão, e o que não podia aceitar era que se mantivesse este tipo de confusões e que o Presidente da Junta, aquele que estava mais próximo das populações, fosse penalizado daqui a um ano ou dois por aquilo que esta Câmara, e outras Câmaras, não fizeram. -----

----- Concluiu dizendo que isso não estava disponível para aceitar, e di-lo-ia ali e em todos os fóruns, como escrevera no editorial da revista que ia sair agora, que não era possível um Presidente de Junta trabalhar desta forma. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Belém (PS)**, no uso da palavra, disse que o motivo da solicitação do uso da palavra prendia-se com a apresentação pública do início de construção do Hospital de Todos os Santos. Era um momento importantíssimo para a cidade, um momento que a Câmara agarrara com toda a determinação, e devia ser sublinhado. Era um projecto antigo da Cidade de Lisboa para o qual variadíssimos Executivos camarários reservaram terreno disponível, mas que só foi agora possível concretizar. -----

----- E era importante que esse hospital surgisse com o nome de Hospital de Todos os Santos, porque Hospital de Todos os Santos foi o primeiro hospital da Cidade de Lisboa, e foi destruído pelo terramoto. -----

----- Portanto, ao baptizarem o top tecnológico, ao qual se pretendia acrescentar também, para além da tecnologia o conhecimento e a humanidade, recolocando o doente no centro/sistema, alterando e modernizando metodologias de trabalho, e garantindo que através de toda essa prática, de toda essa tecnologia e da captação dos profissionais competentes, a Cidade de Lisboa tivesse mais uma instituição de que pudesse orgulhar-se. -----

----- Pensava que era assim, acrescentando pedra a pedra, que se salvaguardava e construía o futuro, e, sobretudo, acrescentavam aquilo que poderia ser o gosto e o interesse em promover e defender o desenvolvimento assente numa tecnologia virada para a satisfação de um dos direitos fundamentais mais básicos, fazê-lo de uma forma correcta, adequada, com a sustentação e o envolvimento da autarquia, porque assim também se promovia a defesa dos interesses e dos direitos dos munícipes. -----

----- Portanto, era uma palavra simples de saudação e também um voto para que muito em breve se pudesse prosseguir o projecto relativo à conservação, em Lisboa, do Instituto Português de Oncologia, instituição ímpar também, instituição cheia de prestígio, cuja concretização permitiria aumentar a disponibilidade de serviços e fazer de Lisboa uma cidade à altura das exigências dos países mais desenvolvidos do mundo, porque, quando se falava em saúde, só o que se fazia de melhor podia satisfazer. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que a sua intervenção se iria centrar, fundamentalmente, em dois documentos: a Moção n.º 9 e a Recomendação n.º 7-A. -----

----- Quanto à Moção n.º 9, sobre a questão da frente ribeirinha, disse que ela assentava, basicamente, em duas confusões. -----

----- Primeiro, o que era que estava em causa? A Câmara e o Estado assinaram um acordo histórico sobre a frente ribeirinha de Lisboa, consagrando um princípio fundamental pelo qual o Município de Lisboa se batia há décadas. E o princípio era simples: áreas que tivessem actividade portuária ou que tivessem que ficar reservadas para eventual expansão da actividade portuária, deviam manter-se na jurisdição da Administração do Porto de Lisboa; áreas que não tinham nem se previa que viessem a ter qualquer uso portuário, deviam ser devolvidas à cidade e ficar sob a jurisdição do Município de Lisboa. -----

----- Ora, o acordo que consagraram assentava nesse princípio, e definira três tipos de zonas: as zonas que já sabiam que eram de actividade portuária e ficavam na jurisdição do Porto de Lisboa; aquelas que já sabiam que não estavam e não estariam dedicadas à actividade portuária e que deviam ser transferidas para o Município de Lisboa; e um terceiro tipo de zona, que era uma zona que estava em estudo, fosse porque deveria ser misto, como era o caso da zona de Santos, fosse porque ainda havia alguma indefinição no traçado da terceira travessia do Tejo, como era na zona da Matinha. -----

----- Portanto, era um acordo absolutamente histórico e correspondia a uma ambição do Município de Lisboa e de todos os outros Municípios ribeirinhos, de norte a sul do País, e era de inteira justeza. -----

----- Nos termos desse acordo, o Estado comprometera-se a praticar um conjunto de actos e o Município de Lisboa comprometera-se a praticar outro conjunto de actos, e o primeiro acto que tinham que praticar, até ao final do mês de Abril de 2008, era apresentar uma planta de zonamento estratégico para o conjunto da frente ribeirinha, para que, tal como dizia o PSD, a intervenção na frente ribeirinha não fosse uma manta de retalhos mas que houvesse uma visão global, como nunca houve até agora,

sobre o conjunto dessa área. Sabia que os serviços do Vereador Manuel Salgado já tinham concluído o seu trabalho, sabia que tinham uma sessão de trabalho marcada para o próximo dia 25 de Abril, à tarde, e gostariam de, na próxima semana, poder apresentar para discussão pública esse documento de zonamento estratégico do conjunto da frente ribeirinha. -----

----- No entanto, entendera o Estado produzir um diploma que não se restringisse ao concelho de Lisboa, respondendo, aliás, a uma reivindicação da Associação Nacional de Municípios e dos demais Municípios ribeirinhos, de alargar essa doutrina a todo o País. Não lhe competia a si, aos Vereadores nem aos Deputados Municipais terem uma quebra de solidariedade para com os outros Municípios, e sustentar a diferenciação de Lisboa relativamente aos demais, sendo que, obviamente, a situação de Lisboa era distinta de outros Municípios. -----

----- Segundo a comunicação social, haveria vicissitudes quanto a esse diploma, mas o relato que tinha era que as vicissitudes não afectavam em nada o acordado entre a Câmara e o Governo, portanto não haveria qualquer tipo de obstáculo, no futuro, à execução do acordado. -----

----- No entanto, nada disso tinha a ver com qualquer acto que a Câmara entretanto tivesse praticado até agora. -----

----- Disse que a Moção referia que a Câmara, em desrespeito pelo Presidente da República, aprovara um programa estratégico, e isso não era verdade. Havia uma outra linha de trabalho, que nada tinha a ver com esta, que decorria do seguinte: quando foi apresentado o programa para a recuperação da Baixa-Chiado, o então Presidente da Câmara, Carmona Rodrigues, foi falar com o Sr. Ministro do Ambiente dizendo-lhe: “Temos aqui o plano da Baixa-Chiado, há aqui um conjunto de acções que têm a ver com o Governo, e gostaríamos de nos associar com o Governo para a execução deste plano”. E o Governo respondeu: “Muito bem, propomos a constituição de três sociedades que intervenham em três tipos de intervenções: uma na Baixa-Chiado, entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia, outra na zona de Belém e uma terceira na zona de Pedrouços”. E teria proposto mesmo a indicação de um conselho de administração, que merecera logo o acordo do então Presidente da Câmara de Lisboa e do actual Presidente da Câmara de Oeiras. Portanto, esta era uma linha de trabalho completamente distinta. -----

----- Depois, quando tomara posse, ele próprio e a maioria decidiram não dar andamento ao processo tal como ele vinha acordado do anterior mandato. Em primeiro lugar, porque lhes parecera não se justificar a existência das três sociedades, disseram ao Governo que não aceitavam as três sociedades e que, quando muito, aceitavam falar sobre uma sociedade. Em segundo lugar, disseram que antes da constituição da sociedade era necessário definir o que era que a sociedade ia fazer, ou seja, queriam que houvesse um programa estratégico de intervenção, quer na zona de Belém, quer eventualmente na zona de Pedrouços, quer na frente ribeirinha da Baixa-Chiado, e que só em função desse programa estratégico poderiam ou não integrar qualquer tipo de sociedade. -----

----- Eram conhecidas as vicissitudes, e o que decidiram foi não integrar a sociedade. Mas decidiram submeter à Câmara, para apreciação, o programa estratégico de intervenção. Só que esse programa estratégico de intervenção não tinha nada a ver com o outro, não tinha nada a ver com transferência dominial. O domínio continuava no domínio público portuário, estavam a falar de terrenos e imóveis exclusivamente do Estado, e por isso, aliás, se justificava a intervenção do Estado no Terreiro do Paço, e já não na Rua Augusta onde o Estado não tinha um peso patrimonial que justificasse a sua intervenção. -----

----- Portanto, eram coisas absolutamente distintas, não tinham nada a ver uma com a outra. A única coisa que a Câmara aprovara, na semana passada, foi o programa estratégico que lhe foi apresentado relativamente a duas intervenções, absolutamente pontuais, e que decorriam de uma proposta apresentada pelo Município, no anterior mandato, ao Governo. -----

----- Quanto ao acordado com o Governo em matéria de transferência dominial, disse que o que competia fazer à Câmara era cumprir a sua parte do acordo, desejando que o Estado cumprisse a sua também. -----

----- Agora, o que tinham que saber, porque também estava curioso quanto a isso, era qual a posição do PSD. O PSD era contra que fossem transferidas para o Município de Lisboa as áreas desafectas da Administração do Porto de Lisboa? O PSD defendia que o Município de Lisboa devia continuar subjugado à Administração do Porto de Lisboa? Ou o PSD entendia que sendo desafectas da Administração do Porto de Lisboa deveriam ser conferidas a qualquer outra entidade do Estado? -----

----- O seu entendimento e o entendimento da Câmara, era que, desafectadas da actividade portuária, deviam ser devolvidas à cidade, e quem representava a cidade era o Município de Lisboa e não qualquer outra entidade. Por isso, não abdicavam de que fosse devolvido à cidade o que deixaria de estar afecto à Administração do Porto de Lisboa. -----

----- Mas, claro, o PSD teria sempre a última palavra, até porque a Câmara não poderia aceitar a incorporação no domínio público municipal daqueles terrenos sem a aprovação da Assembleia Municipal. Portanto, os lisboetas também ficavam já a saber se o PSD queria que aquilo que era desafecto da APL viesse para o Município, ou se não queria. Agora, tinham que saber qual era a posição do PSD relativamente a essa matéria. -----

----- Passando à Recomendação n.º 7-A, relativa à terceira travessia do Tejo, disse que era preciso que fossem claros. Lisboa era Lisboa porque era o centro de uma região e a capital de um país, porque Lisboa não seria Lisboa se fosse uma ilha. Portanto, não se poderiam pensar enquanto cidade, se não se pensassem enquanto centro da região e enquanto capital do País. Por conseguinte, quando olhavam para um conjunto de equipamentos, tinham que os pensar na sua dimensão regional e na sua dimensão nacional. -----

----- Quando foi decidido que o novo aeroporto de Lisboa se devia localizar em Alcochete, o próprio LNEC, no mesmo relatório, dizia que era necessária uma segunda travessia rodoviária do Tejo. E porquê? Por uma razão fundamental! É que a

Ponte Vasco da Gama distava entre margens 18 km, não tinha qualquer via de recurso e, portanto, sempre que havia acidentes estava em paralisação. Eram mais de 400 horas por ano que a Ponte Vasco da Gama tinha de paralisação! Hoje, nas condições normais de funcionamento, essas 400 horas eram relativamente indiferentes, mas passariam a ser absolutamente essenciais quando se falava da serventia a um aeroporto, onde o apanhar ou não apanhar o avião se media ao minuto e ao segundo. --

----- O próprio LNEC explicara que era necessária uma segunda travessia, portanto a partir daí sabiam que tinham que ter uma nova travessia rodoviária. Podia-se discutir se era Chelas-Barreiro, se era Algés-Trafaria, se era Beato-Montijo, e foi pedido ao LNEC que estudasse. -----

----- Primeira questão: pessoalmente também partilhava de grandes preocupações relativamente a esta terceira travessia. E dois tipos de preocupações: o primeiro tipo de preocupação era o que dizia respeito ao seu impacto visual e paisagístico, que não decorria do modo rodoviário mas decorria, sobretudo, do modo ferroviário. E decorria designadamente de uma questão essencial: é que a Administração do Porto de Lisboa impusera duas condições a essa terceira travessia: -----

----- A primeira condição era que tinha que ter capacidade para ter serventia de barcos até 43 metros de calado, e, portanto, o espaço entre a parte inferior do tabuleiro e o plano de água distava 47 metros de altura, o que implicava que a ponte surgisse na margem com uma quota 47, que era extremamente elevada. -----

----- A segunda condição era que houvesse um vão nesse elemento final da ponte de 460 metros, o que implicava que o mastro do tirante fosse muito elevado para suportar os 460 metros de vão. A questão que a Câmara colocara ao Governo, foi que era necessário reflectir se a montante da ponte era necessário manter o terminal de granéis do Porto de Lisboa, que aparentemente era o que levava o Porto de Lisboa a exigir esse vão e essa altura. Porque se o terminal de granéis pudesse ser deslocado para jusante, porventura não necessitariam de ter uma ponte com aquela altura nem com aquele vão, portanto poderiam limitar o impacto visual da ponte. -----

----- Mas o impacto visual da ponte não era grave só pelos 47 metros de altura na margem. É que, como era uma ponte ferroviária, a pendente para aproximação ao solo tinha que ser extremamente suave porque senão o modo ferroviário não comportava, o que significava que levava cerca de um quilómetro desde a margem, à cota 47, até tocar no solo junto à Escola Afonso Domingues, à cota 42. E depois, ainda teria que baixar até à cota 37, que era a cota a que se encontrava a Linha de Cintura, o que significava que se não conseguissem baixar a altura da ponte na margem, iriam ter quilómetros de viaduto, o que significava quilómetros de pilares distribuídos pelas freguesias do Beato e de Marvila, que brutalizariam, obviamente, o impacto na paisagem. -----

----- Portanto, a questão essencial, porque o modo ferroviário nunca foi questionado, era saber se conseguiam ou não conseguiam uma boa conjugação de interesses com a Administração do Porto de Lisboa, que permitisse diminuir a altura da ponte na margem, de forma a diminuir o impacto visual na margem e todo o impacto sucessivo dos viadutos até se poderem inserir na Linha de Cintura. -----

----- Segunda questão: o impacto na circulação na Cidade de Lisboa. -----

----- Os estudos eram todos muito optimistas. Diziam – e era preciso conhecê-lo – que o facto de se reduzir para metade o tempo do transporte suburbano no eixo Lisboa-Setúbal, iria permitir ganhar clientela para o transporte suburbano. Era verdade! Era verdade também que grande parte do número de viaturas que estava previsto vir também na nova travessia, era desvio de tráfego das duas travessias já existentes, mas, por outro lado, também não deixava de ser verdade que se se aliviava e descongestionava a Ponte 25 de Abril se atrairia novo tráfego automóvel para a Ponte 25 de Abril, porque uma regra básica no sistema de transportes era que a oferta gerava sempre o aumento da procura. -----

----- Portanto, de uma forma ou de outra, iriam ter um impacto muito significativo na rede viária de Lisboa com a nova travessia rodoviária. -----

----- E, perante isso, o que era que tinham que fazer? Tinham que fazer dois tipos de actuação. -----

----- Primeiro, estratégico e fundamental, tinham de dar prioridade à promoção e à qualificação do transporte público, e para que isso fosse possível havia uma medida que propunham e que considerava fundamental, que era que do conjunto das receitas de portagens de todas as vias de acesso a Lisboa, fosse retirado financiamento para financiar o transporte público no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa. Porque neste momento estavam a falar da nova travessia, mas convinha também não esquecer que estava previsto o aumento da capacidade da A-5, que estava em execução o IC-16, ou seja, a auto-estrada que seria paralela ao IC-19 e que estava quase a ser acabada a terceira faixa do IC-19. Portanto, havia um conjunto vasto de obras de acesso rodoviário a Lisboa, que iriam facilitar a entrada dos carros na cidade, e o próprio Município o fizera com o Túnel do Marquês. -----

----- Portanto, financiamento do transporte público com receitas provenientes do conjunto das portagens, parecia-lhe essencial. -----

----- Segunda linha de actuação: a actuação que tinham que ter no conjunto da rede viária de Lisboa, e não estava só a falar dos nós de acesso à terceira travessia. Aliás, desejava sublinhar que a Comissão Técnica Independente, presidida pelo Dr. Nuno Vitorino, que foi nomeada pelo Sr. Ministro das Obras Públicas já há uns meses atrás, indicara precisamente que a introdução de um modo rodoviário na terceira travessia implicava um conjunto de intervenções na rede viária de Lisboa. -----

----- E quais eram essas intervenções? Eram aquelas que lhes permitiriam transformar um problema numa oportunidade! E qual era a oportunidade? Era a oportunidade de poderem desfazer a natureza rádio-concêntrica do sistema viário, assente em dois eixos fundamentais, o da Av. Almirante Reis e o da Av. da República/Av. Fontes Pereira de Melo/Av. da Liberdade, por via da sua malhação pela construção de vias circulares eficientes. Isso implicava uma intervenção no eixo da Av. Estados Unidos da América, no seu cruzamento com a Av. Almirante Gago Coutinho, em Entrecampos e no cimo da Av. das Forças Armadas. -----

----- E implicava, por outro lado, no eixo da Av. de Berna uma intervenção de fundo na Praça de Espanha e no prolongamento da Av. Afonso Costa até à Av. Mouzinho de

Albuquerque. Implicava, não a circular das colinas que todos constataram não ser viável, mas uma via que constituíram como alternativa e que consideraram a diagonal nascente/poente, aproveitando o já existente Túnel do Marquês, que permitiria organizar, em túnel ou por sentidos únicos, a circulação entre a Praça Marquês de Pombal e a Av. Almirante Reis, e a partir daí, necessariamente em túnel, para diante. -

----- Portanto, essas duas linhas de actuação eram essenciais: por um lado, promoção e qualificação do transporte público e o seu financiamento por via das portagens já existentes, porque, obviamente, não fazia sentido introduzir novas portagens nos acessos porque já estavam todos eles portajados, e, por outro lado, a intervenção na rede viária de forma a dar-lhe maior eficiência e capacidade de acomodação desse impacto que necessariamente iria existir. -----

----- A uma interpelação à Mesa feita pelo **Deputado Municipal Saldanha Serra**, do PSD, de todo inaudível por produzida a partir da bancada, a **Senhora Presidente** respondeu que o tempo era uma questão que os Grupos Municipais tinham que gerir, portanto não podia ficar em acta algo que decorria do Regimento. Aos Grupos Municipais competia gerir o tempo nos termos em que o entendessem, pelo que não estavam perante uma verdadeira e própria interpelação, porque não estavam a falar da condução dos trabalhos, caso em que, aí sim, haveria de facto lugar a uma interpelação. -----

----- Seguidamente, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Nota:** As alterações que foram sendo anunciadas pela Senhora Presidente antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia. --

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2**, apresentada pelo PS, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, BE e PEV e a abstenção do CDS-PP. -----

----- A **Moção n.º 3**, apresentada pelo PS, foi retirada e transformada em proposta, fazendo-se a sua discussão na continuação desta Sessão. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo PEV. -----

----- A **Moção n.º 6**, apresentada pelo PCP, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 - aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Ponto 2 - rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE, PEV e três Deputados Municipais do PSD, e uma abstenção. --

----- Ponto 3 - aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Ponto 4 - rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD e CDS-PP, votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV e dois Deputados Municipais do PSD, e duas abstenções. -----

----- Ponto 5 - rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e uma abstenção de um Deputado Municipal do PSD. -

----- Ponto 6 - rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e uma abstenção de um Deputado Municipal do PSD. -

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção 7**, apresentada pelo CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 8**, apresentada pelo CDS-PP, com votos contra do PSD, PS e BE, e votos favoráveis do PCP, CDS-PP e PEV. -----

----- A **Moção n.º 9**, apresentada pelo PSD, foi votada alínea por alínea, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Alínea a) - aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS e BE, e a abstenção do PCP e PEV. -----

----- Alínea b) - aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS e BE. -----

----- Alínea c) - aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS e BE. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD apresentou e votou favoravelmente esta Moção pelas razões que tivemos oportunidade de explicar, quer aquelas que constam da própria Moção, quer aquelas que aqui referimos. -----

----- De qualquer maneira, dizer o seguinte: -----

----- Em relação à transferência de terrenos da Administração do Porto de Lisboa para a Câmara Municipal de Lisboa, o PSD tem uma posição muito clara: é favorável. Foi por isso, aliás, e consta, por escrito, da proposta que aqui apresentou na reunião anterior da Assembleia, para ser criada uma Comissão de Acompanhamento deste processo. -----

----- Portanto, a nossa posição, o Sr. Presidente, atento como é, sabe que ela é muito clara. -----

----- Aquilo que está aqui em causa é que o protocolo que foi celebrado é apenas um protocolo de intenções, porque para que tenha vida própria, ou seja para que esses terrenos propriedade da APL possam ser transferidos para o domínio municipal, necessitam de um diploma que o permita fazer. É esse diploma que o Senhor Presidente da República devolveu, e, portanto, neste momento não é possível fazer-se essa transferência. Primeira questão. -----

----- Segunda questão. Há só uma zona ribeirinha. Há só uma zona ribeirinha em Belém, em Alcântara, em Algés, em Pedrouços, em Santa Apolónia, etc. Portanto, a zona ribeirinha é a mesma, não é pelo facto de estarmos a falar na transferência que este modelo societário, agora aprovada pela Câmara, ...” -----

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo o orador, disse que a questão societária não constava da Moção, pelo que pedia que reconduzisse a intervenção à declaração de voto. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, prossequindo a declaração de voto: -----

----- “O que eu quero dizer é o seguinte. -----
----- Há área de interpenetração entre o diploma que está suspenso e aquilo que foi aprovado pela Câmara. Mas, mais do que questões de facto ou de direito, aquilo que está aqui em causa é a Câmara suspender um processo, que não perde por ser suspenso por mais 15 dias, para respeitar a decisão do Senhor Presidente da República de devolver ao Governo um diploma que mexe com a zona ribeirinha, mexe na transferência de terrenos, e qualquer intervenção que a Câmara queira fazer nesta área societária pressupõe a titularidade dos terrenos.” -----
----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 10**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD e PCP, votos contra do PS e BE, e a abstenção do CDS-PP e PEV -
----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 11**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, e a abstenção do PCP, BE e PEV -----
----- A **Moção n.º 12**, apresentada pelo PSD, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----
----- Ponto 1 - Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do BE e CDS-PP. -----
----- Ponto 2 - Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----
----- A **Moção n.º 13**, apresentada pelo PSD, foi votada alínea por alínea, tendo a Assembleia deliberado: -----
----- Alínea a) - aprovada, por unanimidade. -----
----- Alínea b) - aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----
----- Alínea c) - aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----
----- A **Moção n.º 14**, apresentada pelo BE, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----
----- Ponto 1 - Rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD e PS, votos favoráveis do PCP, BE, PEV e o voto da Sra. Presidente, e a abstenção do CDS-PP. --
----- Ponto 2 - Rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD e PS, votos favoráveis do PCP, BE, PEV e 4 votos do PSD incluindo o da Sra. Presidente, e a abstenção do CDS-PP. -----
----- Ponto 3 - Aprovado, por unanimidade. -----
----- A **Moção n.º 15**, apresentada pelo PSD, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----
----- Ponto 1 - Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS e BE. -----
----- Ponto 2 - Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----
----- Terminada a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----
----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 1**, apresentada pelo PCP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 2**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE e PEV, e a abstenção do PS e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 3**, apresentada pelo PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 4**, apresentada pelo PEV. -----

----- A **Recomendação n.º 5**, apresentada pelo PEV, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2 – aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 3 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e de um Deputado Municipal do PSD. -----

----- Ponto 4 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 6**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, e a abstenção do PCP, BE e PEV. -----

----- **A Deputada Municipal Rita Folgosa (BE)** fez a seguinte declaração de voto: ---

----- “O BE absteve-se em relação a esta proposta porque uma vez que todas as outras proposta presentes na Ordem de Trabalhos desta Assembleia, e relativas à revitalização da Baixa-Chiado, vão baixar às diversas Comissões, não nos parece oportuno estar agora a opinar sobre esta matéria.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 7**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PSD e PS. -----

----- A **Recomendação n.º 7-A**, apresentada pelo PSD, foi votada ponto por ponto tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS, PCP e BE, e a abstenção do PEV. -----

----- Ponto 2 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, BE e CDS-PP, votos contra do PS e PCP, e a abstenção do PEV. -----

----- Ponto 3 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Ponto 4 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS e PCP, e a abstenção do BE e PEV. -----

----- Ponto 5 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Ponto 6 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 8**, apresentada pelo BE. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 9**, apresentada pelo PSD. -----

----- Terminadas as votações, a **Senhora Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos. -----

----- **Ponto 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da CML acerca da actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 91/2008;** -----

- Ponto 3 - Proposta 92/2008; -----
- Ponto 4 - Proposta 120/2008; -----
- Ponto 5 - Proposta 562/2007; -----
- Ponto 6 - Proposta 125/2008; -----
- Ponto 7 - Proposta 136/2008; -----
- Ponto 8 - Proposta 139/2008; -----
- Ponto 9 - Proposta 140/2008; -----
- Ponto 10 - Proposta 141/2008; -----
- Ponto 11 - Proposta 142/2008; -----
- Ponto 12 - Proposta 143/2008; -----
- Ponto 13 - Proposta 144/2008; -----
- Ponto 14 - Proposta 145/2008; -----
- Ponto 15 - Proposta 146/2008; -----
- Ponto 16 - Proposta 147/2008; -----
- Ponto 17 - Proposta 148/2008; -----
- Ponto 18 - Proposta 132/2008; -----
- Ponto 19 - Proposta 165/2008; -----
- Ponto 20 - Proposta 190/2008; -----
- Ponto 21 - Proposta 208/2008; -----
- Ponto 22 - Proposta 228/2008; -----
- Ponto 23 - Proposta 233/2008; -----
- Ponto 24 - Proposta 240/2008; -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação do documento, começou por dizer que antes do Deputado Municipal Saldanha Serra se ausentar, porque sabia que tinha que se ausentar, desejava referir o seguinte. -----

----- Uma das recomendações que foi há pouco aprovada, que dizia respeito à Baixa, e à existência de intervenção nos dois quarteirões, entendia que a boa forma de seguir a recomendação seria incorporá-la na proposta que a Câmara enviara e que já estava pendente na Assembleia Municipal. -----

----- Se todos estivessem de acordo, e havendo Sessão de Câmara amanhã – e presumia que os Srs. Vereadores não se oporiam a que o tema pudesse ir a Sessão de Câmara – levavam a recomendação, procuravam integrar esse ponto seguindo a

recomendação da Assembleia Municipal, e voltava para a semana já com o texto incorporando a recomendação da Assembleia Municipal. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que era uma boa metodologia. Portanto, se nada houvesse que fosse suscitado por parte das Comissões a que os pontos que estavam agendados – eles não estavam pendentes, estavam agendados para a continuação desta Sessão – naturalmente não haveria obstáculos de metodologia nem regimentais. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, prosseguindo, disse que desejava sublinhar três pontos essenciais. -----

----- Em primeiro lugar, a Assembleia Municipal tem acompanhado o que a Câmara tem feito relativamente a três questões centrais, naquilo que têm designado por arrumar a casa: no que dizia respeito ao saneamento financeiro, no que dizia respeito à intervenção nos Serviços de Urbanismo e no que dizia respeito à resolução da questão dos falsos recibos verdes que estavam ao serviço da Câmara. -----

----- No que dizia respeito ao saneamento financeiro, disse que nos termos do que a Câmara deliberara, foi interposto recurso da decisão do Tribunal de Contas, foi iniciado o processo de pagamento das pequenas dívidas que ainda estavam por pagar, estando neste momento já pagos cerca de 111 milhões de euros de dívidas a fornecedores, e, por outro lado, estava na Ordem de Trabalhos desta Sessão da Assembleia Municipal a autorização do Município para celebrar planos de pagamento com os maiores credores, tendo em vista a rápida reposição da sua situação financeira. -----

----- Relativamente aos Serviços de Urbanismo, disse que na sequência da sindicância que tinha sido solicitada pelo Prof. Carmona Rodrigues, a Câmara aprovara uma deliberação fundamental, a deliberação 7/2008, e relativamente a essa deliberação, que enquadrava o conjunto de actuações a ter na sequência da sindicância, os processos disciplinares que foram instaurados estavam já em instrução, a cargo de uma Sra. Magistrada do Ministério Público, que para o efeito foi designada pelo Sr. Procurador Geral da República. -----

----- Quanto às decisões de declaração de nulidade do conjunto de actos praticados, disse que foram executadas as notificações e estava a decorrer o período de exercício do contraditório nuns casos, e noutros casos já de avaliação das respostas dos interessados. -----

----- A Câmara, na última reunião, aprovara já os termos da constituição do Conselho Consultivo, previsto desde 1994 no PDM e nunca constituído, instrumento que lhes parecia da maior importância para reforçar a transparência. E nos termos das recomendações e propostas de alteração formuladas pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, numa das próximas reuniões a Câmara estaria em condições de aprovar a proposta a submeter à Assembleia Municipal para a criação de uma Comissão do Boas Práticas, reforçada com um sistema de monitorização da execução e do processo de licenciamento urbanístico, por parte da Assembleia. -----

----- Por outro lado, tinha sido decidido nessa deliberação, constituir um grupo de trabalho, presidido pela Sra. Directora Municipal dos Serviços Centrais, que tinha em vista apresentar à Câmara projectos de reestruturação dos Serviços de Urbanismo, de

alteração dos procedimentos de licenciamento e de melhoria dos sistemas de informação dos Serviços de Urbanismo. -----

----- Esse grupo de trabalho, que se organizara em três subgrupos tendo mobilizado dezenas de técnicos do Município, entregara, pontualmente, no dia 31 de Março, o seu relatório, que já foi distribuído às Senhoras e Senhores Vereadores para apreciação, tendo sido acordado na Câmara realizar-se, no próximo dia 7 de Maio, uma sessão de trabalho com todos os membros dos grupos de trabalho, tendo em vista a apreciação das propostas que foram formuladas para a reestruturação dos serviços, para alteração dos procedimentos e para alteração dos sistemas de informação. -----

----- Ainda no que respeitava à execução da deliberação 7/2008, disse que muito brevemente estariam em condições de levar à Sessão de Câmara para início do processo de debate público, três regulamentos fundamentais: o Regulamento das Cedências e Compensações, um novo Regulamento da TRIU e o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -----

----- Sobre a questão dos falsos recibos verdes, disse que tem sido um terceiro tema que a todos tem preocupado nessa tarefa de arrumar a casa. -----

----- Como sabiam, foi desenvolvido um extenso processo negocial com o conjunto dos sindicatos, com base numas notas de estudo desenvolvidas sobre o problema pelo Prof. Doutor Jorge Leite. No que lhe dizia respeito e aos sindicatos, concluíram o processo negocial, e amanhã mesmo teria um encontro com todos ao cabeças de listas às últimas eleições para a Câmara Municipal para verificar se o acordo que foi ajustado podia ser dado por concluído. Ou seja, verificar se tinha na Câmara a maioria necessária à sua aprovação, porque, caso contrário, teriam que, naturalmente, comunicar aos sindicatos a necessidade de reabrir o processo negocial. Era um tema muito delicado como todos sabiam, em que o tempo urgia para uma decisão. -----

----- Disse que queria ali saudar, porque achava que era justo fazê-lo, as direcções dos três sindicatos com quem chegaram a acordo: o SINTAP, o STAL e o STML. Foi um esforço negocial muito difícil para um problema extremamente delicado, relativamente ao qual tinha a esperança que amanhã se pudesse confirmar a existência de uma maioria na Câmara que permitisse a aprovação desse acordo e o início de um processo que visava repor a legalidade onde ela não existia. -----

----- A par do saneamento financeiro, da reforma dos Serviços de Urbanismo e da resolução das situações de ilegalidade com a manutenção de recursos a falsos recibos verdes, importava pôr o Município a funcionar, e, em primeiro lugar, com um conjunto de medidas que eram medidas estruturantes para o futuro da cidade. -----

----- A Câmara aprovara mais uma fase do Plano de Drenagem de Lisboa, instrumento fundamental para a resolução dos problemas infra-estruturais de grande gravidade que afectavam o Município, e que ainda muito recentemente, aquando das intempéries que assolaram Lisboa, tiveram oportunidade de verificar, mais uma vez, a gravidade da situação em algumas zonas da cidade, em particular na zona de Alcântara que foi claramente a mais afectada. -----

----- Por outro lado, já estava inscrita na Ordem de Trabalhos desta Sessão da Assembleia Municipal, a aprovação da Carta Educativa, um instrumento da maior

importância para o planeamento da rede educativa da Cidade de Lisboa, porque o Município de Lisboa era já um dos raros Municípios do País que não estava ainda dotado da Carta Educativa. Foi um trabalho muito esforçado, que foi feito nos últimos meses pela Sra. Vereadora Rosália Vargas e pelos seus serviços, tendo em vista preencher essa lacuna. Foi um trabalho dos serviços com as escolas e com o Conselho Municipal de Educação, que permitira à Câmara aprovar um documento para ser submetido à Assembleia Municipal. -----

----- E não querendo agora, obviamente, antecipar esse debate, não podia deixar de sublinhar a urgência de serem dotados de uma Carta Educativa que a generalidade dos Municípios já tinham pelo menos há quatro anos. -----

----- Urgência desde logo, porque tinham que enquadrar o plano de intervenção na requalificação do parque escolar, de que falaria mais adiante, mas também por uma questão puramente pragmática porque não poderiam concorrer às verbas do QREN para financiamento de intervenções em escolas, sem que o Município tivesse a sua Carta Educativa aprovada pela Assembleia e homologada pela Direcção Regional de Educação de Lisboa. Todos os outros Municípios da Área Metropolitana de Lisboa já tinham as respectivas Cartas Educativas aprovadas e homologadas. -----

----- Referiu que o concurso para a primeira fase da atribuição de verbas já estava aberto, e estaria excepcionalmente aberto, a pedido do Município de Lisboa, até ao final de Junho, de forma a que se pudessem dotar entretanto da Carta Educativa e não ficassem, assim, à partida excluídos do concurso. Estavam a falar de um conjunto de verbas que podiam, no limite se o concurso lhes corresse bem naturalmente, permitir mobilizar do QREN cerca de 2,4 milhões de euros para financiamento de intervenções nas escolas de Lisboa, pelo que era absolutamente essencial que não perdessem na secretaria e que a tempo e horas pudessem apresentar a candidatura. -----

----- Medidas estruturantes também, ao terem desencadeado um conjunto de instrumentos de planeamento absolutamente essenciais para a definição de regras claras, que permitissem aos investidores investirem com confiança na cidade. Foi assim que foram aprovados os termos de referência para a elaboração de um novo plano de pormenor de Alcântara, reformulando o que tinha sido aprovado no anterior mandato e de forma a que o plano de pormenor de Alcântara não se limitasse a ser um instrumento de resolução de problemas pendentes com loteamentos concretos, mas que fosse, efectivamente, um instrumento de requalificação e ordenamento do conjunto do Vale de Alcântara, como era absolutamente essencial para reforço da coesão territorial e social da Cidade de Lisboa. -----

----- Por outro lado, foi desencadeado também o processo relativo a um plano de pormenor da Baixa-Chiado, absolutamente essencial para poderem enquadrar globalmente as intervenções a fazer na Baixa-Chiado, sem prejuízo, naturalmente, das medidas pontuais cuja autorização pediam à Assembleia Municipal. -----

----- E, finalmente, um bom enquadramento normativo desse extraordinário quarteirão delimitado pelo Parque Mayer e pelo Jardim Botânico, que se estendia da Rua da Alegria à Rua do Salitre, e da Av. da Liberdade à Rua da Escola Politécnica. O concurso público de ideias já decorrera, tivera 27 candidaturas com projectos

extremamente interessantes que se encontravam expostos e assim continuariam até ao dia 18 de Maio, nos museus da Universidade de Lisboa, na Rua da Escola Politécnica, o júri seleccionara cinco desses projectos para servirem de base à elaboração dos termos de referência que permitiriam enquadrar o concurso a que esses cinco conjuntos foram admitidos para a elaboração do plano de pormenor, de forma a que chegassem a Dezembro, desejavelmente, com o plano de pormenor definido para aquele quarteirão. -----

----- Mas havia aí um movimento que teriam que fazer, um movimento de grande determinação para, de uma vez por todas, assumirem o planeamento como uma forma e um instrumento essencial para o trabalho urbanístico na cidade, e não voltarem a repetir os erros de procurarem atalhos que só os meteram em trabalhos. Mas essa opção e determinação em prosseguir e incorporar o planeamento como um método de trabalho, exigia dos órgãos municipais, dos projectistas e dos empreendedores, de todos, também uma grande determinação para o escrupuloso cumprimento de um programa e de um calendário, de maneira a que o planeamento fosse uma forma de definição de regras claras, mas não fosse também uma forma de paralisação da vida na cidade, porque era necessário que a cidade pudesse viver, e a cidade vivia produzindo diariamente. -----

----- No entanto, para além desse esforço de planeamento com a Carta Educativa, com os planos de pormenor e com o plano de drenagem, havia também um conjunto de medidas concretas que tinham vindo a ser adoptadas, assentes muitas delas em parceria com as Juntas de Freguesia, e por isso foi cumprida escrupulosamente a palavra ali dada de que nenhuma freguesia veria este ano reduzido o montante global das verbas que tinha ao seu dispor, o que não significava que recebessem este ano exactamente o mesmo montante por cada um dos protocolos celebrados em cada uma das áreas. -----

----- E isso por uma razão fundamental. A Câmara tinha que garantir a estabilidade das freguesias no seu plano de acção, portanto não deviam ser privadas dos meios financeiros que pensavam poder dispor, mas tinham também de repor a transparência financiando cada acção na medida certa da necessidade do seu financiamento. E, como todos sabiam, não era isso que acontecia, designadamente na área dos espaços verdes. -----

----- Agora isso estava resolvido e, tal como foi ali assumido o compromisso, foram dotadas todas as freguesias com o protocolo complementar necessário para que recebessem exactamente o mesmo montante que receberam no ano transacto. -----

----- Parcerias também com a Santa Casa da Misericórdia, que lhes permitiram desencadear um processo de construção e instalação de quatro creches e duas residências assistidas para idosos, na Cidade de Lisboa. -----

----- E parcerias, ainda, com a Fundação Aga Khan e com o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, com a celebração do contrato de desenvolvimento social na Charneca. -----

----- Mas também medidas da acção própria da Câmara com a resolução de alguns pequenos bloqueios que existiam, como a iniciativa desencadeada entre o

Departamento de Desporto e da Educação, que permitira que já neste ano lectivo mil crianças das escolas que se encontravam próximas das piscinas municipais pudessem aceder a cursos de natação como elemento do enriquecimento curricular, antecipando aquilo que aconteceria a partir do próximo ano, que era todas as crianças de todas as escolas do Município poderem aceder às piscinas municipais, num programa de aprendizagem da natação como elemento de enriquecimento curricular. -----

----- Mas desejava destacar um programa da maior importância, que ontem mesmo tiveram oportunidade de apresentar às associações de pais, aos presidentes dos Agrupamentos e Conselhos Executivos das Escolas, tendo em vista a modernização e requalificação do parque escolar da Cidade de Lisboa. Todos conheciam a situação, que diria catastrófica, em que se encontrava o parque escolar das escolas básicas da cidade, que tivera décadas de desinvestimento com efeitos muito negativos para a cidade. Efeitos negativos na qualidade do sistema de ensino, mas efeitos também muito negativos no que dizia respeito à demografia da cidade, porque não teriam uma cidade repovoada nem rejuvenescida se não tivessem boas escolas para as crianças estudarem em Lisboa. -----

----- Disse que das cerca de 90 escolas da Câmara, mais de 80 requeriam intervenções de grande profundidade. E foi por isso que definiram um programa, a desenvolver de 2008 a 2011, de intervenção de fundo nas escolas da cidade, programa esse que passava pela construção de sete novas escolas, três das quais em resultado de uma parceria com o Ministério da Educação, e uma intervenção profunda em 84 escolas. Já este ano haveria 26 intervenções, que eram as possíveis para aproveitar as verbas inscritas no Orçamento e os projectos que existiam e que estavam em condições de ser efectivamente aplicados, mas que a partir do próximo ano se iria ter que estruturar e que implicava um investimento global de 45 milhões de euros ao longo dos anos lectivos de 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011. -----

----- Esse era um esforço para o qual o Município teria que se mobilizar para poder alcançar, e o deveria fazer num quadro motivador que era a comemoração do centenário da República, que dera à valorização da escola e da escola pública, a maior importância. E cumprindo-lhes assinalar o centenário da República, desde já em Novembro de 2008 em que celebrariam o centenário da eleição da primeira Vereação republicana na Cidade de Lisboa, até ao ano lectivo de 2010/2011 em que se concluiriam as comemorações do centenário da proclamação da República, da varanda dos Paços do Concelho, em 5 de Outubro de 1910. -----

----- Era um esforço que tinham que fazer para retirar as escolas da rede pública do estado em que se encontravam, e as poderem trazer pelo menos para próximo do século XXI. Investimento que era no edificado, mas que teria que ser complementado pelo investimento que teriam que fazer no equipamento, no enriquecimento curricular e na componente de apoio à família. -----

----- Este, disse a terminar, deveria ser um dos grandes desígnios do Município para os próximos anos. Elegeram-no como tal e procurariam honrá-lo desde já no ano e meio de mandato que tinham pela frente. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Goncalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que assistiram ali a mais um exemplo de campanha eleitoral. Assistiram agora mesmo a uma prospecção daquilo que seriam as intenções do actual Executivo PS/BE para os próximos mandatos, quando aquilo que habitualmente lhes trazia ali o Presidente da Câmara neste ponto era o que a Câmara fizera no último trimestre. -----

----- E o que fizera a actual Câmara ao longo dos quase nove meses que tinha de mandato? Que imaginassem, por comparação, se tal acontecesse no mandato do Dr. Santana Lopes ou no mandato do Prof. Carmona Rodrigues o que não diria o Deputado Municipal Miguel Coelho da incapacidade desses presidentes para levarem a Carta a Garcia e o que não diria da incapacidade total da Câmara em funcionar? -----

----- Bastava verificar o número de reuniões que a Assembleia tinha e as matérias que lhe chegavam para serem aprovadas. Era verdade que não eram todas as decisões da Câmara, mas também era verdade que eram as mais importantes que tinham que vir à Assembleia Municipal. E segundo alguém que conhecia bem o funcionamento da Assembleia há muitos anos, ela nunca na sua história reunira tão pouco como neste mandato, o que era prova suficiente da incapacidade do Executivo em desenvolver actividade. Nunca se fizera tão pouco em tanto tempo! -----

----- Mas, apesar disso, viam ali o Sr. Presidente da Câmara a fazer um discurso prospectivo, dizendo que ia fazer, que ia planear e que ia ter. Nada de concreto em termos daquilo que eram as acções reais de que a cidade precisava. Havia um hiato de quase um ano sem que a cidade sentisse uma intervenção eficaz, uma intervenção activa naquilo que eram as suas necessidades mais básicas. -----

----- O que tinham vindo a ver, e isso já temiam também, era que o Presidente da Câmara, como já ali foi dito por membros de outra bancada que não do PSD, é que o Sr. Presidente da Câmara era um representante do Governo na Cidade de Lisboa, e isso entristecia-os porque reconheciam na figura do Presidente da Câmara algum mérito, alguma qualidade e alguma simpatia e não gostariam de o ver nesse papel. A Cidade de Lisboa defendia-se a si mesma, a Cidade de Lisboa reivindicava e exigia do Governo aquilo que era fundamental para o seu desenvolvimento. -----

----- Disse, depois, que a zona ribeirinha de Lisboa era, efectivamente, uma zona importante. Durante anos e anos reclamara-se a necessidade da ligação da cidade ao rio, falara-se do divórcio entre Lisboa e o Tejo perante aquilo que era a intervenção majestática relativamente a essa área. Portanto durante muitos anos reclamara-se a necessidade de uma intervenção mais objectiva, uma intervenção mais directa da Câmara nos desígnios da zona ribeirinha. Com algumas divergências, com algumas aproximações e com alguns afastamentos, ao longo dos anos foi-se desenvolvendo uma cada vez maior aproximação entre a cidade e o rio, e verificava-se actualmente alguma animação na zona ribeirinha. -----

----- Mas acontecia uma coisa que era quase como a questão do ovo e da galinha, isto é, não sabiam se a escolha do Dr. Miguel Júdice para mandatário da campanha do Dr. António Costa, foi sequência de ele ter sido indicado para presidente da sociedade que ia reabilitar a zona ribeirinha, ou se foi o contrário, ou seja, se a escolha foi por ter

sido mandatário do Dr. António Costa. Era uma dúvida que não sabia se seria esclarecida, mas que de facto ressaltava naquilo que era a análise dessa matéria. -----

----- E admiravam a filantropia do Dr. Miguel Júdice, até porque o conheciam, sempre foi um filantropo, e pela sua dedicação a essa sociedade e a essa reestruturação. -----

----- Também ouviram uns piropos relativamente ao representante do BE na Câmara e o Dr. Miguel Júdice. O Dr. Miguel Júdice disse do Dr. Sá Fernandes o que Maomé não dissera do toucinho. Mas tudo bem, ninguém se ofendera e achava que estavam todos de boas relações! -----

----- Outro aspecto importante da necessária e possível intervenção do Executivo na cidade, tinha a ver com a Baixa-Chiado. De facto, foi no mandato anterior uma preocupação da Câmara, que aprovara as linhas gerais de uma acção desenvolvida pela Vereadora Maria José Nogueira Pinto, acompanhada por um conjunto de personalidades ligadas ao urbanismo, ligadas à história e a outras facetas importantes daquilo que era a actividade humana e que se reflectiam na actividade da própria cidade, nomeadamente o Sr. Vereador e Arqtº Manuel Salgado, e o relatório desse trabalho foi apresentado e merecera da Assembleia Municipal algumas críticas. Críticas de várias Comissões, algumas delas absolutamente pertinentes porque eram perfeitamente visíveis, nomeadamente tendo em vista a dimensão do projecto, a forma como eram constituídas as várias sociedades que iriam gerir essa intervenção, e também quanto à forma de financiamento e à mobilidade. -----

----- Portanto, houve um largo conjunto de críticas que foram desenvolvidas. Mas essas críticas pararam logo a seguir à entrada em funcionamento do novo Executivo, na medida em que o Sr. Presidente da Câmara reclamara para si a recepção de todos esses relatórios e durante meses e meses não se ouvira nada sobre essa matéria. -----

----- Acontecia, porém, que agora havia um relatório resumido de intervenção na Baixa-Chiado, enfim, era mais um relatório da Baixa que propriamente da Baixa-Chiado. E esse relatório, segundo o Sr. Vereador Manuel Salgado, apresentava sete eixos prioritários, que de uma maneira geral e nalguns aspectos estariam de acordo. O primeiro eixo prioritário, e aquele que naturalmente deveria representar para a Câmara uma maior preocupação, tinha a ver com a recuperação e reabilitação do edificado, o reforço da vertente residencial. Era óbvio que essa deveria ser a grande preocupação da Câmara com uma zona que estava desertificada como era a Baixa-Chiado. -----

----- Mas foi essa a primeira acção da Câmara no sentido de dar a ideia de revitalizar a Baixa? Não, nada disso! Foram apenas umas atitudes pontuais que nem tinham a ver directamente com a própria acção da Câmara, e que eram uma forma de campanha eleitoral para que as coisas fossem visíveis mas não fossem vistas. -----

----- Aliás, chamava até a atenção para um aspecto que foi levantado por um membro da Comissão Permanente de Urbanismo, que depois tivera o cuidado de verificar e constatar que era verdade, que nas normas síntese do plano de pormenor da Baixa-Chiado umas das coisas que se referia era que esse mesmo plano de pormenor estaria completo no prazo de um ano. Ora, se estaria completo no prazo de um ano porque suspender os artigos 38º, 39º e 40º do Regulamento do PDM, que estavam suspensos por alguma razão? Porquê? Num ano esses projectos também não se desenvolveriam?

----- Deveria pensar grande para dar à Baixa aquilo que a Baixa precisava, dar às pessoas que aí residiam condições de vivência, condições de atractividade para que de facto dessem vida à Baixa. Só assim se daria vida à Baixa, não era com as lojas e com o comércio, como não seria também só com os museus, embora os museus fossem importantes, mas era, fundamentalmente, com a recuperação e revitalização do edificado, que efectivamente estava abandonado, mas quanto a isso não se via da parte da Câmara uma acção concreta para levar isso a cabo. -----

----- Outra das questões da Baixa tinha a ver com a frente ribeirinha e o Terreiro do Paço, zonas importantíssimas da cidade, mas o que era que verificavam naquilo que era, supostamente, a estratégia entre a sociedade que ia reabilitar a zona ribeirinha e a Câmara Municipal de Lisboa? Sabiam, Miguel Júdice *dixi*, que apenas queria da intervenção da Câmara o conselho do Sr. Vereador Manuel Salgado naquilo que representava a mobilidade nessa área, porque em relação a outras intervenções a sociedade agiria por si própria, portanto só passando cartão à Câmara na base do licenciamento, o que era muito pouco e por isso pedia ao Sr. Vereador Manuel Salgado que fosse mais exigente e mais interventivo na ligação com essa sociedade. --

----- Continuando, disse que o PSD não estava contra que fosse um pólo especializado de serviços, porque essa era uma boa forma de desenvolver e dar alguma actividade, e que também tivesse algum aspecto cultural. Mas quanto ao espaço comercial ao ar livre era preciso que fossem mais concretos, e o Sr. Vereador Manuel Salgado teria que se confrontar com a realidade que era o comércio da Baixa, um comércio envelhecido em que as pessoas normalmente eram atávicas em relação à modernização, nomeadamente quanto à forma como viam a actividade comercial. Portanto, era necessário que se dissesse mais que aquilo que efectivamente se dizia, porque fazer um centro comercial a céu aberto era muito complicado. Havia que ter serviços partilhados, havia que ter acções concretas de limpeza, de segurança, de gestão de recursos, de compras partilhadas, etc., e não via ali nem sequer o abrir do diálogo com associações comerciais, que se criassem ou que existissem, de forma a desenvolver esses aspectos. -----

----- Por outro lado, quanto à referência à construção de um espaço público de excelência, disse que aquilo que era referido no plano era muito pouco para que se tornasse de excelência, e deveria ser mais cuidado. -----

----- Em relação ao reforço da mobilidade, que era um dos aspectos importantíssimos, disse que um projecto que tinha o horizonte temporal de 12 anos tinha que ser muito mais ambicioso, como já tivera oportunidade de referir. De facto, tinham que considerar a defesa intransigente, num espaço o mais curto possível, daquilo que era o património que representava o Terreiro do Paço e as zonas limítrofes. Efectivamente, era inadmissível que essa praça, que era uma referência nacional, continuasse a ser atravessada, permanentemente, por veículos automóveis. -----

----- Relativamente à sindicância, disse que muito pouco foi feito. As recomendações da sindicante estavam agora de alguma forma a ser seguidas na parte disciplinar, mas foi ali prometido, ou foi prometido na Câmara, que se iria criar uma Comissão de Boas Práticas, e não viu ainda nomeada essa Comissão nem ninguém estava a

trabalhar nas melhores práticas para acabar com a burocracia dos serviços de urbanismo. Seria que a capacidade dos próprios serviços para se desenvolverem e para se restaurarem era suficiente? Pensava que não, porque ao longo de muitos mandatos todos os Executivos quiseram reorganizar os serviços de urbanismo e até ao presente não conseguiram. -----

----- Aludindo ao Alcântara XXI, disse que o PSD até admitiria que houvesse uma intervenção da forma que mais ou menos ali foi referida, embora reconhecessem que era muito complicado que isso pudesse acontecer na medida em que havia ali ajustes que eram muito grandes. Mas, de qualquer forma, entregar isso à Refer era um mau exemplo, porque, de facto, esse plano de urbanização a desenvolver deveria ser feito pela Câmara. E a não ser pela Câmara, a ser por uma entidade externa deveria ser por concurso público. -----

----- **A Deputada Municipal Maria da Graça Ferreira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que dando sequência a uma alusão que o Sr. Presidente da Câmara fizera na sua comunicação, concretamente a parceria estabelecida com a Fundação Aga Khan, ia tecer alguns comentários e desenvolver um pouco mais essa iniciativa. Tratava-se, portanto, de um programa de contrato local de desenvolvimento social. -----

----- A pobreza e a exclusão social que grassavam por todo o mundo, também pela Europa e por Portugal, caracterizavam-se pela escassez de recursos para fazer face às necessidades básicas e padrões de vida das sociedades actuais, e resultavam de vários factores, de que se salientavam a baixa qualificação, o desemprego, a imigração, a marginalidade e as deficiências. -----

----- Na sequência de programas desenvolvidos pelo Estado Português desde os anos oitenta do século passado, tais como, mais recentemente, o Projecto de Luta Contra a Pobreza, o PROGRID em 2004, o PNAI, o Plano Nacional Contra a Exclusão 2006-2008, o actual Governo, prossequindo essa linha de preocupação de incidir, aprofundar e inovar de diversas formas sobre as principais carências dos estratos populacionais mais desfavorecidos, decidira criar um novo programa, financiado pelas verbas provenientes dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, podendo ainda, durante a vigência do QREN, ser co-financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Fundo de Desenvolvimento Regional. -----

----- Designando-se por Contratos Locais de Desenvolvimento Social – CLDS, e estando direccionados para todo o território nacional, centravam a sua grande aposta nos seguintes eixos prioritários: emprego, formação e qualificação, intervenção familiar e parental, capacitação da comunidade e das instituições, informação e acessibilidade. -----

----- A estratégia de implementação dessas medidas passava pelo envolvimento conjunto dos recursos existentes na sociedade e pela responsabilidade comum dos parceiros seleccionados pela execução do CLDS visando potencializar as respostas necessárias. -----

----- Sobre a abrangência e âmbito geográfico, disse que direccionado para todo o território nacional, esse programa definia, contudo, o perfil dos territórios a abranger, os quais obedeciam às seguintes características: territórios críticos das áreas metropolitanas, territórios industrializados com acentuada desqualificação, territórios envelhecidos e territórios fortemente abrangidos por calamidades. -----

----- Referiu que o Instituto de Segurança Social, designado pelo Ministério da Segurança Social, era a instituição responsável pela coordenação dos projectos, competindo-lhe dirigir o convite às Câmaras Municipais para apresentarem as suas candidaturas, submetê-las à aprovação ministerial e verificar a execução das acções. Seria apenas seleccionada uma candidatura por território, sendo contudo de salientar que o conceito de território não se confinava aos limites geográficos administrativos, mais tendo a ver com características afins de zonas de continuidade geográfica que revelassem identidade de problemas e perspectivas de optimização dos recursos existentes, conducentes às melhores soluções. -----

----- No tocante à constituição de parcerias, disse que numa óptica de envolvimento das estruturas locais, a Câmara ou Câmaras Municipais, seleccionariam, fundamentando, uma só entidade coordenadora local, de direito privado sem fins lucrativos, que actuasse na vertente do desenvolvimento social, designadamente: IPSS e equiparadas, misericórdias, associações de desenvolvimento local, ONG's e cooperativas de solidariedade social sediadas, preferencialmente, nos territórios a intervir. -----

----- Quanto à opção da Câmara Municipal de Lisboa, disse que, partindo dos pressupostos mencionados, ela identificara como zona prioritária a abranger a Freguesia da Charneca e a envolvente, por exemplo a zona da Cruz Vermelha pertencente à Freguesia do Lumiar. -----

----- Nessa conformidade, a Câmara celebrara um protocolo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia e com a Fundação Aga Khan, cada uma dessas entidades implantadas na zona e com funções específicas atribuídas e às quais caberia, em articulação com a Junta de Freguesia, definir, propor, implementar e avaliar os planos e as acções aprovadas. -----

----- Referiu que o montante de financiamento previsto se cifrava no máximo de 600 mil euros, 200 mil por ano, durante a vigência do contrato. -----

----- Relativamente à posição da Junta de Freguesia da Charneca, disse que ela realçava e congratulava-se com a opção tomada pela Câmara por se tratar de uma zona por demais carenciada, senão mesmo a mais carenciada da Cidade de Lisboa, na qual se concentravam um sem-número de problemáticas de contornos muito difíceis de ultrapassar, mas que importava assumir e minorar com urgência, não só pela justeza do apoio às situações concretas inerentes, como quanto às implicações óbvias que assimetrias dessa ordem necessariamente faziam repercutir na proximidade, *versus* centro da cidade. -----

----- Pelo exposto, registavam com agrado a sensibilização demonstrada pela Câmara Municipal de Lisboa, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, com destaque para a Sra. Vereadora da Acção Social, na identificação dessa realidade complexa, mesmo na

cintura da cidade capital, e esperavam que a concretização prática dessa iniciativa desse corpo àquilo que eram, no seu entender e no âmbito do projecto, as prioridades essenciais e que tudo tinham a ver com a valorização, *versus* requalificação dos recursos humanos. -----

----- Assim sendo, as práticas formativas estariam na primeiríssima linha das acções a implementar, numa óptica desenvolvimentista da pessoa no seu todo, logo nas suas múltiplas vertentes, ou seja, nos domínios do saber, do saber fazer, do saber estar e do saber ser. -----

----- Com efeito, mau grado ainda não se encontrar efectuado um diagnóstico das necessidades, de forma estruturada cientificamente, a sua percepção existia de forma individual e colectiva, pelo que se considerava que era altura de partir para acções concretas, ultrapassando etapas, para que os resultados comesçassem a tornar-se visíveis aos níveis do aumento de capacidades, de capacitações e de autonomia, com vista à evolução de uma postura de cidadania e familiar e à empregabilidade. -----

----- Terminou dizendo que a Junta de Freguesia estaria disponível para acompanhar esta iniciativa em todas as suas fases, esperando proporcionar um contributo válido mas sempre indubitavelmente direccionado para os benefícios da população, em nome da qual apresentava os agradecimentos da Junta de Freguesia. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, no uso da palavra, disse que no passado dia 5 de Março, na sua intervenção na reunião pública de Câmara, colocara vários problemas relacionados com a sua freguesia, mas não obtivera respostas nesse dia como também nas as obtivera até hoje. -----

----- Portanto, a Câmara continuava a não responder às suas interrogações e preocupações. Havia um Sr. Vereador que tinha como Pelouro o contacto privilegiado com as Juntas de Freguesia, mas às cartas que enviavam e telefonemas que faziam não havia resposta nenhuma, o que contrariava a ideia de diferença que a actual maioria da Câmara tanto queria afirmar face aos antecessores. De quando em vez, mais em abstracto do que em concreto, pediam às Juntas pareceres, opiniões ou até sugestões, mas chegavam à conclusão que isso era só para fazer de conta. -----

----- Disse que nessa reunião pública perguntara quando recomeçariam as obras do colector do Largo do Chafariz de Dentro, mas já passara mais de mês e meio, o trânsito foi fechado, não deram alternativa de estacionamento aos moradores e ainda não sabiam quando recomeçaria essa obra, a tal obra que era para 60 dias! -----

----- Depois chamou a atenção para o que se passava na Av. Infante D. Henrique, junto da paragem da Carris, perto da Casa do Ponto, onde nascia uma imensa piscina de água suja quando chovia. Já levantara essa questão várias vezes desde há alguns anos a esta parte, e perguntava agora o que mais seria preciso para alguém da Câmara ir ao local para ver como se poderia resolver o problema, ou então apanhar também um banho de água suja junto à paragem. -----

----- Continuando, disse que no passado dia 4 assinara o protocolo de delegação de competências, sendo então informada que a transferência das verbas se efectuaria passado uma semana. Só que passara essa semana, passaram mais duas e a verba

ainda não foi transferida, pelo que solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que, de uma vez por todas, informasse para quando estava prevista a realização das transferências relativas a 2007 e 2008. A sua Junta continuava a cumprir com aquilo a que se comprometera com a Câmara, até já pagara a verba que lhe foi debitada pela cedência de um autocarro para transportar idosos numa actividade da Junta! -----

----- Referiu que o Sr. Presidente da Câmara foi taxativo ao dizer que as verbas a receber este ano seriam iguais, mas a sua freguesia ficara com quase dez mil euros a menos no protocolo para as pequenas reparações nas habitações. Solicitaram informação ao Sr. Vereador Marcos Prerestrello sobre os motivos e critérios por que lhes retiravam esses cerca de 10 mil euros, mas, como sempre, não obtiveram resposta. E não valia a pena alegar que a verba descera porque estavam numa zona de reabilitação, como dissera, na assinatura do protocolo, a Sra. Vereadora Ana Sara Brito. Aliás, tinha duas listas, uma de 2006 e outra de 2007, do número de prédios que existiam na freguesia a necessitar de intervenção, e porque sabia que não tinha caído era óbvio que eles se mantinham lá. -----

----- Portanto, pedia que o Sr. Presidente da Câmara lhe dissesse, concretamente, se a sua freguesia ia ou não receber o mesmo que recebera no ano passado. -----

----- Disse, depois, que uma das medidas da Câmara foi fechar o trânsito todos os domingos no Terreiro do Paço, passando, por via disso, os automóveis a ser desviados para um percurso paralelo numa via mais estreita, onde havia sempre muitos autocarros de turismo, acumulando-se o trânsito no Campo das Cebolas, na Rua do Cais de Santarém, na Rua do Terreiro do Trigo e na Rua do Jardim do Tabaco, sofrendo a população de Alfama aos domingos aquilo que já sofria nos dias da semana, isto é, barulho, fumo, cheiros e dificuldade de estacionar. Mas sofriam também os automobilistas e sofria o ambiente que o fecho do Terreiro do Paço queria ajudar a defender. -----

----- Por isso, para acabar com esse inferno, sugeria ao Sr. Presidente da Câmara que permitisse que o trânsito, ao domingo, passasse no Terreiro do Paço só pela avenida à beira-rio. -----

----- **O Deputado Municipal João Martins (PEV)**, no uso da palavra, disse que após análise da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Grupo Municipal de “Os Verdes” desejava deixar expresso o seu desagrado e preocupação por algumas das suas recomendações apresentadas na Assembleia Municipal não terem sido ainda contempladas, e não se previa que o fossem nos tempos mais próximos. Podiam dar como exemplo as seguintes: -----

----- “Energias Renováveis e Eficiência Energética”, de 16 de Outubro de 2007, aprovada por unanimidade; “Reposição de Carreiras de Eléctrico”, de 20 de Novembro de 2007, aprovada por unanimidade; e ainda “Ensino Especializado da Música” de 19 de Fevereiro de 2008, aprovada por maioria, com abstenção do PS. Parecia-lhes de extrema importância para a cidade e para os cidadãos que essas recomendações fossem cumpridas. -----

----- Disse que também gostariam de questionar a Câmara sobre a realização de alguma iniciativa relativa ao “Dia Mundial da Floresta e da Árvore” e ao “Dia Mundial da Água”, comemorados nos dias 21 e 22 de Março, respectivamente. -----

----- “Os Verdes” consideravam que, dada a actual situação sobre os dois temas, seria de extrema importância informar, alertar e consciencializar a população, de modo a caminhar-se no sentido de uma sociedade cada vez mais equilibrada e sustentável. E aí a autarquia podia e devia ter um papel fundamental. -----

----- Referiu que na informação fornecida pelo Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, se referia a captura de pombos, e convinha lembrar que sobre esse problema era importante continuar a alertar e sensibilizar os munícipes para o não fornecimento de alimento às aves e para todas as consequências que daí advinham, nomeadamente a danificação de monumentos e transmissão de doenças. -----

----- Sobre o Concurso de Ideias para o Parque Mayer, disse que já tiveram ocasião, na apresentação das suas recomendações, de expressar a preocupação que tinham sobre o que se pretendia para essa zona e para o Jardim Botânico, pois as propostas não contemplavam a conjuntura entre os dois espaços. -----

----- A nível de várias freguesias, disse que havia problemas que subsistiam e que a Câmara continuava a não resolver, como o abandono e a degradação de jardins, as instalações sanitárias encerradas e as ruas esburacadas, afectando negativamente o nível de vida dos cidadãos. -----

----- Disse, ainda, que “Os Verdes consideravam que já era altura de a Câmara actuar, tomar verdadeiras medidas de modo a melhorar a qualidade de vida de quem vivia, estudava e trabalhava em Lisboa, não se ficando por medidas que apenas serviam para ficar bem no retrato. -----

----- Era necessário qualificar e valorizar toda a Cidade de Lisboa, mas quem lia a informação escrita ficava com ideia de que havia freguesias que não faziam parte da cidade. E porquê? Porque a Câmara vinha actuando essencialmente em zonas de maior destaque, que fossem matéria para notícias. Mas o que era necessário era resolver o que havia para resolver independentemente do local, pois também lá moravam pessoas com as mesmas necessidades e direitos. -----

----- Em relação à Agenda 21 Local, disse que há uns meses podia-se ler numa informação escrita que estava em curso a preparação de metodologias para a elaboração de planos de acção local da Agenda 21 Local, tal como também já foi recomendado pelo Grupo Municipal do PEV, pelo que lembravam, de novo, que dois dos pontos propostos eram que a Câmara incluísse no Fórum 21 Local membros de cada Grupo da Assembleia Municipal, e apresentasse à Assembleia Municipal, até ao fim de Janeiro de 2008, uma calendarização do processo de elaboração da Agenda 21 Local. -----

----- No entanto, no documento que lhes foi entregue para apreciação não encontraram qualquer referência a esse assunto e gostariam de saber em que fase se encontrava. ----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que estavam a analisar a informação escrita relativa ao último trimestre, informação escrita essa que não podia ser dissociada daquilo que o Sr. Presidente da Câmara

fizera questão de salientar, nas últimas semanas também, como sendo o balanço dos oito meses de mandato da coligação PS/BE. -----

----- Disse que há duas ou três reuniões da Assembleia Municipal atrás, tiveram oportunidade de constatar que numa das reuniões da Câmara Municipal o Sr. Presidente lamentara o facto de ter pouco tempo para governar a cidade, que era Presidente a meio-tempo porque no outro meio-tempo tinha que responder aos requerimentos da oposição. -----

----- Mas essa situação alterou-se, felizmente para o Sr. Presidente da Câmara, se calhar infelizmente para a cidade, porque, pelo raciocínio do Sr. Presidente da Câmara, se calhar hoje era Presidente a um terço do tempo. Isto porque num terço do tempo estaria a responder à oposição, num segundo terço estaria a exercer as funções de Presidente da Câmara, e no terceiro terço estaria a ser comentador político daquilo que era a sua própria actuação na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E, obrigatoriamente, com esta informação escrita e com as afirmações do Sr. Presidente teriam que fazer este balanço, e constatar que aquilo que o Sr. Presidente trazia à Assembleia Municipal e aquilo que fora o seu programa eleitoral era uma ilusão. E era uma ilusão porque era o Sr. Presidente que dizia que os dois anos de mandato não eram para fazer nada, eram para recuperar do passado, o próximo mandato é que seria o mandato para fazer. -----

----- Referiu que não era muito velho mas já tinha alguns anos de política autárquica, e começara a sua vida autárquica quando, curiosamente, o seu partido, em coligação com o PSD, governava a Cidade de Lisboa e o PSD governava o País. E nessa altura a desculpa para não se fazer era do Cavaco Silva, era do Primeiro-Ministro. Bom, depois mudara a Câmara e aí pensara que a culpa passasse a ser do Presidente da Câmara. Mas não, continuava a ser do Governo e continuava a ser do Cavaco Silva e do Santana Lopes! Depois voltava a mudar o Governo e mudava também a Câmara, e então pensara: “é desta que a culpa é deles”. Mas não! Dera-se o volte-face e a culpa passava a ser então do Santana Lopes, que estava na Câmara, e já não do Governo que era do PS. -----

----- Agora tinham a Câmara e o Governo do PS, e então a culpa tinha que ser do PS, aliás em coerência com o raciocínio que a maioria PS/PCP/BE, durante anos, pugnara pelas assembleias de freguesia da Cidade de Lisboa. Mas, curiosamente, estavam agora a assistir que nada era feito porque o Santana Lopes esteve na Câmara, nada era feito porque o PSD e o CDS-PP estiveram na Câmara! -----

----- Portanto, era preciso que cada um assumisse, de uma vez por todas, as suas responsabilidades. Naturalmente o PSD e o CDS-PP teriam responsabilidades do passado, no bom e no mau, mas o Sr. Presidente da Câmara tinha a responsabilidade do presente e do futuro de Lisboa e não podia passar a vida a desculpar-se com o passado, com o PSD e com o CDS-PP. -----

----- Continuando, disse que o Sr. Presidente da Câmara foi eleito para governar Lisboa durante dois anos e não durante seis anos, e era nesses dois anos que o Sr. Presidente e os seus Vereadores teriam que apresentar resultados a Lisboa e teriam

que cumprir o programa eleitoral que submeteram ao eleitorado e que foi sufragado por maioria, embora relativa. -----

----- Mas comparando o programa eleitoral do PS e a informação que trimestralmente era trazida à Assembleia Municipal, viam uma coisa não tinha nada a ver com a outra. O PS no Governo dizia que os portugueses não eram números, mas a informação que o Sr. Presidente da Câmara apresentava à Assembleia eram números, e eram números irrelevantes, quando o que esperavam era obra efectiva, obra a que se Sr. Presidente da Câmara se comprometera quando foi eleito. Aquilo que constava do programa eleitoral era completamente omissas das informações escritas, e concretamente desta que hoje estava em apreciação. -----

----- De resto, o espaço público era um exemplo paradigmático dessa situação. No espaço público, propunha-se o PS, presumidamente com a adesão do BE, recuperar as zonas degradadas, criar zonas envolventes e chamativas nas áreas culturais, reforçar os transportes públicos, repor as carreiras de eléctricos, reforçar os corredores BUS, pôr ordem no urbanismo de Lisboa, mas nada disso estava a ser feito. Aliás, ainda na última reunião da Comissão Permanente de Urbanismo, o próprio Vereador Manuel Salgado confessara a sua preocupação com a morosidade e com a dimensão do número de processos que se encontravam pendentes na Câmara Municipal de Lisboa. Morosidade de processos e processos pendentes que inclusivamente, segundo o Sr. Vereador, colidiam e tinham que se resolver, e ver como resolver, com a questão do projecto da Baixa-Chiado. -----

----- E aquilo que a maioria PS/BE trazia à Assembleia Municipal, era uma série de estudos, uma série de números, mas nada concretizável. A Câmara podia não ter, e não tem, as melhores condições financeiras, mas isso não era desculpa para não se fazer aquilo que era a sua obrigação comum, corrente e diária. Lisboa tinha que ser limpa, tinha que ter recolha de lixo atempada, não podia cada vez que chovia ter as suas sarjetas entupidas, os passeis inundados e as ruas intransitáveis. Lisboa tinha que ter uma rede de transportes moderna e ter serviços camarários que respondessem aos lisboetas e às necessidades de cada um. E isso não estava a ser feito. -----

----- Sobre a reestruturação das empresas municipais, disse que no início o Sr. Presidente tinha toda a vontade nessa reestruturação, mas nunca mais falara nela. As empresas municipais continuavam intocáveis. -----

----- Relativamente à recuperação das escolas básicas, disse que, por maior que fosse a vontade da Sra. Vereadora, a recuperação continuava sem ser feita. E o Sr. Presidente da Câmara que não viesse dizer que seria uma recuperação a longo prazo porque a Câmara não tinha dinheiro, porque esse era, explicitamente, um compromisso eleitoral do PS. Recuperar no prazo de dois anos todas as escolas básicas, isso constava do programa eleitoral do Sr. Presidente da Câmara. E quantas foram recuperadas até hoje, faltando um ano e poucos meses para o final do mandato? -----

----- Quando uma cidade como Lisboa, capital europeia, deixava que na sua principal avenida, durante semanas a fio, um quarteirão estivesse fechado por inércia da Câmara, efectivamente alguma coisa ia mal. -----

----- Perguntou qual foi a actuação da Câmara, no último trimestre, no sentido da recuperação dos imóveis municipais degradados, alguns em risco de ruína, e também qual foi a actuação da Câmara na intimação de particulares para os obrigar a fazer obras e a cumprirem as suas obrigações no âmbito da habitação. -----

----- Relativamente aos parques de estacionamento, perguntou quantos foram criados e onde estavam aqueles que o Sr. Presidente da Câmara prometera criar dentro dos bairros residenciais. É que nem um dos lugares de estacionamento prometidos pela maioria havia sido criado na Cidade de Lisboa! -----

----- No entanto, o Sr. Presidente não deixava de referir, na sua informação escrita, que a Câmara Municipal ia receber 30% das multas aplicadas na cidade por excesso de velocidade, registadas nos radares. Mas seria importante que a Assembleia fosse informada sobre qual foi a receita efectiva da Câmara nesse aspecto, assim como o custo com a manutenção dos radares, já que os autos passados, como o Sr. Presidente da Câmara bem sabia, não valiam nada enquanto não fossem efectivamente avançados do ponto de vista processual. -----

----- Por fim, disse que a nível daquilo que eram as áreas mais preocupantes de Lisboa, a nível daquilo que eram as preocupações do cidadão comum, a Câmara não estava a trabalhar. Por isso, apelava ao Sr. Presidente da Câmara que respondesse ao desafio que os lisboetas lhe lançaram quando o elegeram, que era cumprir o seu programa eleitoral, e cumprir sem desculpas e sem fantasmas do passado, assumindo as responsabilidades do PS. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, disse que atendendo à composição da Sala, forma eufemística de se referir ao número de presenças, atendendo ainda à importância da matéria e ao adiantado da hora, assim como ao número de inscrições que ainda existiam para este ponto, deu por encerrada a reunião, informando que Sessão prosseguiria, em segunda reunião, na próxima terça-feira, dia 29 de Abril, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____.

----- A PRESIDENTE -----